



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

LAELSON FELIPE DA SILVA

PRÁTICAS INFORMACIONAIS: LGBTQI+ E EMPODERAMENTO NO ESPAÇO
LGBT

JOÃO PESSOA
2019

LAELSON FELIPE DA SILVA

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Conhecimento e Sociedade

Linha de Pesquisa: Organização, Acesso e Uso da Informação

Orientadora: Prof.^a. Dra. Gisele Rocha Côrtes

JOÃO PESSOA

2019

Agência de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Laelson Felipe da.

Práticas informacionais: LGBTQI+ e empoderamento no Espaço LGBT / Laelson Felipe da Silva. - João Pessoa, 2019.

189 f. : il.

Orientação: Gisele Rocha Côrtes.

Coorientação.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Práticas Informacionais. 2. Transexuais. 3. Espaço LGBT. 4. LGBTQI+. 5. Empoderamento. I. Côrtes, Gisele Rocha. II. Título.

UFPB/BC

LAELSON FELIPE DA SILVA

PRÁTICAS INFORMACIONAIS: LGBTQI+ E EMPODERAMENTO NO ESPAÇO
LGBT

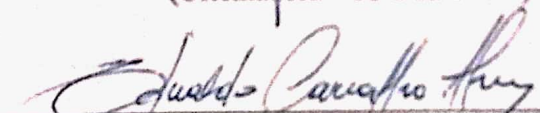
Dissertação de Mestrado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação (PPGCI) como requisito para
obtenção do título de Mestre em Ciência da
Informação. Área de concentração:
Informação, Conhecimento e Sociedade
Linha de Pesquisa: Organização, Acesso e
Uso da Informação

Defendido em: ____/____/2019

Banca examinadora:



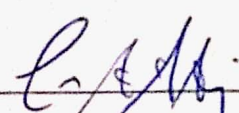
Prof.ª. Dra. Gisele Rocha Côrtes
(Orientadora – PPGCI/UFPB)



Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves
(Membro Interno – PPGCI/UFPB)



Prof.ª. Dra. Eliane Bezerra Paiva
(Membro Interna – PPGCI/UFPB)



Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo
(Membro Externo – PPGCI/UFGM)

A meu pai (*in memoriam*) por ter lutado
arduamente para nos ensinar o valor da
educação.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste processo inclui vários desafios que não poderiam ser transpostos sozinho. Inúmeras pessoas contribuíram para que esta dissertação fosse estruturada e finalizada e para que as dificuldades no percurso fossem superadas.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB) e de igual modo à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que fomentou esta pesquisa.

Agradeço imensamente a minha mãe, que para mim é a personificação da resiliência. Toda uma vida dedicada à educação e à transmissão de valores que ajudaram a compor a pessoa que sou hoje.

Agradeço à minha amiga, Fernanda Costa. Mais que amiga, minha companheira de aventuras, com a qual discuti cada ponto deste trabalho e discuti também sobre a vida. Rimos juntos e também choramos juntos. Dividimos todas as ansiedades e expectativas deste processo.

Agradeço à Gisele Rocha Côrtes, que durante estes dois anos esteve ao meu lado me orientando, incentivando e direcionando. Tornou-se bem mais que a professora doutora e orientadora, tornou-se uma amiga, um ombro no qual derramei minhas lágrimas e com quem dividi minhas conquistas. Muito obrigado, por ter me apresentado ao Projeto de Pesquisa e Extensão realizado no Espaço LGBT, pois foi a partir deste contato que comecei a pensar no que seria esta dissertação.

Quero também agradecer ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia e Informação (GEPSI), que possibilitou o contato com vários dos conceitos aplicados a este estudo.

Não poderia deixar de agradecer a Adeilton Calixto, cujo trabalho de conclusão de curso foi um dos primeiros que subsidiaram meus estudos sobre a produção de dados a respeito de populações LGBTQI+.

Ainda no projeto de extensão tive o prazer de conhecer as alunas da graduação: Marizele, Andriele, Sant, Patrícia Oliveira Correa. O trabalho de cada uma delas também contribuiu à composição dos dados quantitativos deste estudo.

Minha gratidão também é direcionada a Andrea, quem em tão pouco tempo fez um trabalho tão minucioso de correção e revisão deste texto, sempre arranjando tempo e uma forma de nos ajudar.

De igual modo sou grato a Ana Patrícia que nos auxiliou no processo de catalogação das figuras, mesmo tendo sido solicitada sem prévio aviso e com tão pouco tempo para finalizar a tarefa.

Agradeço a equipe da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, sobretudo a secretária de estado da mulher e da diversidade humana Dra. Gilberta Santos Soares que consentiu que executássemos a pesquisa no Espaço LGBT. Ofereço também minha gratidão à Equipe do Espaço LGBT. Todas as pessoas representadas nestas equipes têm significativo papel para o desenvolvimento deste estudo.

Quero também agradecer aos/às interlocutores/as que de forma tão solícita separaram uma parte de seu dia para compartilhar suas vivências. Seus relatos foram lições. Aprendizado sobre o que é resistência e empoderamento.

Agradeço a cada integrante da banca nas pessoas da professora Dra. Eliane Bezerra Paiva, do professor Dr. Edvaldo Carvalho Alves, do professor Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo, do professor Dr. Felipe Sá Brasileiro que se disponibilizaram a ler o trabalho e contribuir para seu aperfeiçoamento. Muito obrigado.

*Eu te digo o que a liberdade significa para mim:
Não ter medo
(Nina Simone)*

RESUMO

As violações dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer e intersexo (LGBTQI+) se expressam, cotidianamente, em distintas formas e tipos de preconceitos, discriminações e violências, variando da violência psicológica, física, sexual, ameaças, até a morte. Um dos desafios no enfrentamento a tal cenário consiste na carência de dados oficiais no Brasil, no que diz respeito às violências e homicídios de LGBTQI+. Outra dificuldade encontrada localiza-se na construção sócio-histórica ancorada no sistema sexo-corpo-gênero-desejo de caráter heteronormativo, que censura as transgressões da norma heterossexual. O que nos levou a questionar como em uma sociedade marcada pela heterormatividade se dá a relação entre as práticas informacionais e o processo de empoderamento de sujeitos transexuais? O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as práticas informacionais dos/as usuários/as do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBTQs e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT) e verificar as suas influências no processo de empoderamento. Utilizamos os aportes teóricos: relações de gênero, práticas informacionais, empoderamento e *habitus*. A pesquisa caracteriza-se como descritiva e correlacional. Tem cunho documental e de campo. Possui natureza quantitativa e qualitativa. Fez uso das fichas de atendimento das/os 544 usuários/as atendidos/as no Espaço LGBT no período entre 2015 a 2017. A estatística descritiva foi utilizada como instrumento de análise dos dados numéricos. No segundo momento, para compreender como se expressam as práticas informacionais e buscar os significados que sujeitos transexuais fornecem às suas vivências e às expressões de suas experiências identitárias aplicamos entrevistas semiestruturadas. A amostra compreendeu uma travesti, uma mulher transexual e quatro homens trans. Assim, utilizamos a abordagem qualitativa e por meio da análise de conteúdo obtivemos as seguintes categorias e suas respectivas subcategorias: significados da vivência transexual (subcategorias: percepção de si, nomeação, família, escola, trabalho); práticas informacionais de transexuais na interação com o Espaço LGBT (subcategorias: fontes de informação, conhecimento do Espaço LGBT, serviços utilizados); práticas informacionais e empoderamento (subcategorias: ressignificação, ações emancipatórias, informação no processo de empoderamento, importância das práticas informacionais do Espaço LGBT). A análise dos resultados obtidos no estudo, tornou possível verificar a relação que o acesso a conteúdos informacionais produzidos e/ou disseminados pelo Espaço LGBT têm com o processo de empoderamento de sujeitos transexuais. Deste modo, o aparelho público em suas práticas informacionais contribuiu no processo de ressignificação de um *habitus* pautado na heteronormatividade, no qual expressões identitárias de gênero distintas das legitimadas pela norma heterossexual são concebidas como abjetas e marginalizadas. Assim, o acesso à informação possibilitou aos sujeitos empreender ações emancipatórias individuais e coletivas que consolidam a continuidade do processo de empoderamento. Por fim, reitera-se que a Ciência da Informação se configura como campo de conhecimento fundamental na subversão das desigualdades e na geração de conhecimentos contra-hegemônicos pautados no respeito às diferenças sexuais e de gêneros.

Palavras-Chave: Práticas Informacionais. Transexuais. Espaço LGBT. LGBTQI+. Empoderamento.

ABSTRACT

Human rights violations of lesbian, gay, bisexual, transvestite, transsexual, queer and intersex (LGBTQI+) express themselves daily in different forms and types of prejudices, discrimination and violence, ranging from psychological, physical, sexual violence, threats, until death. The challenge is not coping with the violence and homicide of LGBTQI+. Another hypothesis is located in the construction of a socio-historical of heteronormative character, which censures as transgressions of the heterosexual norm. What has led us to question ourselves as a society marked by heterogeneity between informational people and the process of empowerment of transgender individuals? What is the use as you are in analysis as being informational of the users center LGBT Rights Reference Center and the Confrontation in Homophobia in Paraíba and as its influences in the process of empowerment. It uses the theoretical contributions: gender relations, informational practices, empowerment and habitus. A research is characterized as descriptive and correlational. It has documental and field characteristics. It has quantitative and qualitative nature. It made the use of records of attendance of people 544 users as attended in LGBT in the period between 2015 and 2017. Descriptive statistics was used as an instrument of analysis of numerical data. In the second moment, to understand how the information is informative and search the meanings that the transsexual subjects have to their experiences and their expressions of expression applying the semi - released interviews. The sample comprised a transvestite, a transsexual woman and four trans men. Thus, we use a qualitative approach and through content analysis as the subcategories and their subcategories: meanings of the transsexual experience (subcategories: Perception of self, appointment, family, school, work); informational techniques of transsexuals in the interaction with the Espaço LGBT (subcategories: sources of information, knowledge of the Espaço LGBT, services used); The information and empowerment (subcategories: resignification, emancipatory actions, information in the process of empowerment, importance of the informative information of the Espaço LGBT). An analysis of the results obtained in this study could have been carried out through an access information system and / or disseminated by the Espaço LGBT with the process of empowerment of transsexual individuals. This method, the process public in the practice information has not supported, there are, the, which is not, which is not, the identities of genitive distanced the legitimized by the heterosexual norm are conceived as abject and marginalized. Thus, access to the database enabled entrepreneurial companies to carry out individual and collective emancipatory actions that consolidate the continuity of the empowerment process. Finally, it is reiterated that Information Science is configured as a field of fundamental knowledge in the subversion of inequalities and a generation of knowledge about the hegemonic ones oriented towards the sexual and gender differences.

Keywords: Informational Practices. Transsexuals. Espaço LGBT. LGBTQI+. Empowerment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Logomarca do Espaço LGBT.....	96
Figura 2 - Lagoa do Parque Solón de Lucena.....	97
Figura 3 - Percurso do terminal rodoviário ao Espaço LGBT.....	98
Figura 4 - Localização do Espaço LGBT.....	99
Figura 5 - Perspectiva da Localização do Espaço LGBT.....	99
Figura 6 - Fachada do Espaço LGBT 1.....	100
Figura 7 - Fachada do Espaço LGBT 2.....	100
Figura 8 - Recepção do Espaço LGBT	101
Figura 9 - Sala Assistência Social.....	101
Figura 10 - Sala da assistência jurídica.....	102
Figura 11 - Sala da assistência psicológica.....	102
Figura 12 - Sala de reuniões.....	103
Figura 13 - Campanha Amar é um Direito de Todas.....	106
Figura 14 - Cuidado da saúde de mulheres lésbicas e bissexuais.....	107
Figura 15 - Canais de denúncia.....	108
Figura 16 - Garantia de livre expressão da identidade de gênero e 10ª Parada gay da Bahia.....	108
Figura 17 - Garantia do nome social.....	109
Figura 18 - Fluxograma para atendimento no Ambulatório TT.....	109
Figura 19 - Folder com orientações para retificação de nome e de gênero.....	110
Figura 20 - Acervo LGBT.....	111
Figura 21 - Pôsteres da campanha Tire o Respeito do Armário.....	112
Figura 22 - Tire o respeito do armário – 29 de Janeiro - Dia da Visibilidade Trans.....	113
Figura 23 - Cartaz da lei contra discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.....	114
Figura 24 - Pôsteres da Campanha #Eurespeito.....	114
Figura 25 - Pôster da campanha #Eurespeito e perfil do espaço LGBT no <i>Facebook</i>	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de usuários/as (2011-2017).....	117
Tabela 2 - Quantidade de usuários/as (2015-2017).....	118
Tabela 3 - Encaminhamentos (2015-2017).....	118
Tabela 4 - Faixa etária (2015-2017).....	119
Tabela 5 - Cidades de origem (2015-2017).....	119
Tabela 6 - Sexo (2015-2017).....	120
Tabela 7 - Orientação sexual (2015-2017).....	120
Tabela 8 - Autoidentificação LGBTQI+ (2015-2017).....	121
Tabela 9 - Autodeclaração Cor ou raça (2015-2017).....	121
Tabela 10 - Escolaridade (2015-2017).....	122
Tabela 11 - Tipos de violências (2015-2017).....	123
Tabela 12 - Local da Violência (2015-2017).....	124
Tabela 13 - Autor/a da Violência (2015-2017).....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Historiografia do Grupo Práticas Informacionais (2008-2017).....	48
Quadro 2 - Produção sobre a temática LGBTQI+.....	68
Quadro 3 - Serviços disponibilizados no Espaço LGBT.....	105
Quadro 4 - Qualificações dos tipos de violência – Lei Maria da Penha.....	122
Quadro 5 - Perfil dos/das interlocutores/as.....	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays Lésbicas Travestis e Transexuais
ABL	Associação Brasileira de Lésbicas
ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ASTRAPA	Associação das Travestis do Estado da Paraíba
BRAPCI	Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação
BSH	Programa Brasil sem Homofobia
CHCF	Complexo Hospitalar Clementino Fraga
CI	Ciência da Informação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODATA	Companhia de Processamento de Dados da Paraíba
CONUDE	Congresso Nacional da União Nacional de Estudantes
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
GGB	Grupo Gay da Bahia
GND	Grupo Diversidade Niterói
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, <i>Queer</i> , Intersexo
MEL	Movimento do Espírito Lilás
MOVBI	Movimento de Bissexuais
NIS	Número de Inscrição Social
ONG	Organização Não Governamental
PT	Partido dos Trabalhadores
SEMDH	Secretaria de Estado de Mulher e da Diversidade Humana
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESI	Serviço Social da Indústria
SOMOS	Grupo de Afirmação Homossexual
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS no Brasil.
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 APRESENTANDO A PESQUISA	16
2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	26
2.1 Concepções contemporâneas da informação	33
2.2 Estudos de usuários/as	39
2.3 Definindo Práticas Informacionais	45
3 GÊNERO, SEXUALIDADES E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	51
3.1 Sexualidades: desconstruindo sexualidades	57
3.2 Ciência da Informação, Gênero e LGBTQI+	66
4 EMPODERAMENTO	73
4.1 O Movimento LGBT e as políticas públicas	78
5 PERCURSO METODOLÓGICO	91
5.1 Campo empírico	95
5.2 Espaço Interno	100
6 PRÁTICAS INFORMACIONAIS DO ESPAÇO LGBT.....	104
6.1 A equipe do Espaço LGBT e a mediação da informação.....	104
6.2 Campanhas e Acervo LGBT.....	105
6.3 Campanhas nas redes sociais - Tire o Respeito do Armário e Eu Respeito	112
7 PRÁTICAS INFORMACIONAIS E VIVÊNCIAS DA TRANSEXUALIDADE	117
7.1 Perfil dos/as usuários/as que acessaram o Espaço LGBT (2015-2017)	117
7.2 Significados da vivência transexual em uma sociedade heteronormativa.....	125
7.3 Práticas informacionais de transexuais na interação com o Espaço LGBT	137
7.4 Práticas Informacionais e Empoderamento	151
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
REFERÊNCIAS	164
APÊNDICE A	186
APÊNDICE B.....	187
APÊNDICE C.....	189

1 APRESENTANDO A PESQUISA

A leitura do trabalho finalizado, como ora se encontra, passa a impressão de que os fatos acontecem de forma linear e fluida, nos quais as etapas se sucedem de forma ordenada. Os caminhos da pesquisa, todavia, seguem percursos diversos que compreendem idas e vindas, redirecionamentos, abruptas mudanças e em outros casos, suaves retoques.

O início desse processo ocorreu com a submissão de um projeto de pesquisa de mestrado, atendendo aos requisitos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O projeto apresentado considerava visões e expectativas de um graduado em contabilidade que buscou alinhar temas das Ciências Contábeis com os temas da Ciência da Informação (CI).

Esta pretensão se manteve até o encontro com a orientadora que direcionou todo o processo, desde seu início até o agora. A Dra. Gisele Rocha Côrtes tem produção científica especializada em questões sociais e informacionais que envolvem grupos subalternizados, como mulheres e LGBTQI+.

Ao receber o projeto vindo das Ciências Contábeis, a orientadora buscou apresentar as temáticas com as quais trabalhava para assim associarmos as abordagens de forma complementar. Em um primeiro momento, pensamos inserir uma perspectiva um pouco mais sensível às questões sociais e sociológicas, incluindo os marcadores sociais dos sujeitos da proposta de pesquisa em questão, e assim tentar problematizar as questões daquele.

Todavia, a professora apresentou também projetos de extensão e de iniciação científica nos quais estava envolvida, e mostrou os trabalhos aos quais dedicara-se ao longo de sua vida acadêmica. Abriu-se então um mundo de possibilidades. Como uma torneira que não cansa em gotejar, alguns temas começaram a sussurrar insistentemente a partir daquele momento.

Compreendo a complexidade que seria migrar das perspectivas contábeis e já sabendo que esse processo fora demandado na construção de um projeto para CI, nos demos tempo. E este é um fator que o acelerado ritmo com o qual estamos habituados a viver nos impele a ignorar. Ele é, todavia, inestimável. O tempo não pode ser ignorado. Ele fez com que os sussurros gritassem e a neblina se dissipasse.

Dos temas apresentados, a temática LGBTQI+ tornou-se um chamado irresistível. Não se tratava somente de escolha para uma pós-graduação, mas da vida do mestrando, com suas problemáticas pessoais. Suas questões mais íntimas se interseccionam com as dos estudos de gênero, sexualidade e LGBTQI+.

Esta percepção, esta autoidentificação, e a decisão de seguir este novo caminho e não o anterior, demandou coragem e dedicação. Foram inúmeros os volumes lidos, os artigos fichados, os textos dissecados para se apropriar de uma área que, inicialmente, estava distante e parecia inóspita pelas suas minúcias e especificidades.

O trabalho árduo proporcionou, porém, maturidade para mudar definitivamente as perspectivas do estudo. Não foi o caso de redirecionar, mas recomeçar, criar um outro projeto, com outros objetivos, sujeitos de pesquisa e temas, com outros tantos desafios, mas com uma certeza e uma segurança: de que a causa abraçada foi a causa certa. Mesmo a certeza e segurança daquele momento decisório não garantiram estar livre do medo, e de sermos pegos pelas nossas próprias fragilidades, pelo autoquestionamento, pela indagação sobre a legitimidade, a pertinência e a relevância do estudo, sobre o lugar de fala.

Mas nem todos os dias são de fragilidades. Fortalecemo-nos mutuamente, amigos/as, outros/as pesquisadores/as, a orientadora, os/as autores/as lidos. Tudo e todos/as formaram um arcabouço não apenas teórico, mas emocional. Uma rede de conceitos, pessoas, vivências e práticas. Uma complexa cadeia de ações que alimenta e retroalimenta a força para seguir. E isto é de extrema importância, pois como diz a Dra. Gisele Côrtes “a vida acontece em meio a pesquisa”.

Em meio a estes acontecimentos, às vezes somos pegos de surpresa, quando as questões teóricas se manifestam ali, na vida real, diante dos nossos olhos. E se desvencilhar dessas conexões é quase impossível. Quando lemos sobre preconceitos e discriminações, quando lemos a respeito de relações tóxicas, quando escrevemos sobre empoderamento, no papel é bem mais simples do que quando precisamos transpor tudo isso ao redor e prosseguir.

Mas a pesquisa segue, nos fortalece e nos ajuda a crescer. Segue para vermos os colegas citando outros colegas. Segue para que sejamos protagonistas das nossas narrativas.

Deste modo empreendemos este estudo que considerou aspectos tão delicados das relações cotidianas de pessoas LGBTQI+ e, sobretudo, de pessoas transexuais. Ele só foi possível pois o campo da Ciência da Informação, por meio de seus atores/as, ressignifica-se, constrói e reconstrói seus limites para mais uma vez expandi-los.

Consideramos que os avanços epistemológicos ocorridos ao longo da história da Ciência da Informação têm permitido imbricamentos teórico-conceituais que possibilitaram a ampliação das perspectivas de análise do fenômeno informacional. Todavia, esta mudança não consiste nem em um processo linear ou mesmo excludente, pois as abordagens anteriores não são descartadas em detrimento das abordagens emergentes. Elas se sobrepõem do mesmo modo que se associam,

tornando-se complementares, e cada uma delas, ou mesmo várias abordagens, são evocadas de acordo com os objetivos a serem alcançados em cada estudo do fenômeno informacional.

Dentre os campos de estudo da CI que progrediram desta maneira, está o campo de estudos de usuários/as, que se desenvolveu historicamente à medida que se foram transpondo os paradigmas desta ciência. Assim, inicialmente estes estudos centraram-se em questões ligadas à recuperação da informação a partir de concepções que, à época, direcionavam o olhar da CI para questões fisicistas do fenômeno informacional. O paradigma físico se relacionava, dentre outras questões, às perspectivas advindas das Ciências Exatas (ARAÚJO, 2014).

A partir de outro paradigma, o cognitivo, passou-se também a considerar a capacidade cognoscente dos sujeitos, acrescentando as questões comportamentais às análises dos estudos empreendidos, de maneira que a questão cognitiva foi alinhada às questões da relação dos usuários com sistemas de informação (ARAÚJO, 2014). Esta concepção de sujeitos a partir da observação e análise de seu comportamento esteve ligada aos estudos behavioristas realizados na área da Psicologia.

Adiante, surge a necessidade de se analisar outras questões que envolvem o sujeito relacional. Este ponto de vista não considera que a pessoa apenas responde a estímulos, mas experiencia o fenômeno informacional de forma contextualizada. Passa-se, então, a inserir conceitos e abordagens oriundos das Ciências Sociais à CI. É nesta conjuntura que se constitui o paradigma social, conduzindo os estudos à apreensão da “constituição social dos processos informacionais”, concebendo os sujeitos de forma correlacional, inseridos em seus contextos sociais (ARAÚJO, 2014, p. 20).

Essas mudanças paradigmáticas pautaram as transformações dos estudos em CI, influenciando suas várias áreas de atuação, especialmente os estudos de usuários. Segundo Gasque e Costa (2010, p. 22), esses estudos estão ligados à “busca, demanda e necessidades” e se configuram como uma categoria preponderante dos estudos em CI (ARAÚJO, 2012; BAPTISTA, CUNHA, 2007; PINHEIRO, 1982).

Assim, quando tratamos dos estudos de usuários/as em CI, compreendemos a inserção de conceitos diversos, oriundos de outras ciências, e que nas últimas duas décadas permitiu a incorporação de uma nova abordagem. Proveniente dos desdobramentos do paradigma social, tal abordagem tem o objetivo de ampliar o campo dedicado aos estudos dos sujeitos informacionais e transpor certas limitações das abordagens anteriores (ARAÚJO, 2013). Alguns conceitos oriundos das Ciências Sociais, têm trazido aos estudos de usuários formas complexas e abrangentes de conceber a existência de sujeitos informacionais. É nestes termos que se inserem, nos estudos de usuários, o conceito de práticas informacionais.

A análise das práticas informacionais vem ampliando suas fronteiras ao trazer à cena sujeitos informacionais diversos, e proporciona a compreensão de fenômenos que correlacionam o indivíduo e o mundo que o cerca, de modo a concebê-lo como um ser relacional, que age segundo estruturas específicas, ao mesmo tempo em que participa na estruturação das mesmas (ARAÚJO, 2017). Esta concepção resulta do conceito de *habitus*, advindo da sociologia, que permite, aos estudos de práticas informacionais, a análise do processo dialético entre a estruturação objetiva, material do mundo, e as representações cognitivas, construídas sobre o mesmo (BOURDIEU, 1983). Na intersecção com os estudos em CI, o conceito está profundamente ligado à busca da informação levando em consideração questões culturais, sociais e históricas com fins de compreender o coletivo (BERTI; ARAÚJO, 2017; ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017).

Por outro lado, para que se trate de práticas informacionais, faz-se necessário resgatar o conceito de *habitus*, que Savolainen (2007) integra nas concepções informacionais para posteriormente tratar da “*práxis* da informação”. Este conceito parte da premissa de que toda prática que envolve a informação é uma prática social, e que é por meio do estudo das práticas sociais ou culturais que são reveladas as práticas informacionais” (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017, p. 99).

Assim, consideramos os sujeitos e sua relação com a informação em um aspecto amplo, considerando que conteúdos informacionais estão a todo momento sendo produzidos, organizados, disseminados, acessados e utilizados de formas múltiplas, porém todas carregadas de intencionalidades e produzidas a partir de uma matriz ou de matrizes hierarquizadas e hierarquizantes (ARAÚJO, 2017; ROCHA; DUARTE; PAULA, 2017).

Buscamos também nos aproximar de uma abordagem crítica nos estudos de usuário/as e nos apropriamos do conceito de práticas informacionais, com sua fundamentação ligada a aspectos sociais e semiológicos, para compreender os/as usuários/as não apenas como receptores de informação, mas considerando seu caráter ativo.

O contexto de produção da Ciência da Informação sobre práticas informacionais é recente, tendo o primeiro estudo com esse aporte teórico sido realizado em 2008¹ (DUARTE; ARAÚJO; DE PAULA, 2017). Considerando o levantamento realizado por Duarte, Araújo e De Paula (2017), que pretendeu elencar as produções do Grupo de Pesquisa Estudos de Práticas

¹ DA SILVA, Ronaldo Alves. As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte. 2008. <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECID-7NXHYA>

Informacionais, observamos que os estudos publicados ainda não contemplavam usuários/as LGBTQI+.

A produção de estudos que abordam a temática LGBTQI+ na Ciência da Informação é pequena. Ao realizar a busca pelo descritor “LGBT” na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no período entre 1972 e 2018², foram recuperados apenas 20 trabalhos.

Vê-se o quão importante se faz trazer à tona os sujeitos LGBTQI+, dos quais trata este trabalho, como indivíduos cujo existir pode ser manifestado na Ciência da Informação de forma a deslocá-los dos papéis de antagonismo, de desvio e de abjeção nos quais têm sido, historicamente, colocados/as. A escassez de produção científica em torno de temas que envolvam a população LGBTQI+, contribui, entre outras questões, para a obliteração destes sujeitos.

Assim, trouxemos às discussões deste estudo travestis, mulheres transexuais e homens trans, que rompem com binarismos, “reivindicando o gênero em discordância com o corpo sexuado” (BENTO, 2008, p. 33) A escolha justifica-se por inúmeros aspectos que consideram instâncias inerentes ao contexto brasileiro, que se apresenta como um ambiente hostil à vivência de pessoas transexuais.

Percebe-se que, historicamente, a expressão desses sujeitos vem sendo entendida como uma subversão aos ideais de homem e mulher, concebidos por conceitos pseudocientíficos, resultando em relações conflitantes traduzidas em severas sanções a pessoas transexuais. Estas sanções incluem, (in)visibilização, violências, negação de direitos fundamentais e diversas outras ações que por vezes culminam na morte desses sujeitos.

Mesmo que diariamente numerosas pessoas em diversos contextos sociais sofram violências ou mesmo sejam assassinadas, os crimes citados como crimes LGBTQIfóbicos são violências específicas. Tais violências são motivadas basicamente por sentimentos como medo, desprezo, desconfiança, ódio, hostilidade e aversão às pessoas por possuírem orientação sexual e/ou identidade de gênero distinta daquela proposta pela linearidade expressa na relação biologizante: sexo-gênero-orientação sexual (CARVALHO; ANDRADE; JUNQUEIRA, 2009).

De acordo com Mello, Avelar e Maroja (2012), o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB) evidenciou que um gay é morto a cada 28 horas no Brasil. Em 2017, foram documentados 445 assassinatos de gays, travestis, transexuais e lésbicas no país. Estes crimes ocorrem sem que haja nenhuma ligação com assaltos ou outros aspectos inerentes a crimes comuns, pois sua característica principal compreende uma motivação debelada apenas pelo ódio ao diferente.

² O levantamento considerou o descritor “LGBT” e foi realizado em 16 de dezembro de 2018.

Desde 1981, início do acompanhamento do número deste tipo de crime pelo GGB, 2017 foi o ano de maior incidência de assassinatos de LGBTQI+ (GGB, 2018). Agências internacionais atestam que o Brasil lidera o *ranking* mundial relativo à incidência de crimes contra transexuais, registrando 40% do total dos assassinatos de transexuais e travestis no mundo. Este dado, especificamente, colaborou de forma contundente para delimitarmos com mais precisão os sujeitos que compõem a amostra desta pesquisa. Os dados aqui apresentados mostram a posição do Brasil como campeão mundial em crimes contra grupos sexuais subalternizados. Matou-se no Brasil, em 2017, mais homossexuais do que nos 13 países da África, onde há pena de morte para pessoas LGBTQI+ (GGB, 2018).

No contexto de abjeções relacionadas diretamente a vivência transexual acrescenta-se a percepção médica desta identidade, pois somente em 18 junho de 2018 que o entendimento da transexualidade como transtorno de identidade de gênero foi ressignificado. Com a atualização da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10), esta compreensão se altera, e a condição passa a ser compreendida como “incongruência de gênero”, inserida ao capítulo intitulado “condições relacionadas a saúde sexual” e não mais no capítulo “transtornos de identidade de gênero” (MARTINELLI, 2018).

Além do combate à violência específica e direcionada à LGBTQI+, um dos desafios no enfrentamento a tal cenário consiste na carência de dados oficiais, no Brasil, sobre as violências e homicídios de LGBTQI+. Os números, em geral, baseiam-se em notícias publicadas nos meios de comunicação e informações pessoais (CARRARA, *et al*, 2017). As fontes existentes no país são produzidas, especialmente, por Organizações Não Governamentais, a exemplo do Grupo Gay da Bahia (GGB), que desde sua fundação, em 1980, coleta informações a partir de notícias difundidas na internet e/ou publicadas em jornais, e dissemina os dados da violência (MOTT, 2014).

Esta ausência e dificuldade para produzir dados oficiais faz com que o poder público em âmbito municipal, estadual e federal, de forma geral, trabalhe com fontes não oficiais, obtendo informações provenientes de levantamentos realizados por entidades não governamentais e pelos meios de comunicação. Consideramos que tal situação constitui mais um entrave para o controle social e para a criminalização da LGBTQIfobia no país.

A ausência de estudos como este e a negação ou inexistência deste debate contribuem para a ocorrência de diversas práticas homofóbicas, seja na sociedade em geral, seja no próprio processo de atendimento de tal demanda pelos profissionais responsáveis e pelo Estado, causando aqui os três fatores que reforçam e patrocinam o preconceito e a discriminação [lgbt]fóbica, ou

seja, a subnotificação, a revitimização e a impunidade dos casos de homofobia (MENEZES *et al*, 2017, p. 15).

Uma das estratégias que vem sendo utilizada para acessar e disseminar dados a respeito da composição e problemáticas da população LGBTQI+ no Brasil de modo a garantir o mínimo de fidedignidade é obtê-los a partir de órgãos públicos de atendimento à população LGBTQI+, a exemplo do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT).

O Espaço LGBT tem sido um campo de estudos vasto para várias áreas do conhecimento, sobretudo por se caracterizar como um espaço de resistência no contexto nordestino. Suas práticas informacionais, seja pela disseminação de informação relativa ao respeito às identidades, ações educacionais, disponibilização de material informativo para comunidade, ou mesmo pela mediação da informação a respeito das questões inerentes à vivência LGBTQI+, o configuram como uma unidade informacional não tradicional de significativa importância para prática informacional de sujeitos transexuais e LGBTQI+ com um todo.

É necessário considerar que, no contexto local, certas idealizações de masculinidades são aspectos que caracterizam nacionalmente a figura do paraibano. Desse modo, constroem-se idealizações e expectativas a respeito dos sujeitos nativos ou oriundos desta região, pois, diz-se que a Paraíba é lugar de “cabra macho”, para reforçar aspectos ligados à construção histórica e cultural da masculinidade neste estado.

A produção e reprodução de violências, a escassez de informação e a construção de rígidas identidades estão apoiadas em esquemas sociais hegemônicos sobre o gênero, inscritos nas estruturas objetivas e subjetivas, diante dos quais os sujeitos transexuais são simbolicamente identificados como aberrações, desvios e doentes. (BUTLER, 2011). Ao tratar da relação do gênero nos processos sociais, compreendemos que este conceito constitui as relações na sociedade baseando-se nas distinções entre os sexos hierarquizando sujeitos e “dando significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 86).

Seja a invisibilização ou uma visibilização estigmatizada, seja pela violência ou negação de direitos, as discriminações de travestis e transexuais têm relação direta com as normas de gênero. Isso nos faz considerar que o gênero, enquanto construção histórico-cultural, está no cerne dos processos sociais e arraigado tanto aos sujeitos como às instituições (CÔRTEZ; ALVES; SILVA, 2015).

Nesta sociedade, na qual significantes hegemônicos de gênero respaldam e hierarquizam relações, subalternizando e segregando sujeitos, pessoas transexuais vivem

marcadas por abjeções específicas, visto que se torna notório em seus corpos o rompimento com significantes binários que buscam associar o sexo biológico à identidade de gênero e ao desejo (BUTLER, 2010). Estas abjeções influenciam diretamente em suas práticas sociais e, por sua vez, em suas práticas informacionais.

Pessoas transexuais rompem com a continuidade sexo-gênero, “vivem o gênero para além da diferença sexual”. Isso resulta em um dilema considerando que “de um lado a tecnologia permitiu uma maior plasticidade do corpo [...], do outro um controle de sua materialidade moldada a partir de concepções dominantes sobre o que é ser homem ou que é ser mulher” (SILVA; LOPES, 2014, p. 34-35).

Compreendemos que a informação tem significativo papel na transformação das relações subordinadas a significantes heteronormativos. Assim, entendemos que, para fazer face às concepções e ações transfóbicas, sujeitos transexuais resistem e se articulam também por meio de suas práticas informacionais para garantir a sobrevivência e lugares de protagonismo. Todavia, os processos informacionais, as práticas e as unidades informacionais não são neutras: são concebidos/as, “reproduzem-se e produzem-se em uma sociedade generificada” (LOURO, 2004).

Desta forma, analisar as práticas informacionais das pessoas transexuais a partir do conceito de *habitus*, permite a compreensão, dentre outros aspectos, de questões como a existência dos códigos hierárquicos de gênero que compreendem não apenas ideologias ou fantasias, mas resultam em ações de discriminação e abjeção (BOURDIEU, 1983).

Nesta dinâmica de negociação entre práticas informacionais, unidades informacionais e esquemas hegemônicos heteronormativos, consideramos que o Espaço LGBT se configura como um importante espaço de socialização e disseminação de informação para população transexual na Paraíba. Isto nos fez indagar: os conteúdos informacionais disponibilizados pelo Espaço LGBT se relacionam com o processo de empoderamento de pessoas transexuais? E, se sim, de que forma?

Com a finalidade de responder este questionamento, delineamos os objetivos deste estudo. O objetivo geral da pesquisa consiste em: Analisar as práticas informacionais dos/as usuários/as do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT) e as suas influências no processo de empoderamento de pessoas transexuais.

Em vista das questões levantadas, os objetivos específicos aspiram:

a) Traçar o perfil dos/as usuários/as do Espaço LGBT;

- b) Conhecer os significados que os/as usuários/as atribuem à vivência transexual em uma sociedade marcada pela heteronormatividade;
- c) Descrever quais os conteúdos informacionais são disponibilizados no Espaço LGBT;
- d) Identificar as práticas informacionais dos/as usuários/as transexuais a partir da interação com o Espaço LGBT;
- e) Verificar se e como as práticas informacionais dos/as usuários/as transexuais se relacionam com o processo de empoderamento.

Para compreender como se expressam as práticas informacionais, como os sujeitos incorporam instrumentos de conhecimento de estruturas objetivamente dadas e como se empoderam para enfrentar as opressões, é necessário contextualizar o sujeito, ou seja, entendê-lo dentro de seu contexto social. Como mencionamos anteriormente, para apoiar essa análise utilizamos o conceito de *habitus* de Bourdieu (1996).

Assim, é possível buscarmos os significados que sujeitos transexuais fornecem às suas vivências em uma sociedade heteronormativa, colocando-nos em interação com indivíduos que, de formas distintas, protagonizam o questionamento e a desnaturalização de estruturas objetivas e subjetivas apoiadas nos significados da heterossexualidade como algo natural.

Consideramos que o contato com os conteúdos informativos problematizadores de discursos pautados na heteronormatividade e na naturalização de comportamentos e práticas contribuiu para potencializar a reelaboração do *habitus* que estrutura as relações heteronormativas. Conforme Côrtes (2012) a proximidade com outros “bens e esquemas práticos” pode conduzir os usuários/as a transformar/potencializar as disposições subjetivas e objetivas adquiridas e reatualizadas que consagram discriminações. Neste sentido, concebemos que elas podem ressignificar a LGBTQIfobia, fornecendo elementos para o empoderamento de transexuais. O empoderamento como apresentamos neste trabalho compreende “um processo [...] que permite a um sujeito [...] identificar metas e desenvolver estratégias para alcançá-las, promovendo ações efetivas para alcançar os objetivos ou desenvolvendo a capacidade de compreender a influência de seus atos sobre acontecimentos” (FARIAS; VARELA, 2016, p. 93).

Segundo Paulo Freire (1986), as ações de emancipação que estão ligadas e legitimam o processo de empoderamento envolvem tanto “a autolibertação” quanto uma “libertação coletiva, uma libertação social”. Ou seja, o individual pode ser catalizador do coletivo. Se o primeiro é oriundo de uma visão crítica que faz com que os sujeitos se empenhem em ações

que deem novos sentidos, realoquem e/ou desloquem os vetores de poder, isto é empoderamento (FREIRE, 2003).

De modo semelhante Batliwala (1994, p. 130) reconhece que o empoderamento “é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos”. Que ele se inicia no reconhecimento das forças opressoras, porém se consolida na ação em prol da mudança das relações de poder preexistentes (BATLIWALA, 1994).

Diante do exposto, o presente trabalho está estruturado de forma a tornar compreensível os caminhos percorridos para se chegar aos objetivos levantados. O capítulo 1 – **Apresentando a Pesquisa**, trata dos aspectos introdutórios do estudo, considerando o contexto, justificativa, a problemática e os objetivos. O capítulo 2 – **Ciência da Informação**, compreende aspectos relacionados ao fenômeno informacional, aos estudos de usuários e às práticas informacionais. O capítulo 3 - **Gênero, Sexualidades e Ciência da Informação**, discorre sobre o desenvolvimento das teorias, a construção social de gênero e suas implicações, incluindo também uma breve reflexão sobre a temática na produção científica em CI.

O capítulo 5 - **Percurso Metodológico**, apresenta o caminho que foi tomado para viabilizar a execução do estudo, compreende também a exposição do campo empírico e a caracterização da pesquisa. O capítulo 6 – **Práticas informacionais do Espaço LGBT**, apresenta aspectos informacionais das práticas do órgão, incluindo a mediação da informação pelos seus profissionais, as campanhas, o acervo e interações nas redes sociais. O capítulo 7 – **Práticas informacionais e vivências da transexualidade**, evidencia o perfil dos/as usuário/as do Espaço LGBT como também os significados da vivência transexual em uma sociedade heteronormativa e aborda, ainda, as práticas informacionais de transexuais na interação com o Espaço LGBT à medida que trata de sua relação com o empoderamento. O capítulo 8 – **Considerações finais**, apresenta as impressões conclusivas do processo de empoderamento em articulação com práticas informacionais de pessoas transexuais e sua relação com o Espaço LGBT.

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ao longo do desenvolvimento do campo científico da Ciência da Informação, foram utilizadas abordagens específicas ao seu objeto de estudo mediante as concepções válidas em cada momento histórico determinado, assim “como os sistemas são soluções no campo da prática, que raramente se tornam disciplinas, os cientistas tendem a construir paradigmas a fim de demonstrar maturidade científica” (MARTINS, 2007, p. 141).

Considerando a construção de paradigmas na Ciência da Informação, há alguns que podem ser destacados, a fim de compreender sob qual ponto de vista o objeto informação fora ou está sendo analisado (RABELLO, 2012).

Assim é possível, mediante análise da história da Ciência da Informação (CI), associá-la prontamente a “emergência do paradigma do conhecimento científico” ligando sua expansão “a própria expansão da ciência por todos os seguimentos da sociedade contemporânea” (FREIRE; FREIRE 2009).

Capurro (2003) coaduna com tal ponto de vista quando apresenta como pioneiro o campo da informação científica à CI, pois segundo o autor, quando do seu surgimento, era este tipo de conhecimento que estava no centro das questões ligadas à informação.

Mesmo que tenha sido a informação científica a guiar os primórdios do desenvolvimento do campo, conceber o cerne da questão neste ponto é resumir de forma simplória todo o percurso do desenvolvimento humano na sua relação com o fenômeno informação.

Pois, Capurro e Hjørland (2007) ressaltam como a delimitação e o refletir sobre os fundamentos desta ciência são uma tarefa complexa. Seu objeto está arraigado a outros campos do saber que historicamente se desenvolveram de formas distintas o que proporcionou múltiplas teorias e conceitos para abordá-lo.

A história de uma palavra fornece-nos curiosidades que são tangenciadas ao próprio conceito. Mas, em nosso caso, o uso da palavra informação indica uma perspectiva específica, a partir da qual o conceito de comunicação do conhecimento tem sido definido. Esta perspectiva inclui características como novidade e relevância, ou seja, refere-se ao processo de transformação do conhecimento e, particularmente, à seleção e interpretação dentro de um contexto específico. A discussão leva às questões de por que e quando este significado foi designado com a palavra *informação*. (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 150).

Deste modo, a afirmativa acima está enredada de aspectos específicos cuja observação deve ocorrer de forma transversal, compreendo a informação como um fenômeno sujeito às reverberações do contexto político social e histórico, aceitando que este ocorre em determinado espaço-tempo e cuja neutralidade à sua concepção é impraticável.

Para pensar sobre a Ciência da Informação é necessário, impreterivelmente, refletir acerca deste objeto que ao longo da história esteve, e ainda está, intimamente ligado ao desenvolvimento humano. As transformações históricas e sociais pelas quais vem passando a humanidade tornam visíveis mais uma das delicadas condições que se põem ante o delimitar da CI.

Além da dificuldade advinda da dinâmica própria ao seu objeto de estudo, construído a partir do olhar das várias disciplinas, com as quais a Ciência da Informação se relaciona, há sua complexa relação com o contexto histórico da sociedade ocidental, o que resulta em uma multiplicidade de abordagens (FREIRE; FREIRE, 2009, p. 9).

Desta maneira, deter-se sobre o percurso histórico a partir do qual foram se consolidando as bases da Ciência da Informação na sociedade contemporânea é um movimento necessário para compreendê-la. E nesta narrativa devem estar presentes tanto aspectos que tratem da relevância de seu objeto ao longo do tempo, quanto das relações com as disciplinas envolvidas, o que coloca este fenômeno articulado à conjuntura na qual é gerado. Pois a informação sofre a influência política, econômica e social do contexto no qual ocorre. O que pode inferir com tal afirmativa é que o desenvolvimento humano está também sob esta dependência do ambiente, visto que o insumo de seu desenvolvimento está posto na mesma dinâmica.

Assim, no pós-Segunda Guerra a característica primeira associada à CI, e que por um dado período fora a que prescindia o entendimento de informação, esteve intrinsecamente ligada a informação científica e tecnológica. Pois, neste período, na verdade não fora propriamente a centralidade na informação e no conhecimento, mas a transformação destas em forças produtivas a caracterizaram a CI.

Fora um aspecto remanescente da forte influência positivista própria das ciências naturais e exatas, ou mesmo do desenvolvimento natural do campo ao considerar as questões levantadas à época, como bem trata Araújo (2014), ao apresentar que no contexto do pós-guerra eram a necessidade de rápido acesso à informação e a prolífera produção da informação que ditavam as relações com os fluxos informacionais. Desta forma o problema posto era de ordem

física relacionada ao imperativo tecnológico e buscava lidar com o volume documental, organizá-lo, torná-lo acessível (Saracevic 2008).

Todavia, estas abordagens tornaram-se em determinados aspectos limitadas para abranger a complexidade da informação, Nascimento e Marteleto (2004) abordam características do objeto da CI e enuncia atributos outros não contemplados anteriormente e são intrínsecos ao processo de compreensão do fenômeno:

Neste cenário, entende-se que as dimensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas são pré-condições para o entendimento da ‘informação’. Assim, a informação deve ser referenciada à historicidade dos sujeitos, ao funcionamento das estruturas e das relações sociais e aos sujeitos que executam ações. Isto é, a potencialidade de se ver a informação constituída como problema da sociedade, configurado como um fenômeno da ordem cultural e da humanidade. Se assim é, a postura frente à necessidade de se aprofundarem estudos e pesquisas que incorporem o significado ontológico da informação de dar forma a alguma coisa é retomada, vinculado ao seu potencial informativo dentro de seu contexto social e cultural, e não às suas características permanentes ou inerentes (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, p. 4)

Araújo (2009), ao ponderar tais perspectivas e o nascimento da CI em um panorama de correntes teóricas positivistas, também critica as limitações de um conceito de informação cunhado a partir de tais teorias. Seu posicionamento reforça “a incapacidade de [um conceito positivista] capturar aquilo que o método não dá conta de apreender: a informação subjetiva, dotada de sentidos diversos e inserida no terreno da experiência histórico-cultural” (ARAÚJO, 2009, p. 203).

Portanto, a ciência da informação não “nasce” ainda como uma ciência social. Muito ligada inicialmente à computação (como atesta, por exemplo, a importância do trabalho de Vannevar Bush) e à recuperação automática da informação, ela vai, apenas nos anos 70, promover sua inscrição efetiva nas ciências sociais (ARAÚJO, 2009, p. 203).

As supracitadas definições de CI, são tidas por Araújo (2009) como delimitações que tratam o conceito de informação concebendo-o como “coisa”. Esta concepção, segundo o autor, promove um distanciamento do objeto e da realidade dos/as sujeitos/as, isolando-o das questões sociais e históricas inerentes aos contextos sociais.

Um aspecto resultante de relações interdisciplinares reafirmado em Araújo (2009), refere-se ao estudo das correntes teóricas cujas influências auxiliaram a compor o que se entende por paradigma físico. Segundo o autor, a Teoria Matemática da Comunicação, Teoria

Sistêmica, Teoria Crítica da Informação, Teorias da Representação e da Classificação, Produção e Comunicação Científica, Estudos de Usuários/as, consolidaram um conceito positivista de informação.

Porém, dada a complexidade do fenômeno informacional e das transformações conjunturais, este conceito não fora o suficiente para tratar o objeto de acordo com as novas demandas. Pois tais acepções consideravam “a explicação como sinônimo de simplificação, a quantificação, a busca por regularidades e leis e o consequente apagamento das singularidades” (ARAÚJO, 2009, p. 203).

Todavia, mesmo diante dos pontos apresentados no estudo de Araújo (2009), é inegável que como consequência das correntes teóricas positivistas o percurso histórico do desenvolvimento da CI tenha por elas sido direcionado estruturando seus paradigmas. Desta maneira Capurro (2003) mostra alguns destes, visto que apresenta o paradigma que esteve ligado às origens da Ciência da Informação, o paradigma físico:

Em essência esse paradigma postula que há algo, um objeto físico, que um emissor transmite a um receptor. Curiosamente a teoria de Shannon não denomina esse objeto como informação ("information"), mas como mensagem ("message"), ou, mais precisamente, como signos ("signals") que deveriam ser em princípio reconhecidos univocamente pelo receptor sob certas condições ideais como são a utilização dos mesmos signos por parte do emissor e do receptor, e a ausência de fontes que perturbem a transmissão [...]Não por acaso, essa teoria refere-se a um receptor (*receiver*) da mensagem. Não é de se estranhar que os limites dessa metáfora hajam conduzido ao paradigma oposto, o cognitivo (CAPURRO, 2003, p.7).

Assim o Paradigma Físico oriundo dos conceitos inerentes à recuperação da informação (*information retrieval*) implica na veiculação física de um sinal, no qual o aspecto cognitivo e o papel ativo do sujeito não são contemplados de forma plena (CAPURRO, 2003). Assim, é bem aqui que se mostra a lacuna na qual o sujeito como ser criador de significado nas suas estruturas cognoscentes não é tido como parte que integra o processo informacional, pois:

As discussões relativas à mente humana fazem parte das abordagens das Ciências Cognitivas e, portanto, não cabe aos cientistas da informação trabalhar com esta essência fenomenológica. Todavia, os estudos em torno da cognição humana representam uma perspectiva relevante em Ciência da Informação, considerando-se as ações subjetivas dos profissionais da informação e o processo dialógico que deve permear a atuação dos sujeitos que lidam com a organização e representação da informação (EVEDOVE; FUJITA, 2013, p. 60).

Doravante, aquilo que poderia ser entendido como uma lacuna deixada pelo paradigma físico é preenchida, quando se passa a considerar a concepção dos sujeitos no fenômeno informação.

Assim, segundo o paradigma cognitivo, a informação é concebida considerando as estruturas cognitivas, sendo a relação mente-informação seu principal enfoque. Desta maneira, a partir do paradigma cognitivo, os aspectos ligados à mente do sujeito e sua capacidade de dar significado ao mundo que o cerca, incluindo a informação por ele acessada, é trazida à tona.

Por sua vez, a vinculação destas operações mentais na Ciência da Informação contribui diretamente para a compreensão de questões relativas ao processamento e representação da informação, considerando-se o necessário desenvolvimento de propostas investigativas voltadas aos fluxos de informação e conhecimento multidirecionados (EVEDOVE; FUJITA, 2013, 63).

Desta maneira, ainda segundo as autoras, ao tratar das influências mais importantes resultantes da interface Ciência da Informação e Ciências Cognitivas, está a contribuição de um melhor entendimento do processo de cognição e sua relação com os conteúdos informacionais bem como naqueles estudos cujas “faculdades mentais dos sujeitos” sejam o cerne da abordagem (EVEDOVE; FUJITA, 2013, p. 64).

As reflexões de Capurro (2003) ainda no tocante ao paradigma físico, inserem o presente paradigma em contraposição às acepções do paradigma cognitivo, levantam aspectos de uma abordagem que começa a considerar os sujeitos de forma mais ampla, colocando este na primazia dos estudos avaliando o que nele pode ser alterado.

Torna-se evidente que, no campo da ciência da informação, o que esse paradigma (o paradigma físico) exclui é nada menos que o papel ativo do sujeito cognoscente ou, de forma mais concreta, do usuário, no processo de recuperação da informação científica, em particular, bem como em todo processo informativo e comunicativo, em geral. [...] trata de ver de que forma os processos informativos transformam ou não o usuário, entendido em primeiro lugar como sujeito cognoscente possuidor de modelos mentais “do mundo exterior” que são transformados durante o processo informacional [...] (CAPURRO, 2003, p.7-8).

De modo geral esta abordagem relaciona-se aos “estudos em torno do conhecimento humano, cujo foco é a cognição enquanto processo de aquisição de conhecimento por meio da mente humana” (EVEDOVE; FUJITA, 2013, p. 69).

Conquanto, esta percepção cognitiva tende a entender este sujeito que imprime sentido tão somente a partir de sua própria mente, não incluindo neste processo de significação o mundo que o cerca e suas relações dentro dele, como se estas relações políticas, sociais, culturais não o influenciassem, sendo este sujeito percebido como ser isolado, descontextualizado que compõe significados sem influência do meio que no qual está imerso (CAPURRO, 2003).

A limitação do Paradigma Cognitivo se manifesta diante da sua insuficiência para analisar questões que estejam para além daquilo construído na mente dos sujeitos. E ainda mais aquém, de forma alguma considera como tal construção cognoscente se deu, como se materializou na mente, como foi concebida e quais foram as influências externas envolvidas nesse processo.

Ainda de posse das colocações de Araújo (2009), avançamos em correntes e reflexões que considerem mais que aspectos físicos da informação e o mundo numênico, que leve ao questionamento, uma ciência cujo objeto está para sociedade tal qual “um fenômeno humano (portanto, cultural e histórico) tal como o poder, a ideologia, a felicidade, entre outros” (ARAÚJO, 2009, p. 203).

Outro elemento fundamental enunciado por Araújo (2010) incide no fato de que a preocupação principal na produção do histórico da Ciência da Informação, em especial de Estudo de Usuários/as, não deve se ater a comparar e hierarquizar paradigmas.

Cada modelo teórico apreende alguns aspectos da realidade e deixa de fora outros. Aquilo que não era respondido pelo paradigma físico da CI tornou-se parte das preocupações do paradigma cognitivo. Igualmente, o paradigma social surgiu para iluminar questões não compreendidas pelo cognitivo. No caso dos estudos de usuários da informação, o paradigma social vem para problematizar aspectos de como a definição de critérios de qualidade e valor da informação é construída socialmente, e atravessada por fatores históricos, culturais, políticos, sociais e econômicos (ARAÚJO, 2010, p. 35- 36).

Capurro (2003) aponta em seu elenco de paradigmas, o Paradigma Social, o qual apresenta concepções a serem utilizadas na pesquisa em pauta:

Os limites do paradigma cognitivo se apoiam precisamente na metáfora, ou *pars pro toto*, de considerar a informação, ou como algo separado do usuário localizado em um mundo numênico, ou de ver o usuário, se não exclusivamente como sujeito cognoscente, em primeiro lugar como tal, deixando de lado os condicionamentos sociais e materiais do existir humano[...] Uma consequência prática desse paradigma é o abandono da busca de uma linguagem ideal para representar o conhecimento ou de um algoritmo ideal para modelar a recuperação da informação a que aspiram o paradigma físico e o cognitivo. Uma base de dados bibliográfica ou de textos

completos tem caráter eminentemente polissêmico ou, como o poderíamos chamar também, polifônico. Os termos de um léxico não são algo definitivamente fixo. [...] Isso significa, em outras palavras, uma integração da perspectiva individualista e isolacionista do paradigma cognitivo dentro de um contexto social no qual diferentes comunidades desenvolvem seus critérios de seleção e relevância (CAPURRO, 2003, p. 8).

O paradigma social ressignifica a Ciência da Informação ao se apresentar como uma abordagem cujo contexto social passa a ser considerado como componente relevante, concebendo os indivíduos como sujeitos que se relacionam socialmente e cujas relações em sociedade contribuem no processo da construção de significados (CAPURRO, 2003).

As autoras Nascimento e Marteleto (2004), diante de uma análise social do fenômeno informação, reafirmam a complexa relação dialética, meio social e interação dos sujeitos na construção deste fenômeno, não como uma “coisa” com existência própria, mas algo elaborado ao longo do tempo.

Ora, se a informação não é apenas uma ‘coisa’ a ser fisicamente observada, e sim historicamente construída, pois é ela que ‘dá forma a alguma coisa’, pode-se concluir que os sujeitos criam mecanismos informacionais (percepção, memória, imagem, etc.) para reconhecer, interpretar e transmitir significados. Ou seja, agir. Como resultado, entende-se a informação, renascida do seu sentido ontológico, apenas se inserida dentro de seu contexto cultural e social, e não apenas causal ou natural (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, p. 9).

Este paradigma ganha relevância à medida que o fenômeno social informação tem sido caracterizado ao longo da história humana, como um catalizador do desenvolvimento e cujas abordagens paradigmáticas se adequam à medida que se propõe analisar suas qualidades específicas, desta maneira:

O Paradigma Social enfoca a recuperação dos elementos subjetivos dos usuários para a definição do desenho dos sistemas de recuperação, considerando sua visão de mundo. A partir dessa concepção, a Ciência da Informação volta-se para um enfoque interpretativo, centrado no significado e no contexto social do usuário e do próprio sistema de recuperação da informação (ALMEIDA; BASTOS; BITTENCOURT, 2007, p. 22).

Araújo (2003) levanta a necessidade de os sujeitos serem incluídos nos estudos inerentes à Ciência da Informação, e esta inserção deve compreender o sujeito de forma holística, considerando sua idiosincrasia, suas interações, ações, expressões, linguagem, os processos sociais.

Pois é indubitável que os processos que envolvem produção, organização e disseminação da informação não só ocorrem na esfera social, são sociais imbuídos de componentes que regulam as relações dos sujeitos (NASCIMENTO, MARTELETO, 2004).

Neste cenário, entende-se que as dimensões históricas, culturais, econômicas, tecnológicas, sociais e políticas são pré-condições para o entendimento da ‘informação’. Assim, a informação deve ser referenciada à historicidade dos sujeitos, ao funcionamento das estruturas e das relações sociais e aos sujeitos que executam ações. Isto é, a potencialidade de se ver a informação constituída como problema da sociedade, configurado como um fenômeno da ordem cultural e da humanidade. (NASCIMENTO, MARTELETO, 2004, p. 3).

Não considerar estas esferas compromete de forma significativa a compreensão do fenômeno informacional e por sua vez a atuação dos/as cientistas e profissionais de informação no exercício prático de sua tarefa de tornar acessíveis conteúdos informacionais de forma a tentar minimizar discrepâncias sociais.

2.1 Concepções contemporâneas da informação

Novas configurações têm dinamizado a contemporaneidade e as relações sociais, com afluente quase infinito de conteúdo, reforçando-se assim a ação de uma ciência por meio da qual este “novo mundo” possa ser pensado e repensado. Estamos imersos em um oceano de possibilidades informacionais o qual nem sempre estamos preparados para absorver, não possuímos competências informacionais e não sabemos como selecionar o que, de fato, é necessário (MORIN, 2003).

A sociedade contemporânea, conduzida pelas atuais formas de produzir conhecimento, tem afetado a estabilidade dos velhos pensamentos, levando ao questionamento de disposições sociais históricas arraigadas à discriminação (AQUINO, 2011). De modo que os sujeitos munidos dos recursos necessários, inclusive recursos informacionais, podem mover-se nas estruturas de poder e assumir papéis de protagonismo. Isto não ocorre de forma uniforme nem tão menos de forma rápida, implica é um esforço cotidiano de resistência.

Mesmo em meio a relações individualizadas nas quais os sujeitos se mostram em posição de distanciamento uns dos outros, reforçando o individualismo como descrito por Bauman (2001), ainda assim são estes mesmos sujeitos aparentemente solitários – agora incumbidos de seu próprio desenvolvimento – os responsáveis por gerir sua plena satisfação.

Neste contexto, é retratada a incongruência de uma linguagem idiossincrática, mesmo que esta seja estabelecida em meio às relações distantes e fluidas. Bauman (2001, p. 81) afirma ainda que “o que quer que seja nomeado [...] só o é propriamente se os nomes escolhidos forem de domínio público, se pertencem a uma linguagem [...] e forem compreendidos pelas pessoas que se comunicam nessa linguagem”.

No intuito de levar a CI a um patamar no qual suas ações de forma pragmática e concreta atinjam a vida nas sociedades contemporâneas, Frohmann (2013) se posiciona contra um conceito de informação que gera distanciamento e que considera tão somente o mundo das ideias no qual a existência está presente apenas na mente dos sujeitos. O autor propõe que se considere a materialidade da informação sem a qual as relações e articulações com efeitos práticos seriam impossibilitadas e obliteradas. Desta maneira o movimento proposto, que traz a informação do abstrato ao concreto, é aquele cuja inexistência ocasiona que “grande parte das considerações sociais, culturais, políticas e éticas tão importantes para os estudos da informação se [percam]” (FROHMANN, 2013, p. 21).

Em sua proposição é nítido o afastamento do paradigma cognitivo, e a ideia de regimes de informação³ passa a se aproximar de forma mais estreita de conceitos oriundos do paradigma social, no qual as interações, próprias do regime defendido, ocorrem.

O conceito de regime de informação poderia formar parte de uma família de palavras que tematizam as configurações contemporâneas de práticas, meios e recursos de informação, onde as tecnologias da linguagem, caracterizadas por sua transversalidade e expansão indefinida, encontram seu espaço de operacionalização. O regime de informação, como conceito analítico, remete as figuras contemporâneas do poder, mas colocando em questão os critérios prévios de definição e reconhecimento do que seja juntamente da ordem da política e da informação (DE GOMÉZ, 2012, p. 43).

Outra questão também apresentada em Frohmann (2013), de importância ímpar para os temas aqui apresentados, que até certa instância está em comum acordo com o apresentado por Bauman (2001), está ligada à materialidade da informação possibilitando a “invenção de pessoas”.

Seu posicionamento ao tratar da materialização de conceitos e como estes conceitos tratam de determinados termos que ainda não abordados até dado momento, trazem à existência

³Outros/as autores/as também tratam do conceito de regime de informação tais como Isa Maria Freire, José Gervásio Unger e Claudia Regina Delaia nos seguintes estudos: “Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação” e “Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos à luz do regime de informação”, ambos referenciados neste trabalho.

indivíduos categorizados, cujo lugar no mundo não estava delimitado até então. Isto nos faz refletir sobre como esta potencialidade pragmática da informação pode fazer surgir sujeitos, grupos sociais, povos e etnias cujo existir até o momento de sua materialização documental estava invisibilizado.

Aquino (2011, p. 13) propõe o questionamento à ação social da disciplina CI quando indaga: “Que concepção se tem assumido na produção de conhecimento? Que tipo de conhecimento é produzido? Que lugar tem ocupado os novos atores sociais, negros (as), índios (as), deficientes, homossexuais, entre outros na produção de conhecimento?”.

São questões de não tão simples resolução, que de modo hermético, suscitam abordagens igualmente complexas dada as variantes do fenômeno e a forma como ele se desenvolve ao longo do tempo, tendendo a um processo acelerado de multiplicação de fontes de informação e conteúdos informacionais, colocando a sociedade em uma torrente de dados cuja finalidade se perde ao passo que a informação se torna um fim em si (MORIN, 2003; CAPURRO; HJÖRLAND, 2007).

Em face da concepção da informação como um fenômeno social cujos aspectos têm a possibilidade de ser devidamente perscrutados a partir do paradigma social, avançamos em alguns enfoques nos quais esta questão se torna explícita. De outra forma não poderíamos seguir, pois a informação tem sua sobrevivência intimamente ligada ao contexto social, não existindo sem que seja associada ao ser humano e suas relações histórico-culturais (GARCIA; TARGINO; DANTAS, 2012).

Está ressalvada neste trabalho a interligação dos paradigmas na abordagem do complexo objeto da Ciência da Informação, mesmo cientes de suas delimitações e distinções, assim, como apresentado por Felipe e Gomes (2014, p. 152), “as várias vertentes que influenciaram o desenvolvimento da Ciência da Informação, acabaram por delimitar paradigmas epistemológicos distintos, embora inter-relacionados e complementares”.

Algumas características próprias à Ciência da Informação direcionam o olhar sobre a mesma tendendo a percebê-la como uma ciência cujos objetivos se desenvolvem no campo social, dado o aspecto contemporâneo no qual se encerra:

Tal ciência seria estabelecida como um protótipo de uma ciência nova ou pós-moderna. A ciência pós-moderna não é como as ciências clássicas, dirigidas para a busca do completo entendimento de como o mundo funciona, mas para a necessidade de desenvolver estratégias para resolver em particular aqueles problemas que foram causados pelas ciências e tecnologias clássicas (WERSIG, 1993, p. 229).

Desta maneira é válido apresentar que os aspectos técnicos e tecnológicos da Ciência da Informação não a resumem, pois suas possibilidades de ação na sociedade compreendem aspectos que vão além das tecnologias e estão ligadas às suas relações, desdobramentos sociais e humanos como bem reforça Saracevic (2008, p. 55):

A CI tem oscilado entre dois extremos - humano e tecnológico - sem se definir claramente por qualquer deles ou estabelecer um equilíbrio confortável. Embora exista, ultimamente, uma clara oscilação do pêndulo em direção ao lado humano da equação, o extremo tecnológico continua sendo a amarra que dirige a inclinação do campo em sua totalidade e não apenas do campo - é visível que esta é a característica da sociedade da informação. De toda forma, muitas décadas de experiência com as mais diversas soluções tecnológicas para acessar e utilizar a informação (algumas mais sedutoras, elegantes ou convenientes) nos demonstram que ainda estamos engatinhando, com uma modesta compreensão do quão pouco conhecemos, em sentido formal, sobre os aspectos humanos (social, institucional, individual...) e comportamentais relacionados com o conhecimento e a informação (SARACEVIC, 2008, p. 55).

Assim, as autoras Edoveve e Fujita (2009) lançam suas considerações em relação à Ciência da Informação e à Sociologia no momento que tentam criar um olhar investigativo que esteja sensível a uma produção que não esteja apenas associada a contextos informacionais para produção de conhecimento, mas que se conscientize no produzir conhecimento para influenciar tais contextos informacionais.

Tal preocupação se manifesta à medida que “um dos objetivos da Ciência da Informação seria contribuir para que a informação se torne cada vez mais, um elemento de inclusão social [...]” (FREIRE; FREIRE, 2009, p. 18). O fenômeno informação não é algo novo na história da humanidade, porém sua relevância no modo de produção da sociedade contemporânea se agigantou sobremaneira. Como nunca dantes, a informação tornou-se um catalizador de mudanças socioculturais, dando àqueles/as que a detém, posições privilegiadas.

No atual contexto da sociedade um dos objetivos da CI seria contribuir para a informação se tornar um elemento de inclusão social, trazendo desenvolvimento para os indivíduos e seus grupos sociais. Se considerarmos o conhecimento como resultado da interação do sujeito com o meio social, tecnológico, político e cultural, seremos de acordo que tal situação apresentase como desafio metodológico para a Ciência da Informação, o deslocamento do individualismo metodológico para o seu oposto, o coletivismo metodológico. [...] Frente a essa postura, constatamos que a CI nos últimos tempos tem demasiada preocupação com os modos com que a informação provê aos indivíduos possibilidades de melhoria social e consequentemente a cidadania [...] (FELIPE; GOMES, 2014, p. 153).

Considerando a relevância da informação na sociedade contemporânea e as relações que os sujeitos em sociedade mantêm com este fenômeno, é possível também refletir a respeito da potencialidade que a informação tem de alargar ou estreitar abismo sociais. O que leva a considerar a responsabilidade que a CI tem em lidar com estas discrepâncias a fim de atenuá-las.

Circunscrever a Ciência da Informação em uma perspectiva social ou, ainda, mostrar as razões primeiras que fundamentariam a sua demarcação como ciência essencialmente humana e, portanto, social, nos coloca diante de um imbricado estado de coisas. Primeiramente, a discussão permearia o que define uma ciência, ou seja, o seu objeto, e as relações a que este objeto estaria sujeito. Talvez as perguntas fossem: o que é; e qual a natureza do nosso objeto? Parece, entretanto, que as nossas perguntas já estariam respondidas, uma vez que já denominamos este campo de ciência e elegemos *a priori* o seu objeto: a informação (MARTINS, 2007, p. 133).

Isto porque “a informação é um fenômeno que ocorre no campo social” e “o ambiente humano é fundamental, sem ele não seria possível a existência e a atuação dos/as agentes de informação” (FREIRE; FREIRE, 2009, p. 16). Desta maneira tenta-se apresentar o compromisso social da informação.

Ao considerar aspectos como estes, Freire e Freire (2009) apresentam a não neutralidade que envolve o fenômeno informação, quando tratam da intencionalidade na produção de conteúdos informacionais. Desta maneira reforçam que é um fenômeno suscetível às influências dos contextos nos quais são produzidos.

Quando cientistas e profissionais da informação organizam textos ou documentos para entender a necessidade de um determinado setor da sociedade, o fazem acreditando que essas informações serão úteis para seus usuários potenciais e que, delas, haverá resultado benéfico para sociedade (FREIRE, FREIRE, 2009, p. 18).

A enunciação acima traz ao fazer Ciência uma reflexão inerente a responsabilidade social daqueles/as que a produzem.⁴ Isto se associa ao que Santos (2008) propõe como revolução científica em uma sociedade já revolucionada pela ciência e que desta vez deve compreender uma revolução que a ressignifique estruturalmente.

⁴ Para aprofundar a discussão a respeito da responsabilidade social na Ciência da Informação podem ser consultadas as seguintes produções: *Conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação*, das autoras Joana Coeli Ribeiro e Maria das Graças Targino; *A responsabilidade social da ciência da informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico*, da autora Isa Maria Freire. Ambas as obras aqui citadas se encontram referenciadas neste trabalho.

Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente) (SANTOS, 2008, p. 60).

Dessa maneira abordagens de estudos voltadas para organização, acesso e uso da informação, trazem a possibilidade de fomentar a discussão social a respeito dos temas que visam uma disseminação de forma a promover mudanças sociais e inclusão social por meio da informação, de modo a empoderar àqueles/as cujos lugares ocupados são de opressão, pois:

A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. Como premissa, entendemos a informação a partir da modificação, da mudança, da reorganização, da reestruturação, enfim, da transformação do conhecimento (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 97).

O que traz a este trabalho a tendência de seguir posicionamentos tais que consideram que o fenômeno informação deve ser tratado a partir de correntes teóricas que o concebam enquanto fenômeno social, e cujas ações de mediação dos/as profissionais envolvidos na sua organização e disseminação levem em consideração estes aspectos, e busque produzir conhecimento para a mudança de mentalidades e transformação social, pois estas são premissas inerentes às transformações de contextos sociais nos quais LGBTQI+ estão inseridas convivendo com múltiplas formas de exclusões, pois:

Mediação da Informação é toda a ação de interferência – realizada pelo profissional da informação, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. [...] A mediação não estaria restrita apenas a atividades relacionadas diretamente ao público atendido, mas em todas as ações do profissional bibliotecário [e também de outros profissionais da informação], em todo fazer desse profissional (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 46).

Farias (2015), enuncia que a mediação da informação representa uma oportunidade de atuar junto a comunidades, com vistas a potencializar possibilidades de ação no mundo. Tais considerações são consonantes com a mediação da informação delineada pela equipe do Espaço LGBT. Ao assumir práticas sociais com o intuito de disseminar e tornar acessíveis conteúdos informacionais aos sujeitos que ali se dirigem, configuram-se como catalisadores no processo de protagonismo e autonomia dos sujeitos.

2.2 Estudos de usuários/as

Os estudos de usuários estão relacionados com aspectos ligados a “busca, demanda e necessidades” (GASQUE; COSTA 2010, p. 22). Estes estudos correspondem a uma importante categoria de estudos em CI, compondo um significativo arcabouço teórico do mesmo modo que acumula um profuso histórico de pesquisas empíricas (ARAÚJO, 2012; BAPTISTA, CUNHA, 2007; PINHEIRO, 1982). De modo que “em pouco tempo, percebeu-se o potencial que pesquisas com usuários possuíam para a avaliação das fontes de informação disponíveis e dos serviços oferecidos pelas bibliotecas” (ARAÚJO, 2012, p. 146).

A partir do levantamento documental de estudos de revisão a respeito da produção sobre o tema “estudos de usuários/as” e seus subtópicos, Gasque e Costa (2010, p. 22) trazem abrangente relato das correntes e paradigmas que estiveram em vigor no campo. O que proporciona acompanhar desde a década de 1950 até os anos 2000 quais foram os pontos enfatizados nas pesquisas relatadas e quais os deslocamentos teóricos que proporcionaram alcançarmos as práticas informacionais, recentemente trabalhadas na Ciência da Informação.

Antes que o foco dos estudos de usuários/as estivesse mais centrado nos sujeitos informacionais (nos próprios usuários), seus empenhos estavam direcionados em analisar como estes sujeitos avaliavam “fontes de informação disponíveis” e “serviços oferecidos pelas bibliotecas” (ARAÚJO, 2012, p. 146). Pois em sua origem, na Universidade de Chicago, em 1930, os primeiros estudos desse campo foram realizados com usuários de bibliotecas, sendo aplicado para avaliação do acervo destes locais, de modo que o cerne das investigações não estava propriamente ligado aos/às usuários/as, mas sim no uso dado às coleções das bibliotecas em questão (ARAÚJO, 2012; FIGUEIREDO, 1979).

Já no Brasil, a partir da primeira década do século XXI, numerosas pesquisas têm sido empreendidas e intituladas como estudos de comportamento informacional de usuários/as, conhecidas também como “estudos de necessidades”. (GASQUE; COSTA, 2010; PETTIGREW; FIDEL; BRUCE, 2001; WILSON, 2000).

As primeiras investigações no campo dos estudos de usuários foram realizadas após a década de 1940, impulsionadas por dois eventos. O primeiro, a Conferência de Informação Científica da Sociedade Real, em 1948, no Reino Unido. O segundo, a Conferência Internacional de Informação Científica, em Washington, Estados Unidos, em 1958 (GASQUE; COSTA, 2010, p. 23).

Deste modo na primeira fase dos estudos de usuários/as, que compreende o período de 1950 até meados da década de 1960, o foco assentava sobre os indivíduos que utilizavam a

informação em contextos científicos tecnológicos. Estes ambientes limitavam os estudos a assuntos restritos e inerentes à comunidade abordada, cuja técnica mais comumente adotada era a aplicação de questionários autoadministrativos (GASQUE; COSTA, 2010).

Tais pesquisas tinham caráter exploratório na qual os dados descreviam hábitos e necessidades com fins de estruturar sistemas de informação que suprissem o maior número das necessidades relatadas. Porém, nem todos estes estudos (a maioria deles) foram capazes de amparar a criação de sistemas de informações satisfatórios (GASQUE; COSTA, 2010; MARTYN, 1974).

Em meados de 1960, os estilos mais generalistas começaram a rarear. Apesar da extensa produção de levantamentos sobre usuários, segundo Martyn (1974), nem sempre eles eram de boa qualidade. Alguns utilizaram instrumentos mais sofisticados, como técnicas de observação indireta e análise de citação. Métodos sociológicos mais refinados foram aplicados aos estudos de sistemas informais de transmissão de informação, possibilitando a descrição de colégios invisíveis e nomeação de *gatekeepers*, além da compreensão mais profunda sobre modos de a informação ser adquirida e usada. Todavia, esses estudos tiveram pouco impacto sobre os *designers* de sistemas de informação (GASQUE; COSTA, 2010, p. 24).

Antes da década de 1970 o foco esteve mais direcionado à utilização dos sistemas. Todavia, mesmo nesta época já era possível observar estudos cujas bases teóricas se deslocavam na direção dos/as usuários/as, o que ocasionou a distinção de dois grupos de pesquisadores/as: os orientados para o uso de unidades de informação, e aqueles direcionados ao estudo do comportamento de determinados grupos de usuários/as (GASQUE; COSTA, 2010; WILSON, 2010).

Gasque e Costa (2010) percebem a partir de seu levantamento que entre os anos de 1950 e 1970 houve um paradigma dominante que se sustentava nas premissas behavioristas, o que resulta no emprego de uma metodologia com destaque para o comportamento dos sujeitos. De igual modo houve à época a sustentação de posicionamentos positivistas.

Em meio às críticas e reflexões realizadas às metodologias destes estudos, pode-se evidenciar significativos pontos para repensar os estudos de usuários/as, o que implica na ampliação do foco dos estudos, seja no que tange aos usuários/as e/ou aos sistemas de informação. Pois percebeu-se a existência de sistemas informais e outros centros de informações que não os tradicionalmente abordados como as bibliotecas. E que o comportamento informacional pode ser compreendido como um processo no qual meios distintos podem estar envolvidos, dada a naturalidade com a qual o ser humano lida com suas demandas informacionais (GASQUE; COSTA, 2010; WILSON-DAVIS, 1977).

Mesmo diante das críticas apresentadas, muitos dos estudos posteriores, produzidos entre a década de 1980 e 1990, ainda mantinham a centralidade nos sistemas de informação e estavam fundamentos no paradigma tradicional, cujas características principais são:

[...] a objetividade, em que a informação é entendida como algo com significado constante [...] o foco é sobre o sistema, não percebendo o usuário como indivíduo com objetivos, autocontrole e capacidade para tomar decisões [...] a passividade dos usuários, sustentada na ideia de que são receptáculos passivos de informação objetiva [...] a trans-situacionalidade, em que se tenta prever o comportamento dos usuários por meio de estatísticas e modelos que poderiam ser aplicados em várias situações [...] a visão atomística da experiência, centrada na interação entre os usuários e os sistemas de informação. [...] a concepção comportamental em que se privilegia o comportamento externo [...] o caos, fundamentado na crença de que as pesquisas produzem observações sistemáticas e padrões de comportamento para os sistemas de informação (GASQUE; COSTA, 2010, p. 27).

Em detrimento desta abordagem Gasque e Costa (2010) elencam também características do novo modelo que surge em oposição ao modelo tradicional neste período de transição de correntes teóricas e abordagens paradigmáticas:

[...] reconhece a subjetividade humana resultante de uma realidade que não transmite significado constante; o construtivismo, em que o conhecimento não é visto como acabado, constituindo-se das interações do indivíduo com o meio pelo uso da linguagem; a visão dos usuários como seres ativos, direcionados por seus próprios objetivos e capacidade de escolhas próprias. A situacionalidade, que considera o comportamento informacional variável de acordo com a especificidade da situação; a visão holística, pela qual os usuários devem ser compreendidos em um contexto social mais amplo, e os sistemas, como um dos elementos a que podem recorrer se querem informação; o cognitivismo, baseado na crença de que as abordagens fundamentadas no comportamento e no desenvolvimento cognitivo podem contribuir substancialmente com a ciência da informação. Finalmente, a individualidade sistêmica, em que se reconhece a emergência da inclusão dos valores individuais (GASQUE; COSTA, 2010, p. 27).

Assim este paradigma emergente agrega novos aspectos que trazem à centralidade dos estudos, os/as usuários/as e não mais os sistemas, passam a considerar a percepção, ação dos sujeitos e as estruturas significantes ligadas à sua cognição. Desta forma, proporcionam também a análise do modo como as pessoas agem diante das situações nas quais seu conhecimento se mostra incompleto (GASQUE; COSTA, 2010).

Observa-se, assim, que a principal diferença entre as abordagens adotadas no paradigma tradicional e no paradigma emergente está vinculada aos aspectos

psicológicos, em que se identifica a primeira como behaviorista e a segunda como cognitivista (GASQUE, COSTA, 2010, p. 27).

Em fins da década de 1980, os estudos cognitivistas, influenciados por aspectos oriundos da fenomenologia, passam a ser pautados em métodos qualitativos, e passam a reconhecer também o âmbito sociológico envolvido nas necessidades dos/as usuários/as (GASQUE; COSTA, 2010).

Embora muitos dos novos autores estivessem fundamentados na abordagem cognitiva, em fins da década de 1980 surge a abordagem social. O eixo dos trabalhos situa-se nos significados e valores que os indivíduos atribuem ao contexto sociocultural, dentre outros. A abordagem pretendeu estudar os fenômenos que transcendiam a estrutura cognitiva. O trabalho de vanguarda foi desenvolvido por Chatman (1999), que propôs três estruturas para entender o comportamento informacional: “teoria da pobreza de informações”, “teoria do ciclo da vida” e “teoria do comportamento normativo” (GASQUE; COSTA, 2010, p. 28).

O desejo de se questionar os estudos em relação ao seu aporte conceitual é intensificado por volta dos anos 1990. O que se manifesta por meio das seguintes iniciativas: a conferência *Information Seeking in Context* realizada em 1996; a instituição do grupo de estudos *Information Needs, Seeking and Use* (Siguse) pela *American Society for Information Science* (Asis), atual *American Society for Information Science and Technology* (Asist); e a edição do periódico *Information Processing & Management* sobre *Information Seeking in Context* (GASQUE; COSTA, 2010; PETTIGREW, FIDEL, BRUCE, 2001).

A partir dos anos 2000, período que Gasque e Costa (2010) reconhecem como a contemporaneidade dos estudos abordados, o uso do termo “comportamento informacional” se legitima, sobrepondo-se ao termo “necessidades e uso da informação”. Assim, identificam-se, neste período, a abordagem cognitiva, a abordagem social, e a abordagem multifacetada que reconhece a integração de diversos posicionamentos para melhor compreender o comportamento informacional (GASQUE; COSTA, 2010; PETTIGREW, FIDEL, BRUCE, 2001).

A evolução conceitual dos ‘estudos de usuários’ para ‘estudos de comportamento informacional’ reflete a necessidade de se compreenderem os processos em uma perspectiva multidimensional. Isso porque ocorre profunda imbricação na tessitura dos fenômenos, em que vários fatores desempenham papéis decisivos na produção do conhecimento (GASQUE; COSTA, 2010, p. 31).

Desta maneira se faz necessário compreender e dedicar esforços para evidenciar as distintas realidades e complexos contextos nos quais os indivíduos existem e se relacionam, o que demanda metodologias igualmente complexas e métodos diversos, pois é nestes contextos que se dá e é constituído o comportamento informacional (GASQUE; COSTA, 2010).

Este ponto de vista compreende essencialmente as relações histórico-culturais sob as quais os sujeitos acessam, usam, produzem informação e agem transformando sua situação social concreta. Diante destes aspectos o/a usuário/a da informação é concebido de forma contextualizada. E aqui inserimos como exemplo de um contexto particular, os/as usuários/as transexuais de uma unidade informacional específica para atendimento à LGBTQI+.

Os autores e autoras que têm sido sensíveis à observação do contexto e interações sociais têm empreendido esforços para estudar realidades sociais ligadas à marginalização, apresentando como um dos fatores correlacionados à modificação destas condições excludentes, o conceito de protagonismo social.

O protagonismo é um conceito cujo significado é relacional, na medida em que só pode ser compreendido em relação aos diferentes sujeitos, envolvidos num acontecimento. Por isso, é preciso que o mediador [profissional da informação] liberte-se de ideias conversadoras e estáticas, para poder sentir as demandas de um grupo, se conscientizando de seu papel na sociedade perante a responsabilidade social da área em que atua, procurando incentivar a tolerância e abertura por parte dessa sociedade face à diversidade [de gênero, sexual] cultural e étnica dos que vivem à margem (FARIAS, VARELA, 2016, p. 93).

Farias e Varela (2016, p. 324) consideram ainda que ser protagonista se relaciona com o “poder atuar de forma central nos contextos históricos e coletivos, com consciência da relevância de suas ações, da realidade que o cerca e da importância de se empoderar das informações necessárias para modificar sua vida”. De modo que sob o aspecto informacional acrescentamos o conceito de Gomes (2017), que considera as potencialidades do fenômeno informacional, e como estas só se concretizam mediante desenvolvimento do protagonismo social, pois a autora julga que:

O protagonismo social representa o caminho humanizador do mundo e, promissor da construção ética de relações sociais capazes de assegurar o espaço crítico, de dialogia, criatividade e alteridade. Esse espaço crítico potencializa a construção de zonas de consensos, já que nele os sujeitos expõem suas compreensões e argumentos, debatem acerca dos pontos de divergência e convergência de ideias, criando as condições para o estabelecimento e revisão de políticas, normativas, metas sociais e também verdades científicas (GOMES, 2017, p. 27-28).

Por conseguinte, está latente neste elemento a informação, a capacidade de possibilitar “o compartilhamento da diversidade do conhecimento de conhecimentos e o estímulo ao debate e à construção do espaço crítico”, manifestos apenas por meio do protagonismo social (GOMES, 2017, p. 2-28).

Farias (2016) afirma que quando se introduz as noções oriundas do protagonismo social aos estudos em informação, consolidam-se estratégias que devem considerar formas palpáveis de apropriação da informação e de empoderamento, nas esferas social e cultural (FARIAS, 2016, p. 335).

A inserção de tais conceitos nos estudos em Ciência da Informação tem resultado, nos últimos vinte anos, no aparecimento e incorporação do paradigma social, numa nova abordagem introduzida com o intuito de ampliar o campo dedicado aos estudos dos sujeitos informacionais e acabar com certas limitações dos estudos de comportamento (ARAÚJO, 2013).

Conforme Araújo (2013, p.2), essa ampliação vem acontecendo:

[...] em parte, pela presença de estudos sobre usuários de informação em outros âmbitos além dos cursos de graduação em Biblioteconomia, tais como a Arquivologia, a Museologia e os Sistemas de Informação. Outro fator é uma mudança nas condições de participação dos sujeitos que, com as possibilidades trazidas pelas novas tecnologias e pela internet, vêm se tornando cada vez mais produtores e disseminadores de informação. Mas o principal motivo que levou a tal ampliação foi o surgimento de perspectivas de pesquisa que buscaram integrar o caráter individual e coletivo do comportamento dos usuários, bem como sua inserção nos contextos socioculturais.

O que remete este trabalho a tomar como ponto de partida a concepção de deslocar os/as usuários/as da posição unicamente de receptor/a da informação e colocá-los/las como autores/as no processo de apreensão da informação. Pois Almeida Junior (2009, p. 97) defende que a informação não existe previamente, todavia, é trazida à existência por meio da relação da pessoa com o “conteúdo presente nos suportes informacionais”.

Outhwaite e Bottomore (1996, p. 3), colaboram com esta colocação quando apresentam que “as ações sociais são sempre parte de sistemas mais amplos e de processos de compreensão intersubjetiva, o que introduz a questão do papel do agente (‘mediação humana’) nos processos através dos quais as ações são coordenadas”.

2.3 Definindo Práticas Informacionais

Percebe-se, desde sua origem, um alargamento do campo dos estudos de usuários a partir da necessidade de se analisar um objeto complexo como o fenômeno informação em uma sociedade “permeada por matrizes de significações diferentes e conflitivas e ainda múltiplas, concorrentes ou superpostas” (MARTELETO, 1995, p. 7).

Informação diz respeito não apenas ao modo de relação dos sujeitos com a realidade, mas também aos artefatos criados pelas relações e práticas sociais. Fenômeno de complexa configuração ou previsão, seja ela entendida como processo ou produto, é sempre uma “probabilidade de sentido”. (MARTELETO, 1995, p. 2).

Neste sentido, associam-se aos estudos de usuários/as outros conceitos e teorias oriundas de outras áreas como das Ciências Sociais, que permitem através de suas abordagens analisar o sujeito contextualizado sem que se ignore suas estruturas mentais, possibilitando compreender instâncias interacionais das relações de sujeitos que agem não apenas para responder estímulos externos.

Desse modo é no campo dos estudos de usuários/as da informação que se insere a definição de práticas informacionais e isto ocorre à medida que estes estudos são direcionados para necessidade informacional de usuários/as considerando-os/as como sujeitos contextualizados (GONZÁLEZ-TERUEL, 2005; ARAÚJO, 2016).

Assim, Berti e Araújo (2017) consideram que o estudo das práticas informacionais se configura como um empreendimento em busca da informação considerando que esta está intrinsecamente ligada às interações sociais, o que possibilita observar características distintas e inerentes aos espaços nos quais informação e usuários/as são percebidos.

Este campo tem se empenhado em aprofundar seus estudos de maneira que considerem os sujeitos de forma contextualizada, trazendo aos estudos de usuários/as o entendimento das questões sociais, culturais, com o fim de obter uma compreensão do coletivo (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017).

No primeiro momento, a abordagem alternativa não contemplou a perspectiva das Práticas Informacionais, esse conceito apareceu posteriormente, discutido por autores como Savolaine (1995), Tajla (1996) e Wilson (2002) a partir do início da década de 1990, sem muita incidência no campo (BERTI; ARAÚJO, 2017, p. 392).

De maneira complementar, Rocha, Gandra e Rocha (2017) discorrem também sobre a inviabilidade de tratar práticas informacionais sem que se considere o conceito de práticas sociais. Assim, as autoras afirmam que os estudos das práticas sociais antecedem os das práticas informacionais. Pois corroboram com as concepções de Savolainen (2007) de que toda prática que envolve a informação é uma prática social e “é por meio do estudo das práticas sociais ou culturais que são reveladas as práticas informacionais” (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017, p. 99). Desta maneira, mais adiante, insere-se também a perspectiva da “*práxis da informação*” de Savolainen (2007).

Portanto, Rocha, Gandra e Rocha (2017) afirmam que desta maneira se inserem múltiplas teorias da prática em Ciência da Informação, que podem ser, a priori, divididas entre as que não tratam do papel social das estruturas sociais (etnometodologia, fenomenologia), as que problematizam a categoria social (Teoria Autor-Rede) e as que não o fazem (teoria da estruturação, modelo praxiológico). Todavia, “independentemente das diferenças radicais da abordagem da prática, para Cox (2012), apoiado em Schatzki (2002), a rotina e o hábito são definidores da prática” (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017, p. 99).

Nos estudos em Ciência da Informação os precursores na aplicação do conceito de práticas informacionais são de países distintos e empregam em suas pesquisas aportes teóricos variados, todavia convergem no que diz respeito a “adoção do socioconstrucionismo como base teórico-metodológica” inserindo em seus trabalhos “abordagens [...] como a etnografia, fenomenologia, Cognição Situada, Cognição Distribuída, Abordagem da Prática, Teoria da Atividade, dentre outros” (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017, p. 106).

Em seu estudo, as autoras Rocha, Gandra e Rocha (2017) tomaram como base para apresentação deste movimento de inserção do conceito de práticas informacionais três grupos pioneiros, sendo dois europeus e um brasileiro: 1) grupo *Research Group on Information and Media Practices - RIME* da *University of Tampere*, na Finlândia; 2) grupo *Information Practices*, da *University of Borås*, na Suécia; 3) grupo Práticas Informacionais, da Universidade Federal de Minas Gerais, no Brasil (ROCHA; GANDRA; ROCHA, 2017).

Abrangendo instâncias não contempladas em outras ocasiões históricas do desenvolvimento da Ciência da Informação, no qual conceitos positivistas estiveram no cerne de suas abordagens, Duarte, Araújo e De Paula (2017) apresentam um momento histórico no caminhar em direção a uma abordagem social da informação, um marco na transição de uma abordagem cognitiva à uma que passe a considerar a interação sujeito/ambiente:

Um marco importante para a visibilidade do surgimento dessa abordagem no cenário internacional é a realização do primeiro encontro internacional de investigadores da área, realizado na cidade de Tampere, na Finlândia, em 1996. À época, o evento foi denominado *Information Seeking in Context*, e a importância do contexto nos processos de busca da informação foi ressaltada não somente no nome do evento, mas nas inúmeras apresentações e debates que ali ocorreram. Enfocar o contexto significa que a análise muda do cognitivo para o social e que, portanto, passa-se a considerar tanto as formas como o contexto interfere nas ações do indivíduo quanto como as ações do indivíduo são passíveis de alterar o contexto, num ciclo constante. Uma consequência disto é a adoção da terminologia práticas informacionais para denominar os estudos conduzidos a fim de investigar como se dão os interrelacionamentos entre o sujeito e a informação (DUARTE; ARAÚJO; DE PAULA, 2017).

Explicitada uma das suas possíveis relações de origem do conceito de práticas informacionais, sigamos para uma distinção necessária. Pois, anteriormente utilizado nos estudos de usuários/as, o conceito “comportamento informacional” se distancia do conceito de prática informacional.

Ao falar de prática informacional estabelecemos uma distinção entre este conceito e o de comportamento informacional, muito utilizado nos estudos de usuários[as]. Ao analisar o comportamento, apreende-se o que é externo e observável, mas ignora-se os atos encobertos praticados pelos indivíduos. A análise do comportamento informacional nas pesquisas em estudos de usuários[as] busca quantificações e padronizações, determinando este comportamento com base em variáveis preestabelecidas. A prática, ao contrário, supõe os indivíduos como protagonistas das ações, e busca compreender os atos encobertos das interações e a atividade de dar significado aos objetos e símbolos informacionais (SILVA, 2008, p. 58-59).

Segundo Pinto e Araújo (2012), esta abordagem aplicada aos estudos de usuários/as, permite de fato tocar a complexidade da formação dos sujeitos no que tange aos aspectos sociais que participam da constituição dos mesmos, ao contrário de estudos tradicionais e alternativos.

Marteletto (1995) de igual modo reforça a distinção, “o estudo das práticas informacionais considera os significados atribuídos pelos sujeitos durante as ações de buscar, usar e disseminar informações nos “espaços constituídos e concretos de realização de tais práticas” (MARTELETO, 1995, p. 91).

Quanto a isto, corroboram Rocha, Duarte e Paula (2017, p. 39) “o contexto é considerado como um elemento constitutivo das ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, por elas constituído a partir de uma relação dialógica. O individual e o social também são considerados como interdependentes”.

Portanto, a adoção da terminologia práticas informacionais e da postura sociocultural para empreender estudos daquele que passamos a denominar não mais usuário[a] da informação e sim sujeito informacional (ressaltando desse modo seu caráter de ator) é consistente com o momento histórico da valorização do contexto nas investigações, considerando as relações dialógicas entre sujeito e contexto. (DUARTE; ARAÚJO; DE PAULA, 2017, p. 4).

Prática informacional compreende um conceito que analisa as ações de busca, uso e disseminação da informação dos/as sujeitos/as de modo a considerar instâncias semiológicas. Entende as ações, bem como todas as práticas, como oriundas de interações sociais. Compreende que não só o sujeito sofre interferência do meio, mas o que há é uma reação dialógica que também permite interferir no mundo no qual se insere (BRITO *et al*, 2016).

Sendo assim questões que se relacionam a investigar o que motiva as ações dos sujeitos quanto ao ato de busca, acesso e uso da informação são melhor esclarecidas a partir dos fundamentos teóricos das práticas informacionais. Não se limitando a responder somente “o que buscam”, “como buscam” ou o quanto “buscam”, por exemplo, determinada informação. Podem responder, desvelado o véu do senso-comum, questões que envolvem o “porquê” procuram, o “porquê” acessam de tal forma e não de outra.

Duarte, Araújo e De Paula (2017) apresentam o histórico da produção do grupo de pesquisa Práticas Informacionais, da Universidade Federal de Minas Gerais, no Brasil. No Quadro 1, é possível perceber a diversidade de sujeitos informacionais e de temáticas possíveis em estudos que abordam análises fundamentadas a partir do conceito de práticas informacionais:

Quadro 1: Historiografia do Grupo Práticas Informacionais (2008-2017)

Temática	Sujeito Informacional
Descreve e analisa as práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte (SILVA, 2008).	Profissionais do sexo
Busca compreender as práticas informacionais de ouvintes assíduos de rádio (PESSOA, 2010).	Ouvintes assíduos de rádio
Busca compreender como os idosos percebem, descrevem e atribuem significado à experiência da inclusão digital e seus efeitos na vida diária, perpassando pelo campo da sociabilidade e do comportamento informacional (GANDRA, 2012).	Idosos que tenham se incluído digitalmente
Investiga a maneira dos professores produzirem, disseminarem e apropriarem de informações para a sua organização político-sindical (PINTO, 2012).	Professores da RMBH
Investiga como pessoas com cegueira congênita e adquirida interagem com a Web e como percebem sua (in)acessibilidade [...] (ROCHA, 2013a)	Pessoa cega
Busca indícios de como a subjetividade interfere no processo decisório, ou como os aspectos subjetivos se integram às competências individuais para influenciar esse processo [...] (ARAÚJO, 2013).	Bibliotecários universitários

Continua

Conclusão	
Temática	Sujeito Informacional
Investiga as práticas informacionais dos usuários do sistema SIEX da UFMG, contemplando tanto os aspectos comportamentais dos seus usuários quanto os aspectos operacionais do sistema (TERTO, 2013).	Professores e funcionários da UFMG
Traça um paralelo entre biblioteca escolar e a ferramenta de busca Google enquanto canais de busca de informação (ANTUNES, 2015).	Alunos ⁵
Investiga os elementos simbólico-afetivos envolvidos no compartilhamento do conhecimento na relação de orientação estabelecida entre docentes e discentes de um programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> (COELHO DE SÁ, 2015).	Professores e alunos ⁶
Analisa como as práticas informacionais de mães de crianças com alergias alimentares influenciam no dia-a-dia desses indivíduos (BARROS, 2016).	Mães ⁷
Análise de práticas informacionais de clientes de serviços de estética (MOTA, 2016).	Mulheres ⁸
Práticas informacionais de pesquisadores e gestão do conhecimento científico sob a perspectiva da cognição distribuída (ROCHA, 2017)	Integrantes de um grupo de pesquisas ⁹

Fonte: Duarte, Araújo e De Paula (2017).

Em 2014 o grupo de pesquisa Estudos de Práticas Informacionais foi cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, todavia, seus integrantes vêm se debruçando sobre o tema há anos.

Os trabalhos e a produção do grupo, embasados em estudos de sujeitos informacionais, contemplando a esfera histórica, cultural, social, das relações humanas e concebendo os sujeitos como indivíduos responsáveis por construir significados de informação e agir em seu meio social, nos motivaram a utilizar o conceito de práticas informacionais neste estudo.

Pois em vista desta virada teórica, ao abordar práticas informacionais em detrimento de comportamento informacional, Pinto e Araújo (2012) fazem reflexões acerca do tema e evocam Bourdieu com sua sociologia da prática, por considerar que esta possui categorias de análise próprias à compreensão das interfaces: indivíduo relacional, prática informacional e sociedade.

Não obstante, para análise do campo científico, cultural, educacional, artístico ou político, e a fim de lançar luz à compreensão das relações de disputa entre dominantes e dominados, Bourdieu (1983) apresenta algumas categorias de análise, das quais tomamos a categoria *habitus*, para melhor compreender a relações que sujeitos LGBTQI+ mantêm em uma sociedade marcada pela heteronormatividade.

⁵ Alunos de escola privada nativos digitais.

⁶ Professores/as e alunos/as de um programa de pós-graduação *stricto sensu*, com conceito "7" no Sistema de Acompanhamento e Avaliação da CAPES, da área de Ciências Exatas e da Terra de uma Universidade Federal

⁷ Mães de crianças com alergia alimentar.

⁸ Mulheres que se submetem a procedimentos estéticos.

⁹ Todos os/as integrantes do Grupo Integrado de Pesquisas em Biomarcadores (GIPB) do Centro de Pesquisas René Rachou (CPqRR) - Fiocruz -BH

Pinto e Araújo (2012) discorrem também a respeito desta categoria de modo a correlacioná-la, em seu trabalho, com as práticas informacionais, ao passo que considera que os sujeitos envolvidos na busca, uso e disseminação da informação o fazem mediante a atribuição de significados concebidos mediante as suas relações sociais, desta maneira afirma que a contribuição de Bourdieu (1983) é significativa pois o autor:

[...] buscou compreender as relações de disputa entre dominadores e dominados não só numa perspectiva econômica, como também a partir das marcas que essas disputas deixam na subjetividade das pessoas e que conformam a ação delas diante das situações do cotidiano, ou seja, Bourdieu incorpora a dimensão do simbólico, do cultural (PINTO; ARAÚJO; 2012, p. 223).

Desta forma, é razoável apreender a noção trazida por Bourdieu a fim de compreender estes sujeitos relacionais enquanto seres históricos que internalizam noções através das quais atuam no mundo. Pois, o *habitus* compreende “classificações” internalizadas pelos sujeitos ao longo de sua vida por intermédio da família “(*habitus* primário)” ou de outros contextos sociais “(*habitus* secundário)” (PINTO; ARAÚJO; 2012, p. 223-224).

A Sociologia da Prática de Bourdieu traz possibilidades para que seja utilizada como fonte da qual a Ciência da Informação e os estudos de usuários/as podem tomar para viabilizar análises abrangentes das práticas informacionais (PINTO; ARAÚJO, 2012)

Neste sentido a contribuição teórica de Bourdieu (1983) por meio da inserção do conceito de *habitus* no campo da CI para análise de práticas informacionais compreende um acréscimo significativo a estes estudos, pois traz a possibilidade de uma análise abrangente de como sujeitos informacionais concebem suas ações. Permite também verificar como suas práticas sociais estão imbuídas de objetividades e subjetividades histórica e culturalmente construídas.

O que torna possível a compreensão de estruturas estruturante instauradas de forma arbitrária, produzidas e reproduzidas cotidianamente cuja percepção da sua existência é um dos fatores primário para conduzir os sujeitos subalternizados à *práxis* informacional, assim permitindo que ressignifiquem os sentidos até então atribuídos a sua vivência e tidos como “naturais”.

Objetivando tratar dos significados dados às relações sociais dos sujeitos abordados neste estudo, no capítulo seguinte levantamos temas intimamente ligados às suas vivências e que tratam de como o gênero estrutura as relações de poder e fundamenta percepções essencialistas ligadas um *habitus* heteronormativo.

3 GÊNERO, SEXUALIDADES E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O pensamento é portador das características sociais do/a pensador/a. O conteúdo e a forma do pensamento, as ideias e dinâmicas por meio das quais essas ideias são geradas e compreendidas, são afetadas por elementos sociais concretos, entre os quais se inclui o gênero (FARGANIS, 1997).

Deste modo, as estruturas sociais são também organizadas considerando o gênero, o que implica em relações baseadas na percepção das diferenças entre os sexos, que por sua vez são utilizadas para categorizá-los, de forma essencialista, resultando em hierarquizações e subalternizações arbitrárias baseadas em aspectos pseudocientíficos.

Pois a reprodução de modelos polarizados baseados nas distinções de gênero tenta dotar mulheres de características como passividade e sensibilidade, e homens de virilidade e força, buscando fomentar sentimentos de frustração e de dor, quando impedem a vivência de todas as dimensões de suas faculdades, sejam elas intelectuais e/ou psicológicas (BENTO, 2003).

Os significados construídos sobre as diferenças entre os sexos fundamentam esquemas hegemônicos de gênero que também baseiam práticas discriminatórias as quais enunciam matrizes de significados inscritos nas estruturas objetivas e subjetivas. O que implica em abjeção a identidades de gênero e orientações sexuais que não representem ou se distanciem do referencial “homem branco cisgênero”. Nesta dinâmica, sujeitos outros como mulheres, pessoas transexuais¹⁰ e os demais sujeitos LGBTQI+ são identificados simbolicamente como desviantes, precários e abjetos (BUTLER, 2011).

Scott (1990, p. 86) considera gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”. Segundo a autora o gênero também é compreendido como “uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1990, p. 86).

A palavra gênero, conforme Scott (1990), começou a ser empregado pelas feministas americanas que buscavam ressaltar o caráter social das distinções baseadas no sexo e refutar o determinismo biológico como argumento para justificar diferentes formas de subordinação vivenciadas pelas mulheres.

¹⁰ Neste estudo utilizamos o termo “transexual” para representar identidades de gênero não-cisgêneras, o que no caso compreende travestis, mulheres transexuais e homens trans. Adotamos o termo “transexual” e não “transgênero” por considerar a expressão usual no contexto brasileiro das discussões de gênero, identidade de gênero e sexualidades. No capítulo 5 deste estudo encontram-se mais detalhes sobre adoção do termo.

Segundo Scavone (2004):

[...] observa-se a abertura de um profícuo diálogo entre o movimento social e a academia: a inclusão dos conceitos de relações sociais de sexo e gênero nas Ciências Sociais ilustra esta tendência, sugerindo-nos o amadurecimento teórico de duas instâncias do saber, a científica e a política (SCAVONE, 2004, p. 42).

O nascimento do feminismo, no ocidente, pode ser datado entre os séculos XVIII e XIX, caracterizado como um movimento social e simultaneamente como um “campo de produção e mesmo uma visão emancipatória de mundo” (MATOS, 2015, p. 150). Dada sua origem plural, pode-se dizer que há na verdade feminismos, visto que nasceu em meio às revoluções da burguesia na Europa e nos Estados Unidos, se difundiu pelo mundo sendo construído ao longo da história à medida que absorveu múltiplas ideologias e preceitos (MATOS, 2015).

Coube ao feminismo colocar as mulheres no centro do debate político e científico da modernidade, trazendo à visibilidade sua constituição como sujeitos e objetos de análise, assim como sua agência nos processos de democratização e modernização que vinham transformando o mundo. Partiu-se, para tanto, de um “problema” que tem funcionado como ponto inicial/pressuposto caro a todos os feminismos: a existência de um processo histórico de objetificação, opressão e sujeição histórico-política das mulheres (MATOS, 2015, p. 150).

O feminismo contemporâneo brasileiro emerge nesse contexto associado à influência do feminismo internacional, de efervescência de diversos movimentos sociais, principalmente estudantis, que buscavam um novo modo de fazer política e contestavam os tradicionais papéis patriarcais impostos pela sociedade burguesa, nos países europeus e nos EUA (SCAVONE, 2008).

Costa e Sardemberg (2008) traçam uma linha histórica na qual se insere o movimento feminista no Brasil, colocando em relevância o início do século XIX e as mudanças sociais, políticas, econômicas e ideológicas que colocariam a situação das mulheres em evidência. Explicitam que o feminismo foi e é um movimento que sempre esteve atrelado à dinâmica das questões sociais do país. Não se manteve inerte ou indiferente às lutas por direitos e liberdade, foi às ruas e às universidades, tal qual o movimento em outros países:

[...] o feminismo no Brasil vem assumindo várias formas de luta, diversas bandeiras e diferentes facetas. Já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Já lutou no parlamento, nas ruas e nas casas

para conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. E vem lutando pela igualdade de salários e condições dignas de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle sobre o próprio corpo e gozo de nossa sexualidade, enfim, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a mulher possa realizar-se plenamente enquanto ser humano e cidadã (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 32).

É essencial resgatar a intensa atuação das acadêmicas e feministas negras na luta pela redemocratização do país, na formação do feminismo brasileiro, na produção de conhecimento e na afirmação do racismo como estruturante das desigualdades. (CÔRTEZ, 2012).

Sueli Carneiro¹¹ (2003), filósofa, doutora em Educação e referência do feminismo negro, enuncia:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca (CARNEIRO, 2003, p. 4).

Tal posicionamento teórico se apresenta como crucial para alterar concepções e práticas racistas arraigadas na consciência coletiva que remete a períodos coloniais no Brasil. Pois a objetificação de corpos negros, de corpos de mulheres negras, é histórica e resulta em violências diversas. Conforme a autora, a “violência sexual colonial” é a amálgama “de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2003, p. 1)

Conforme Saffioti (1997) os processos de subjetivação-objetivação estão constantemente sujeitos à capacidade-incapacidade de apropriação dos frutos da *práxis* humana por parte de seus sujeitos, não somente pelo fato da sociedade brasileira ser dividida em classes sociais, mas também por ser ela atravessada pelas contradições de gênero e de raça/etnia. As opressões das mulheres se associam de forma interseccional com categorias como classe e raça/etnia.

Não se trata, contudo, de conceber três diferentes ordenamentos das relações sociais, correndo paralelamente. Ao contrário, estes três antagonismos fundamentais entrelaçam-se de modo a formar um *nó*. Convém alertar, contudo, para o fato de que não se trata de uma dissolução dos três eixos ao longo dos quais se estruturam as desigualdades, traduzidas em hierarquias e

¹¹ Fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra – primeira organização negra e feminista independente de São Paulo. <https://www.geledes.org.br/>

diferentes tipos de conflitos entre os *socii*. Trata-se de um entrelaçamento, que não apenas põe em relevo as contradições próprias de cada ordenamento das relações sociais, mas que as potencializa. Em outros termos, este *nó* apresenta uma lógica contraditória (SAFFIOTI, 1997, p. 61).

Tais apontamentos são imprescindíveis, pois as categorias que agem como marcadores sociais, tais como raça, etnia, classe, gênero, sexualidade e localidade, produzem distintas formas de identificação e podem desestabilizar padrões binários institucionalizados que limitam o reconhecimento das diversidades. A discussão de tais elementos ao escrever sobre o surgimento do conceito relações de gênero se justifica, pois, tais aspectos estiveram e estão presentes na configuração do feminismo brasileiro, impactando as produções sobre o tema.

Os estudos balizados pelo feminismo lançaram críticas ao modelo cartesiano de ciência, marcado por pressupostos androcêntricos, conflitantes com as experiências das mulheres. Passou a fomentar a crítica e a produção científica no que diz respeito, inicialmente, à situação social das mulheres, influenciando desta forma o pensamento científico de algumas áreas do conhecimento. O desdobramento da crítica feminista à centralidade da figura masculina na sociedade e à crítica ao sexismo científico, contribui para criticar e questionar uma ciência tradicionalista (PERUCCHI, 2009, p. 1).

As Ciências Sociais – européias ou americanas, mais recentemente brasileiras – vêm realizando, nas últimas três décadas, pesquisas e estudos sobre a situação social das mulheres, que resultaram em ampla e diversificada produção temática, conceitual e analítica. A emergência deste campo do saber coincide com as mudanças advindas na produção do conhecimento científico no final dos anos 60 em diante, embora já encontremos nos meados dos anos 40 trabalhos pioneiros sobre o assunto. A partir dos anos 80, esses trabalhos começaram a ficar conhecidos como estudos das mulheres (*women's studies*) e estudos de gênero (*gender studies*), principalmente nos meios acadêmicos com maior influência americana. Nos países francófonos, ficaram conhecidos como estudos sobre as relações sociais de sexo (SCAVONE, 2004, p. 21-22).¹²

A autora salienta a existência de influências teóricas distintas e conflitantes desenvolvidas pelos estudos de gênero e feministas que, com base em um diálogo com o marxismo, com o estruturalismo, com a psicanálise e com o pós-estruturalismo, passaram a

¹² Segundo Scavone (2004), a autora Gayle Rubin, antropóloga e feminista inglesa, foi expoente na construção do conceito de gênero. Em um de seus primeiros textos sobre a questão que se tornou clássico na área, *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*, Rubin procurou responder teoricamente à recorrência da opressão e subordinação social das mulheres com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a psicanálise freudiana e com o marxismo.

integrar o universo das teorias sociais contemporâneas. O aprofundamento desse conceito e sua diversificação nos possibilitam atualmente falar em teorias de gênero (SCAVONE, 2008).

No Brasil, Costa e Sardemberg (2008) enunciam que é apenas a partir dos anos 1990 que a categoria analítica e metodológica das relações de gênero é introduzida no Brasil, impulsionando a criação de núcleos de estudos e pesquisa nas universidades. O texto “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, publicado no país em 1990, pela historiadora e feminista americana Joan Scott, teve grande impacto e repercussão nos estudos brasileiros desenvolvidos sobre a temática (SAFFIOTI, 2004; ALMEIDA, 2007).

Em sua conceituação analítica e histórica, Scott (1990) apresenta como ponto central a premissa de que “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...]” (SCOTT, 1990, p. 14). Essa dinâmica, na ótica de Scott (1990), se efetiva a partir da interpretação de que a organização social humana realiza sobre as diferenças percebidas entre os sexos e na organização, construção e distribuição de relações de poder embutidas nessa lógica. Em torno das distinções anatômicas dos órgãos sexuais, as representações do senso comum, os conteúdos científicos e a linguagem constroem uma série de atributos, oposições binárias que convertem as diferenças em desigualdades, de modo que o princípio masculino é tomado como modelo de todas as coisas.

Em Derrida (1973), observar os binarismos atinge amplas esferas do processo constitutivo de identidades. Estas identidades construídas, baseadas na dualidade, limitam a compreensão de outras identidades que não sejam aquelas que se opõem.

Um exemplo é a instituição da noção de heterossexualidade para significar, por oposição, a ideia de homossexualidade, como desviante social. Pares como cultura/natureza; gênero/sexo; razão/emoção; objetividade/subjetividade; mente/corpo; transcendente/imanente; sujeito/objeto; masculino/feminino; público/privado e, heterossexualidade/homossexualidade se estabelecem por meio de estruturas hierárquicas de valoração. Nesta lógica, tudo o que está à frente associa-se ao masculino com mais valor e maior poder agregado, sendo os segundos atributos relacionados ao feminino (SOARES, 2016).

O discurso de Glória Anzaldúa (2005), como o de outras que tratam de temas com o idêntico teor, tem proporção que permite tocar em pontos nefrágicos intrínsecos das relações opressoras de gênero, que atingem mulheres como também homens, evidentemente com doses desiguais de poder.

A ternura, um sinal de vulnerabilidade, é tão temida que é despejada nas mulheres com violência e golpes verbais. Os homens, até mais que as

mulheres, estão acorrentados a papéis de gênero. As mulheres, ao menos, tiveram a coragem de romper com a sujeição. Apenas os homens gays tiveram a coragem de se expor à mulher dentro deles, e de desafiar o modelo corrente de masculinidade. Tenho encontrado pouquíssimos homens heterossexuais educados e amáveis, os primeiros de uma nova estirpe, mas estão confusos, e enredados em comportamentos sexistas que ainda não conseguiram erradicar. Precisamos de uma nova masculinidade e o novo homem precisa de um movimento (ANZALDÚA, 2005, p. 705).

Na dinâmica de problematizar determinismos biológicos na explicação das desigualdades sexuais (SCAVONE, 2004), os estudos de gênero contribuíram e contribuem para análises sociais em que as identidades, as feminilidades e masculinidades, são concebidas como construções sociais e históricas, permeadas por relações de poder.

Conforme Butler (2010), produções vêm pontuando a reflexão a respeito da construção social dos gêneros, na perspectiva de que não existe um sexo biológico com significação fora do âmbito social e histórico, refutando a associação linear da sexualidade ao sexo biológico (BUTLER, 2010). A sexualidade não é compreendida como uma questão pessoal, algo “dado pela natureza”, mas é social, política, histórica aprendida no decorrer da vida de todos os sujeitos sociais (BUTLER, 2010; LOURO, 2000; FOUCAULT, 1975).

Butler (2010) de forma ainda mais abrangente, avança ao considerar que mesmo o sexo é uma construção social.

Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades dessa sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade (LOURO, 2000, p. 11).

Estas discussões questionam um sistema que atrela a expressão de gênero de forma irrevogável ao sexo, desenvolvendo estratégias de naturalização dessa ligação. Mecanismos de controle, punição e negação, muitas vezes mantidos pela violência, buscam regular a existência de homens e mulheres cujo estar no mundo subverte o binarismo de gênero, compreendido como disposição regulada por aspectos gonadais.

Pois um sistema binário dos gêneros produz e reproduz a ideia de que o gênero reflete, espelha o sexo e que todas as outras esferas constitutivas dos sujeitos estão amarradas a essa determinação inicial: a natureza determina as sexualidades e posiciona os corpos de acordo com as supostas disposições naturais (BENTO, 2003, p. 3).

Objetivando também apreender as multiplicidades e como os marcadores sociais se relacionam e interagem na vivência transexual, Piscitelli (2008, p. 263) estuda o conceito de interseccionalidade. A autora afirma que o termo foi cunhado em 1989 pela feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw e que a abordagem interseccional trata das teorizações sobre a “multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social”. De modo que os sujeitos informacionais deste estudo têm em sua vivência aspectos de distintas opressões que se articulam ao gênero.

Assim, neste trabalho, a reflexão a respeito das práticas informacionais de transexuais, as análises a respeito da exclusão e das violências, serão compreendidas no cenário de profundas desigualdades de poder, ancoradas no sistema sexo-corpo-gênero de caráter heteronormativo, que censura os trânsitos de gênero e a norma heterossexual considerando também aspectos inerentes a situação socioeconômica, escolaridade, características étnico-raciais e faixa etária dos sujeitos informacionais abordados (BUTLER, 1999).

3.1 Sexualidades: desconstruindo sexualidades

Considerado os aspectos correlacionados ao gênero, uma das questões inerentes a este tema é a sexualidade. Sua concepção e a forma como a sociedade ocidental lidou com o sexo, ao longo dos séculos, evidencia uma construção discursiva explícita, insistente, complexa e diversificada que ainda hoje visa controlar como os indivíduos expressam suas sexualidades, buscando remetê-los aos padrões normatizados pelo modelo heteronormativo. Este tema se insere no estudo, pois é um dos aspectos sobre os quais se alicerçam ações discriminatórias inerentes à vivência de pessoas transexuais.

Quanto ao percurso histórico do fenômeno que resultou na regulação da sexualidade como exercida atualmente, por meio de um exaustivo incentivo para que dela se discursasse. Foucault (1998) relata que no início do século XVII havia uma certa sensação de liberdade, parecia se exercer um menor esforço para tornar as práticas, entre elas as sexuais, sob sigilo. Segundo o autor, tratava-se de uma forma distinta do modo contemporâneo de lidar com o obsceno, com o indecente.

A partir do século XIX passamos a viver à sombra de uma outra forma opressora de controle, a sombra da clausura da burguesia vitoriana, na qual a sexualidade se encerra no casal “legítimo”, na família conjugal, com único objetivo de procriar (FOUCAULT, 1998).

Neste sentido, aqueles/àquelas cujas sexualidades se distanciam do compreendido como normal, não lhe é negada a existência. Podem existir, porém não coexistir. Têm seus lugares de exceção, seja o “lugar médico, seja o prostíbulo” (FOUCAULT, 1998, p. 9). E aquilo que parecia estar sendo excluído está na verdade, de forma insular, cercado por uma permanência de “discursos clandestinos, circunscritos, codificados” (FOUCAULT, 1998, p. 9).

O autor prossegue com sua abordagem sobre a estreita relação na qual se articulam saber e poder:

Em suma, trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana. Daí o fato de que o ponto essencial (pelo menos, em primeira instância) não é tanto saber o que dizer ao sexo, sim ou não, se formular-lhe interdições ou permissões, afirmar sua importância ou negar seus efeitos, se policiar ou não as palavras empregadas para designá-lo; mas levar em consideração o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o "fato discursivo" global, a "colocação do sexo em discurso" (FOUCAULT, 1998, p. 15).

Desta maneira, nas sociedades modernas o sexo não fora interditado, mas a questão nessa sociedade é a devoção com a qual se empenha em falar dele, dando-lhe sempre *status* de segredo. O que modifica qualitativamente o discurso fazendo dele emergir a sexualidade heterossexual. Assim, cria-se uma série de categorias não normatizadas, decorrentes de uma sexualidade monogâmica e heterossexual.

A mecânica do poder que ardorosamente persegue todo esse despropósito só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, introdu-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem natural da desordem. Exclusão dessas milhares de sexualidades aberrantes? Não, especificação, distribuição regional de cada uma delas. Trata-se, através de sua disseminação, de semeá-las no real e de incorporá-las ao indivíduo (FOUCAULT, 1998, p.51).

O que faz o autor considerar que a sexualidade tem ligações a não tão antigos dispositivos de poder que começaram a se proliferar a partir do século XVII, e que se sustentam não pela sua articulação com a reprodução, mas se articula “a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder” (FOUCAULT, 1998, p. 118).

Assim, Foucault (1998, p. 139) conceitua sexualidade como “o conjunto de efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo

pertencente a uma tecnologia complexa”. O que se relaciona a outras instâncias das relações humanas.

Pois empreende na verdade uma organização sobre a existência, sobre a vida. Tal organização é denominada de bio-poder. Este se aplica à normalização do corpo, o que traz a reflexão que envolve o modo como as relações e o desejo são construídos dentro da sociedade.

Deste modo, Foucault (1975) empreende estudos sobre como o poder se inscreve sobre os corpos de maneira que assegure sua sujeição imposta para resultar numa condição de docilidade-utilidade. Assim, corpos são formados, moldados, adestrados.

Por conseguinte, percebe-se uma mutação no mecanismo do poder, que passa a ser não um aniquilador, mas um gerador de vidas. Vinculam-se aos corpos formas e expressões que não as suas próprias, mas resultantes da repressão política que os dociliza para que ajam do modo como desejam que ajam, suprimindo desejos e expressões (FOUCAULT, 1976).

Rubin (2012) apresenta a sexualidade como um produto da atividade humana, o que, por conseguinte, está envolvido em conflitos de interesses variados, não sendo o sexo concebido com neutralidade, está envolto, dentre outras questões, com o interesse político.

Assim propõe uma teoria radical do sexo que possibilite “identificar, descrever, explicar e denunciar a injustiça erótica e a opressão sexual” que demanda um conjunto refinado de ferramentas conceituais revelando a existência da sexualidade na expressão de sua diversidade ao longo do tempo (RUBIN, 2012, p. 11).

Porém, considera que o essencialismo sexual é um entrave para uma “teoria radical”. Todavia chama ao relato o consistente desenvolvimento do saber acadêmico no combate a este posicionamento, sobretudo, no tocante ao movimento homossexual (RUBIN, 2012).

A noção de uma sexualidade ideal singular caracteriza a maioria dos sistemas de pensamento sobre o sexo. Para a religião o ideal é o casamento procriativo. Para a psicologia é a heterossexualidade madura. Apesar de se variarem os conteúdos, o formato de um padrão sexual singular é continuamente reconstituído dentro de outros enquadramentos retóricos, incluindo o feminismo e o socialismo. É tão objetivável quanto insistir que todos deveriam ser lésbicas, não-monogâmicos, ou queer, como acreditar que todos deveriam ser heterossexuais, casados ou ter práticas sexuais convencionais – apesar da última série de opiniões ser respaldada por poderes consideravelmente mais coercitivos que os primeiros (RUBIN, 2012, p. 20, tradução nossa).

As reificações de gênero e identidades cristalizam hierarquias e produzem relações de poder, regularizam corpos e práticas, reproduzindo privilégios e exclusões. “A normalização das identidades – e sua consequente opressão define padrões de comportamentos rejeitando diferenças” (BUTLER, 2010, p. 329).

Nesta dinâmica, sujeitos transexuais se apresentam como destoantes das premissas reivindicadas por este poder que de forma biopolítica não concebe este corpo como legítimo. Põe-se assim em questão todo um sistema de binarismos no qual estão envolvidas as categorias sexualidade e gênero. Desta maneira, diante da variada forma como sujeitos se expressam, a insuficiência desse binarismo se torna explícita à medida que tenta explicar tais distinções.

[...] existe uma matriz heterossexual que exige a linha coerente entre sexo – gênero – desejo – prática sexual, mas inúmeras pessoas não seguem essa norma. Quanto mais a pessoa foge dessa linha, mais violência ela sofre, pois as demais pessoas estarão a postos para fazer que o sujeito “entre nos trilhos”. Essa linha coerente é o motor da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade. Se quisermos o respeito à diversidade sexual e de gênero, será fundamental desconstruir essa linha coerente. No entanto, as pessoas que utilizam apenas o paradigma da igualdade, a afirmação das identidades e os binarismos muitas vezes, intencionalmente ou não, acabam exigindo que todas as pessoas sigam essa linha e se adaptem à heteronormatividade para que seus direitos sejam conquistados (COLLING, 2013, p. 413).

Levando em consideração a matriz heterossexual, as experiências identitárias de sujeitos transexuais “quebram a causalidade entre sexo/gênero/desejo e desnuda os limites de um sistema binário assentado no corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher)” (BENTO, 2012, p. 21).

Nesta dinâmica, sujeitos transexuais são identificados simbolicamente como desviantes, precários e abjetos (BUTLER, 2010):

As pessoas transexuais se sentem, desejam viver e ser reconhecidas como uma pessoa de outro gênero que não o esperado pela sociedade, com base no sexo biológico do seu nascimento [...] No entanto, mesmo existindo esse consenso, as pessoas transexuais são diferentes umas das outras, assim como todas as demais pessoas não transexuais, embora suas necessidades em relação às mudanças corporais possam, em muitos casos, serem as mesmas. Além disso, as formas pelas quais esse desacordo é entendido variam, a depender da experiência de vida das próprias pessoas transexuais (COELHO; SAMPAIO, 2014, p. 13).

Importante enunciar as concepções de Bento (2010) a respeito do dispositivo da transexualidade, o qual concebe uma exclusiva explicação para vivenciá-la. A autora localiza e problematiza dois tipos de discursos sobre a mesma: o da psicanálise e, em especial, o da endocrinologia que aborda os aspectos hormonais. Os discursos reforçam a afirmação de que uma pessoa transexual é aquela que abomina sua genitália e deseja uma cirurgia de transgenitulação como condição para satisfazer com sucesso a sua heterossexualidade.

Eu defendo que a transexualidade não tem absolutamente nada a ver com a sexualidade. Algumas pessoas transexuais querem fazer a cirurgia, outras não querem. Mas existe uma questão central que unifica o discurso das pessoas transexuais: a luta pelo reconhecimento e pela mudança dos documentos. Muitas pessoas dizem que a genitália não é o problema, o problema é quando não tenho os documentos que me reconheçam [...] Cada pessoa transexual vai vivenciar a sua sexualidade de formas muito diferentes, todas as pessoas transexuais não são heterossexuais, não são bissexuais, gays ou lésbicas. Existe uma pluralidade de vivências da sexualidade na transexualidade, existe uma luta pelo reconhecimento de um outro gênero. Discutir transexualidade nos remete a discutir a identidade de gênero deslocada da biologia, porque são pessoas que têm todas as genitálias normais, toda a estrutura biológica, cromossomos absolutamente normais e, no entanto, não se reconhecem no corpo. E, nesse sentido, a genitália é apenas uma das partes do corpo. Muitos mudam o corpo, colocam silicone, fazem aplicação a laser para tirar as marcas da barba, deixam o cabelo crescer, se constitui e produz as expressões do gênero feminino, luta socialmente para ser reconhecida como mulher (BENTO, 2010, não paginado).

Sujeitos transexuais têm suas vivências marcadas por abjeções específicas, e vivenciam de formas variadas o processo transexualizador, influenciando diretamente suas práticas sociais e informacionais em diversos âmbitos. Assim, pessoas transexuais são vistas como desviantes, pessoas cujo agir e existir na sociedade rompe com normas impostas e reiteradas por aspectos culturais historicamente reproduzidos e pouco discutidos, e isto ocorre pois:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider (BECKER, 2008, p 14).

Um dos aspectos que reforçou a abjeção às pessoas transexuais ao longo de anos foram discursos, em especial, médicos que associam as identidades trans à patologias e doenças mentais. Todavia, estas concepções sustentadas por aspectos pseudocientíficos foram e são problematizados por “pessoas trans como sujeitos coletivos” que reivindicavam “contrapor a suposta verdade científica que fundamentava a patologização” em busca da construção de um novo corpo teórico que legitimasse sua existência considerando a diversidade humana que implica, práticas, desejos, e identidades outras que não as preconcebidas a partir da heteronormatividade (BENTO, 2014, p. 5)

Como resposta a estas reivindicações em 18 de junho de 2018 um grande passo na luta contra a transfobia foi dado. A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10) foi atualizada passando a considerar a transexualidade não mais como transtorno mental, passou-se a entender a transexualidade como uma “incongruência de gênero”, inserida ao capítulo intitulado “condições relacionadas a saúde sexual”. (MARTINELLI, 2018).

Um importante aspecto no que diz respeito a ressignificação de uma construção histórica e cultural, de concepções equivocadas fundamentadas em posicionamentos ideológicos, que na verdade constituem-se como dispositivos de poder exercidos sobre corpos que rompem com o binarismo a fim de (re)construí-los e docilizá-los. As identidades trans devem ser concebidas como legítimas expressões dos seres humanos, diante de variadas possibilidades de modos de ser.

Neste sentido, recuperamos uma significativa observação de Becker (2008, p. 14) acerca dos outsiders, “sujeitos que se desviam das regras do grupo”, o autor afirma que “o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um *infrator*”. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso, por conseguinte o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal (BECKER, 2008, p. 16).

Sugiro que a transexualidade é uma expressão identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Essa definição confronta-se à aceita pela medicina e pelas ciências *psi* que a qualificam [qualificavam] como uma “doença mental” **e relaciona ao campo da sexualidade e não ao gênero.** (grifo nosso). Definir pessoa transexual como doente é aprisioná-la, fixá-la em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária (BENTO, 2008, p. 15-16).

Ferreira (2009), ao investigar a informação social comunicada no corpo das travestis, analisa a hermética interpretação da informação nestes corpos pela sociedade. O autor assume a concepção de que, à amplitude do entendimento do conceito de informação, pode ser incluída uma definição que a compreenda como componente transformador de estruturas (BELKIN; ROBERTSON, 1976), sendo uma destas estruturas o corpo, que se expressa em gestos, na forma e em técnicas corporais.

[...] tal definição se aplica bem ao caso das travestis, as quais são capazes de transformar a morfologia corporal à medida que passam a integrar uma rede de relações sociais em que são disseminadas informações sobre como, onde e

por quanto podem obter contornos corporais mais femininos. Acrescentem-se, ainda, as informações relacionadas ao aprendizado das técnicas corporais comuns às mulheres (MAUSS, 2003), tais como o gestual com as mãos, a maneira de caminhar, de arrumar os cabelos, de vestir-se, de maquilar-se etc. (FERREIRA, 2009, p. 38).

Neste processo, travestis têm acesso a conteúdos informacionais diversos e também comunicam informação por meio de suas relações sociais e de seus corpos. O que por sua vez proporciona às travestis uma vivência particular cercada de problemáticas oriundas de um contexto social atrelado a uma estrutura de dominação masculina que infere nelas o “desvio” do modelo estabelecido. Tornando difícil sua inserção em locais do convívio comum nos quais e por meio dos quais se tornaria pleno o exercício de sua cidadania.

Mas o reconhecimento de um gênero não essencialmente masculino e nem feminino das travestis, assume feições problemáticas num país de tradição patriarcal como o Brasil. [...] acredita-se que as tensões, os conflitos, a intolerância e a violência contra elas remontam à formação da sociedade brasileira. [...] desde a chegada dos colonizadores europeus, fixaram-se as regras morais que viriam definir os padrões sexo-afetivos de comportamentos aceitáveis no Brasil. Tais padrões, por conseguinte, foram sendo estruturados num sistema de gênero exclusivamente heterossexual, organizado em torno dos símbolos e papéis de macho para os homens, e de fêmea para as mulheres (FERREIRA, 2003, p. 6).

Refletir sobre a produção de informação a partir de contextos marginalizados e sujeitos subalternizados, apresenta-se como ato de importância ímpar para construção de uma sociedade que respeite a diversidade.

No caso particular das travestis, é de chamar a atenção que num mundo em que se produzem e disseminam informações com muito mais facilidades, o preconceito e a intolerância ainda se impõem como barreiras ao respeito às diferenças, inclusive na abertura de outras oportunidades para esse segmento na vida em sociedade. Durante o trabalho de campo, em nenhum momento se verificou entre os indivíduos não travestis entrevistados qualquer referência que as valorizasse enquanto cidadãs. A partir da análise realizada sobre esse segmento social em Belém, fica evidente que a desinformação parece justapor-se ao preconceito, especialmente se este último for tido como todo julgamento a priori, produzido num contexto de ausência de informações exatas e confiáveis, resultando em leituras superficiais e aparentes dos indivíduos considerados “diferentes” (FERREIRA, 2009, p. 43-44).

Desse modo, concebemos as relações sociais levando em conta que esta dinâmica ocorre em meio aos processos sociais nos quais a experiência identitária transexual e travesti recebem significados específicos a partir das normas de gênero (BENTO, 2006).

Todas as pessoas e instituições estão envolvidas nesse processo de produção e reprodução de estruturas generificadas, “ou seja, produzem-se, ou ‘engendram-se’, também a partir das relações de gênero” (LOURO, 2004, p. 25).

Considerando tais aspectos, Côrtes, Alves e Silva (2015) tratam a informação como um fenômeno que também não é neutro e se caracteriza como um instrumento ao qual o poder se vincula. Assim, a informação cria sentidos acerca de todos os aspectos sociais, inclusive sobre sexualidades, o que reverbera na vida de pessoas transexuais.

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de (re)produção sexual. Neste processo, certos códigos naturalizam-se, outros, são ofuscados e/ou sistematicamente eliminados postos às margens do humanamente aceitável, como acontece com as pessoas transexuais (BENTO, 2008, p.30).

Ao abordar o conceito de práticas informacionais consideramos que “essas práticas se realizam como construção social” (PINTO; ARAÚJO; 2012, p. 223) nos termos da heteronormatividade da qual tratamos. Esta heteronormatividade é inserida como elemento de composição do contexto social em análise pois, torna-se fator decisivo para ações de sujeitos que dela se distanciem, seja por uma orientação sexual distinta da heterossexual, ou por uma identidade de gênero que se desvincule do ideal essencialista de homens e mulheres cisgêneros.

Ao discorrer sobre casos em que o comportamento homossexual foi criminalizado nas cortes estadunidenses, Janet Halley (1983) explica que quando uma classe é criminalizada porque tem seu comportamento criminalizado (no caso, a classe dos homossexuais e o comportamento, a sodomia) em decisões judiciais, isso abre um precedente para todo tipo de exclusão legal. A autora entende que, em paralelo à construção da ‘classe dos homossexuais’, acontece também, de forma menos visível, mas igualmente decisiva, a construção da heterossexualidade.

A autora critica a forma arbitrária como a definição de homossexual e da “não-homossexualidade” é construída. E a partir dos casos apresentados retrata três aspectos principais, arbitrários e incoerentes, que compõem a definição de homossexual e são fundamentados a partir de aspectos inerentes ao grupo heterossexual.

Em primeiro lugar, Halley (1993, p. 84, tradução nossa) explica que “[...] as classificações são diacríticas já que adquirem suas definições e significados uma em relação à outra: o fato que a classe mais privilegiada [leia-se a classe heterossexual] “habitualmente esconda a sua existência enquanto classe não quer dizer que responsáveis por decisões legais

possam ignorá-la”. Isto significa que é este grupo, o grupo heterossexual, que define as distinções de hetero e homo em um processo tendencioso e parcial.

A segunda proposição entende que “as distinções *entre* as categorias homossexual e heterossexual são sistematicamente relacionadas às diferenças *dentro* da categoria heterossexual” (HALLEY, 1983, p. 84, grifos da autora, tradução nossa). Ou seja, estas diferenças não são distinções meramente lexicais, elas “estruturam as condições sociais nas quais o *status* ‘heterossexual’ é significado e é ligado a pessoas individuais” (HALLEY, 1983, p. 84, tradução nossa). De modo que apesar de ser tratada de forma monolítica, a heterossexualidade, em casos judiciais, é altamente instável, utilizada então, arbitrariamente, como categoria de análise para “diferenciar” as pessoas que não se marcaram ou não foram marcadas por outros como homossexuais das heterossexuais.

Já a terceira afirmação trata do suborno ao qual são expostos aqueles/as que sofrem a ameaça de serem “expulsos/as” do grupo heterossexual, e com isso, perderem os privilégios materiais e discursivos da classe. Eles/elas são coagidos/as a manterem “uma representação generalizada da classe como coerente, estável, exclusivamente fiel ao erotismo heterossexual, e puro de quaisquer desejos ou condutas sodomitas” (HALLEY, 1993, p. 8, tradução nossa).

Excetuando-se a questão legislativa e as respectivas sanções legais inerentes à época, as colocações de Janet E. Halley (1993) mantêm sua aplicabilidade em um cenário no qual as definições de hetero e homo ainda se pautam pelo binarismo que as coloca como meramente opositivas, e cujas distinções e caracterizações partem do ideal heterossexual.

A classe resultante de heterossexuais é uma classe padrão, que abriga aqueles que não caíram fora disso. Ela expulsa abertamente, mas de forma encoberta incorpora o outro homossexual, um empreendimento que torna a classe profundamente heterogênea, instável e provisória. Ela só pode manter seus limites atuais e até mesmo sua aparente legitimidade se o aluno [leia-se, o sujeito homossexual] e outros como ele permanecem em silêncio. E até que falem, ela deve seus dias de glória como categoria social coerente ao fracasso de seus membros em reconhecer na sua constituição discursiva, a dinâmica coercitiva de sua incoerência (HALLEY, 1993, p. 86, tradução nossa).

Conforme Cesar (2012), mecanismos de produção da normalidade sexual e de naturalização de uma “razão heterossexual”, inferem, em torno do sexo e do que constitui o senso primordial da identidade e dos vínculos sociais fundamentais, que a heterossexualidade é a única orientação sexual normal, saudável e natural (FOUCAULT, 1975). As reificações de gênero e identidades constroem hierarquias e alimentam relações de poder, o que normaliza corpos e práticas, reproduzindo privilégios e exclusões.

No entanto, as normas não se sustentam sozinhas, cabendo às diversas instituições sociais cuidar para que elas permaneçam em vigor na sociedade contemporânea. Para isso utilizam da rigidez e do conservadorismo. Dentre essas instituições, se destacam a família, a igreja, a escola e o trabalho. Para manter os padrões, a vida social nesses espaços, em geral, age de forma a alimentar a exclusão, os estigmas e os preconceitos, imprimindo incontáveis sofrimentos e dificuldades à trajetória de vida de todas as pessoas que manifestem sua sexualidade de forma diferente daquela que é tida como padrão (SOUZA; BERNARDO, 2014, p. 162).

Tendo em vista a conexão da Ciência da Informação com os desafios contemporâneos e as dinâmicas socioculturais, o campo é central para a produção de conteúdos informacionais pautados no respeito à pluralidade contemporânea de sujeitos políticos e suas inserções de classe, cor ou raça, gênero, orientação sexual, dentre outros. Para que se produzam e disseminem-se conteúdos informacionais que possam subsidiar a supressão de concepções precárias e preconceituosas utilizadas para categorizar sujeitos “desviantes”, marginalizando-os, e a estes negando direitos essenciais, como a própria vida.

3.2 Ciência da Informação, Gênero e LGBTQI+

O campo científico da Ciência da Informação reúne esforços para organizar, disseminar e recuperar a informação de modo a torná-la acessível contribuindo para o processo de democratização da informação, empenhando-se na solução de problemas informacionais (SILVA; GARCIA, 2017).

De igual modo, sua produção também traz à visibilidade sujeitos subalternizados cujas narrativas têm sido obliteradas ao longo da história, contribuindo para o processo de protagonismo social. Neste aspecto, quando tratamos da produção em Ciência da Informação a respeito da diversidade de gênero, temos um histórico que gradativamente vem ampliando o número de publicações sobre o tema incluindo sujeitos ainda não abordados.

A crescente produção bibliográfica sobre Gênero, representada por diferentes tipos de documentos formais e informais e abordando diferentes facetas temáticas, a partir de distintos segmentos sociais, instiga pesquisadores, professores e alunos a novos estudos e pesquisas em organização e representação do conhecimento e da informação sobre o tema. A constatação de recentes atividades institucionais governamentais e não governamentais e de diversas manifestações da sociedade civil indicam a conscientização e a necessidade de atenção ao tema (SOUZA; SALDANHA, 2017, p. 7).

Analisar esta transformação permite indagar a produção científica em uma dada área do conhecimento e questionar, em certa medida, quais os discursos foram validados, quais populações foram visibilizadas e quais temáticas foram abordadas e em que contexto histórico isto ocorreu. A relevância desse tipo de crítica permite compreender a historicidade do campo, e como as questões sociais urgentes foram abordadas e ressignificadas ao longo do tempo.

No campo em questão, a produção segue em um crescente após ter passado por anos de escassez, principalmente em anos anteriores a 2013. Este período que vêm sendo superado esteve ligado a forma como a sociedade se manteve estruturada até então:

Porém acreditamos ser possível ultrapassar o conhecimento criado e sedimentado dentro das relações de poder, assim como investir nas relações sociais e culturais dentro dos diversos campos científicos. Para reestruturar o *status quo* [...] (ESPIRITO SANTO, 2008, p. 328).

Neste sentido ultrapassar este contexto compreende ações que envolvem o conhecimento do modo como as relações de poder são fundamentadas em concepções hegemônicas de gênero e se dinamizam na sociedade e de como a produção científica da CI pode auxiliar neste processo de ressignificação. De maneira que a inserção e produção de estudos que tratam da temática gênero e diversidade é um dos fatores que contribuem para ampliação do campo, pois:

Acredita-se que outras pesquisas, com diferentes abordagens, métodos e *corpus* devem ser estimuladas na área, pois envolvem análises sobre relações de poder, pelas quais se percebe a informação como fator de diminuição das desigualdades e ampliação do reconhecimento sobre as possibilidades políticas, tanto de diminuição dos desequilíbrios sociais, quanto da ruptura da tradição do modelo binário de gênero nas esferas da ciência, da política, das instituições e das organizações (BUFREM; NASCIMENTO, 2012, p. 211).

Os trabalhos que tratam de questões LGBTQI+ e diversidade sexual seguem a mesma tendência histórica de escassez que está gradativamente sendo superada. Assim declaram Santos, Targino e Freire (2017) que até então não existia um grande número de estudos voltados para delinear o perfil dos usuários LGBTQI+ ou o seu comportamento informacional ou, ainda, o impacto do fluxo informacional para o este grupo social.

Porém, mesmo com pequeno número de trabalhos sobre o tema até 2013, a Ciência da Informação historicamente tem produzido trabalhos focando a informação como elemento de inclusão social de grupos subalternizados.

Nesse entendimento, as reflexões sobre diversidade de gênero e Organização da Informação se apresentam imprescindíveis às perspectivas de estudos da CI, visto que buscam uma linguagem que não seja excludente e questione modelos de classificação cuja inflexibilidade impede que se represente a diversidade humana.

Considerando a evolução da produção sobre o tema, realizamos a busca pelo termo “LGBT” na Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação Publicadas no Brasil - BRAPCI, foram recuperados apenas 21 trabalhos, considerando o período em que a base de dados está ativa, desde 1972, até o ano corrente, 2019. No momento da citada pesquisa, a BRAPCI disponibilizava em seu repositório referências e resumos de 19.255 textos, publicados em 57 periódicos nacionais. A produção sobre a temática LGBTQI+ está elencada a seguir no Quadro 2.

Quadro 2: Produção sobre a temática LGBTQI+

Ano	Categoria	Título	Objetivo	Autores/as
2013	1	Saindo do armário? Uma análise da produção discursiva sobre o grupo LGBT na mídia impressa em Goiás	Apresentar uma análise da produção discursiva sobre o grupo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros) na mídia impressa local, tomando matérias publicadas no jornal O Popular, no período de 1993 a 2001	BORGES, Lenise Santana; CANUTO, Alice de Alencar Arraes
2014	2	“Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão”	Criar um diálogo entre a esquerda brasileira e o emergente Movimento LGBT no contexto da luta contra a ditadura militar	GREEN, James N.
2016	4	Rompendo o silêncio: a informação no espaço LGBT do estado da Paraíba	Visa traçar o perfil dos/as usuários/as do órgão e disponibilizar informações estatísticas sobre as violências homofóbicas	CALIXTO, Adeilton Alves; CÔRTEZ, Gisele Rocha; SOARES, Gilberta Santos
2016	1	A produção científica na UFMG acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico	Analisar a produtividade científica no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em relação à temática de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT).	VIANA, Azilton Ferreira; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade
2017	4	Violência contra travestis e transexuais: a mediação da informação no Espaço LGBT	Articular a mediação da informação com os estudos de gênero, com foco no processo informacional do Centro Estadual de Referência de Direitos LGBT e Combate à Homofobia da Paraíba.	CÔRTEZ, Gisele Rocha; SILVA, Laelson Felipe da; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; SOARES, Gilberta Santos

Continua

Continuação

Ano	Categoria	Título	Objetivo	Autores/as
2017	2	A dignidade humana, o direito de família e o casamento homoafetivo no Brasil, 1988-2013	Mostrar que os defensores dos direitos LGBT prepararam o terreno para a legalização do casamento homoafetivo no Brasil por meio de diversas influências culturais e do discurso dos direitos humanos.	CAULFIELD, Sueann; MARTINS, tradução Elizabeth
2017	2	A dignidade humana, o direito de família e o casamento homoafetivo no Brasil, 1988-2016	Mostrar que os defensores dos direitos LGBT prepararam o terreno para a legalização do casamento homoafetivo no Brasil por meio de diversas influências culturais e do discurso dos direitos humanos.	CAULFIELD, Sueann; MARTINS, tradução Elizabeth
2017	1	A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social	Apresentar resultados de pesquisa bibliográfica sobre a produção científica brasileira no campo da Ciência da Informação acerca da temática diversidade sexual	SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; TARGINO, Maria das Graças; FREIRE, Isa Maria
2017	1	Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na ditadura militar	Apresentar um breve levantamento das fontes de informação sobre diversidade sexual e identidade de gênero que constam no Fundo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça	CABRAL, Jacqueline Ribeiro
2017	1	A produção científica acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico nas teses e dissertações na UFMG	Analisar a produção científica sobre a temática desse segmento na literatura cinzenta, no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais, nos Programas de Pós-Graduação e suas contribuições para a afirmação do segmento	VIANA, Azilton Ferreira; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade
2017	1	A produção científica em direitos humanos nos países do sul global: uma análise bibliométrica e cientométrica da Sur Revista Internacional de Direitos Humanos	Analisar a produção científica em Direitos Humanos do Sul Global, por meio de estudo dos autores e do conteúdo das publicações da Sur Revista Internacional de Direitos Humanos	RIBEIRO, Ana Cláudia; FROTA, Maria Guiomar da Cunha
2018	1	Nas estantes das bibliotecas, gêneros e silêncios	Analisar como a ausência/presença de livros LGBT faz presente um discurso médico-religioso que impõe a matriz heterossexual como normal.	ISHIMOTO, Adonai Takeshi; GARCIA, Dantielli Assumpção; SOUSA, Lucília Maria Abrahão
2018	4	Centro de Referência LGBT, espaço de unificação: um estudo no Centro de Referência e defesa da Diversidade	Conhecer os serviços de informação disponibilizados nesse espaço, assim como constituir-se em um novo registro do que se entende por Centros de Referência LGBT sob o ponto de vista da CI	SANTOS, Bruno Almeida dos; LUBISCO, Nídia M. L

Continua

Conclusão				
Ano	Categoria	Título	Objetivo	Autores/as
2018	1	Design da informação em repositórios institucionais: contribuições para a visibilidade de trabalhos referentes à comunidade LGBT, diversidade de gênero e sexualidade	Melhorar o compartilhamento e visibilidade de trabalhos referentes a temática LGBT, diversidade de gênero e sexualidade.	APOCALYPSE, Simão Marcos; JORENTE, Maria José Vicentini
2018	4	Práticas informacionais: o perfil de mulheres transexuais e travestis do Espaço LGBT.	Delinear o perfil de mulheres transexuais e de travestis usuárias do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT).	SILVA, Laelson Felipe da; CÔRTEZ, Gisele Rocha
2018	2	Entrevista com James Green	Entrevista com James Naylor Green, historiador especializado em estudos latino-americanos, brasileiro e ativista dos direitos LGBT.	FONTES, Leonardo Augusto Silva; SILVA, Diego Barbosa da
2018	4	Diversidade na instituição Arquivística: práticas com públicos especiais no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo	Apresentar um estudo sobre a seguinte questão: em que medida o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees) tem atendido os públicos especiais no contexto das práticas de mediação cultural?	ALDABALDE, Taiguara Villela
2018	4	Informação e diversidade: estudos de práticas informacionais em comunidades compostas por pessoas transgênero	Identificar os estudos de comportamento informacional em comunidades LGBT	PINTO, Elton Mártires; LEITE, Fernando Cesar de Lima
2018	3	Arquitetura da informação e sintaxe das linguagens imagéticas no website Guia Gay Floripa	Analisar a Arquitetura da Informação e os elementos da linguagem imagética no website Guia Gay Floripa	BRITO, Jean Fernandes; SILVA, Rafaela Carolina; MATIAS, Márcio
2018	3	Estratégias fact-checking no combate à fake news: análises informacional e tecnológica no E-farsas e no Boatos.Org.	Comparar sítios e verificação de suas estratégias	SAMPAIO, Denise Braga; LIMA, Izabel França; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de
2018	3	Arquitetura da informação e princípios de usabilidade: proposta de um modelo de análise e desenvolvimento para websites de turismo LGBTQ	Propor um modelo de análise e desenvolvimento para websites de turismo LGBTQ com base das abordagens teóricas da Arquitetura da Informação e os princípios de usabilidade	BRITO, Jean Fernandes; MATIAS, Márcio

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

O que parecia, até 2013, um cenário de escassez desses estudos, dá lugar a uma profusão de trabalhos que começam a refletir sobre a temática, no ano de 2017 e sobretudo no ano de 2018.

Considerando os temas abordados nos trabalhos supracitados levantamos algumas categorias tendo em vista aspectos captados a partir de seus resumos, tais como o objetivo geral e resultados. Estas categorias aqui apresentadas não são fixas e o que propomos consiste em um breve levantamento que pode ser aprofundado em estudos posteriores, e contempla apenas alguns dos aspectos dos trabalhos, aspectos estes que julgamos relevantes a considerar as abordagens deste estudo.

A **Categoria 1** trata de trabalhos que se empenharam, dentre outros aspectos, em **analisar ou descrever a produção e/ou acervos** no tocante a temática de gênero, diversidade sexual e/ou LGBTQI+. Estes levantamentos, descrições e análises compreenderam a produção no campo da CI, a composição de acervos em instituições públicas e privadas como bibliotecas e arquivos e questionam a escassez da abordagem da temática nestes contextos.

No tocante a **Categoria 2** os trabalhos apresentam cunho **histórico e memorialístico**, abordam vivências, temáticas LGBTQI+ e características ligadas aos movimentos sociais e como estes apresentaram-se ao longo dos anos no Brasil e na América Latina, considerando períodos de repressão. Buscam, dentre outros aspectos, resgatar a memória do Movimento LGBT analisando sua articulação e estratégias em busca da garantia de direitos civis.

A **Categoria 3** traz trabalhos que abordam a **análise de sites** e a proposição de modelos de páginas direcionadas à população LGBTQI+, bem como a comparação de páginas na *internet* que buscam combater a disseminação *fake-news*. Analisam também aspectos informacionais da arquitetura da informação e princípios de usabilidade, verificando elementos de linguagem imagética nestes *websites*.

Na **Categoria 4** estão trabalhos que tratam de estudos relacionados a **usuário/as LGBTQI+** incluindo também unidades informacionais especializadas no atendimento deste público. Apresentam aspectos ligados à mediação cultural e da informação, comportamento informacional e práticas informacionais. Todavia, dentre estes estudos apenas dois abordaram as práticas informacionais de sujeitos LGBTQI+: Informação e diversidade: estudos de práticas informacionais em comunidades compostas por pessoas transgênero (PINTO; LEITE, 2018); e Práticas informacionais: o perfil de mulheres transexuais e travestis do Espaço LGBT (SILVA; CÔRTEZ, 2018).

Desta forma compreendemos que na CI os espaços estão sendo ocupados de maneira gradativa à medida que o número de estudos que abordam temáticas ligadas à diversidade e a sujeitos informacionais LGBTQI+ têm experimentado um significativo aumento na produção da área. Esse desenvolvimento tem importância ímpar para que estes sujeitos informacionais sejam devidamente representados e possam ter suas barreiras informacionais problematizadas. Assim

será possível tornar acessíveis à população LGBTQI+ conteúdos informacionais que garantam/fomentem o seu processo de empoderamento e resistência.

O capítulo a seguir trata do processo de empoderamento e de como neste percurso a população LGBTQI+ articulou suas estratégias de resistência ao longo história ao ponto de suas demandas serem atendidas pelo poder público e manifestas na criação de espaços de assistência especializados como é o caso do Espaço LGBT.

4 EMPODERAMENTO

Considerando contextos cujos sujeitos são subalternizados, como é o caso de pessoas LGBTQI+, sobretudo pessoas transexuais, cuja identidade de gênero é compreendida como abjeta, apropriamo-nos do conceito de empoderamento à medida que o associamos à análise das práticas informacionais destes sujeitos.

Outro fator importante para a utilização do conceito incide no fato de concebermos o protagonismo social como um dos elementos que compõem o processo de empoderamento que pode ser adquirido também por meio da apropriação da informação disponibilizada em locais acolhedores e especializados como Espaço LGBT. Assim:

O empoderamento indica um processo utilizado para designar o conjunto de conhecimentos, que permitem a um sujeito individual ou coletivo, identificar metas e desenvolver estratégias para alcançá-las, promovendo ações efetivas para alcançar os objetivos ou desenvolvendo a capacidade de compreender a influência de seus atos sobre acontecimentos (FARIAS; VARELA, 2016, p. 93).

Determinar de onde exatamente se origina o conceito empoderamento é um árduo trabalho que nos remete a uma disputa na qual se envolvem tanto os movimentos feministas quanto o movimento American Blacks, movimento negro, dos anos 1960, nos EUA. Segundo Iorio (2002), o conceito se desenvolve quando se intersecciona com o conceito de gênero, assim, empoderamento passa a ganhar notoriedade, tanto quanto categoria teórica, como instrumento utilizado para se intervir na realidade.

Ao considerar tal ligação, gênero e empoderamento, a autora traz um levantamento histórico que aponta para importância do movimento feminista na elaboração do conceito de empoderamento e o questionamento da forma como mulheres estavam inseridas em contextos sociais e neles não tinham exercício pleno de sua cidadania:

Nos anos 1970 e 1980, feministas e grupos de mulheres espalhadas pelo mundo desenvolveram um árduo trabalho de conceitualização e de implementação de estratégias de empoderamento, com o qual buscaram romper com as diferentes dinâmicas que condicionavam a existência e impediam a participação e a cidadania plena das mulheres. Nos anos 1990 observa-se a expansão do uso deste conceito para outras áreas do debate sobre desenvolvimento, especialmente a partir das grandes conferências oficiais e paralelas mundiais, notadamente Cairo e Beijing (IORIO, 2002, p. 21-22).

A necessidade de empoderar as pessoas e os grupos passa a ser percebida, com maior ou menor ênfase, como uma condição para o sucesso de políticas, programas, ou mesmo projetos, por um amplo leque de organizações, representantes de diferentes perspectivas políticas, capacidade de influência e natureza. Ampliar o uso do conceito e de estratégias de empoderamento coloca o desafio de embasar este conceito de forma que o seu uso não seja apenas uma moda no campo do desenvolvimento, mas sim produza mudanças nas práticas e políticas destes atores.

Para Sardenberg (2012), no caso brasileiro, a ausência do termo dicionarizado torna sua definição ainda mais complicada. Segundo a autora, há profícua literatura sobre empoderamento de mulheres e o mínimo consenso sobre o que de fato seria empoderamento. A autora enuncia que para as feministas latino-americanas, o empoderamento de mulheres é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. Problematicar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que alicerça a opressão de gênero (SARDENBERG, 2012, p. 2).

Romano (2002) trata de aspectos que vêm sendo impressos ao conceito de empoderamento na sociedade contemporânea, como questões que o desvirtuam e o afastam daquilo proposto em sua concepção. O autor chama a atenção para tentativa de se apresentar uma perspectiva higienizada e letárgica a um conceito cujos desdobramentos reverberam na sociedade de forma não controlada e muito menos neutra. Critica concepções que associam empoderamento a uma dádiva, algo que pode ser concebido a outrem como um benefício sem considerar o papel do próprio sujeito no processo de ressignificação das estruturas de poder.

Na mesma direção, Berth (2018) enuncia que diferentemente do que sugeriram alguns teóricos/as, o conceito de empoderamento configura-se como instrumento de emancipação política e social, não objetiva construir relações paternalistas e assistencialistas.

Os/as autores/as lançam severas críticas ao modismo e ao esvaziamento conceitual que reaproveitou o conceito, nos anos 90, e que de forma maléfica fora tomado para tornar legítimas práticas que não têm quaisquer ligações com as originais práticas de empoderamento e da sua aplicação como elemento de transformação social.

Um outro ponto de divergência, que se relaciona a este, está na ênfase colocada nas conceituações de empoderamento, nos discursos sobre desenvolvimento, nos aspectos individuais desse processo, principalmente nos aspectos cognitivos. Na perspectiva feminista de empoderamento, enunciada por Sardenberg (2012) e Berth (2018) realça-se a ações coletivas. Sardenberg (2012) levanta pontos apresentados por Mosedale (2005, p. 243-244) que busca lançar luz sobre estas questões:

a) para se “empoderar” alguém tem que ser antes “desempoderado” - ex. as mulheres enquanto um grupo; b) ninguém “empodera” outrem - isto é, trata-se de um ato auto-reflexivo de “empoderar-se”, ou seja, a si própria (pode-se, porém “facilitar” o desencadear desse processo, pode-se criar as condições para tanto); c) empoderamento tem a ver com a questão da construção da autonomia, da capacidade de tomar decisões de peso em relação às nossas vidas, de leva-las a termo e, portanto, de assumir controle sobre nossas vidas; d) empoderamento é um processo, não um simples produto. Não existe um estágio de empoderamento absoluto. As pessoas são empoderadas, ou desempoderadas em relação a outros, ou então, em relação a si próprias anteriormente (MOSEDALE; 2005, p. 243-244).

Conforme acrescenta, Léon (2001), se o empoderamento individual não se relaciona com ações coletivas, pode ser ilusório, posto que o empoderamento inclui tanto a mudança individual quanto as ações coletivas:

O empoderamento como auto-confiança e auto-estima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança (LEON, 2001, p. 97).

Batiwala (1994, p. 1) enuncia que o processo de empoderamento inclui “desenvolvimento integrado, capacitação econômica e conscientização”. Este posicionamento está posto a partir da compreensão das condições nas quais as mulheres se encontram: “maior pobreza e menor acesso a recursos, vulnerabilidade econômica e subordinação dentro das sociedades patriarcais e desigualdades socioeconômicas” (BATIWALA, 1994, p. 1).

Romano (2002, p. 17) declara que o empoderamento é relacional à medida que “sempre envolve vínculos com outros autores[as]” e também é um trabalho conflituoso, pois envolve situações de dominação e “resolução negociada ou não de conflitos”.

Ao seu encontro, Batliwala (1994, p. 130) trata do termo não como algo isolado ou encerrado em si, mas o apresenta como um conjunto de atividades empreendidas por indivíduos que envolvem “resistência, protesto e mobilização coletivas”, a partir das quais relações sociais são questionadas, sobretudo a respeito de como nestas o poder está tensionado.

No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e

outros setores excluídos em determinados contextos (BATLIWALA, 1994, p. 130).

Nesta complexa relação na qual o sujeito toma para si o poder (empodera-se), ao mesmo tempo sua ação na sociedade não ocorre de forma isolada. Seu contexto, suas práticas sociais e por conseguinte suas práticas informacionais, tornam possível sua tomada de consciência acerca da relação na qual se envolve e busca resistir.

Com o empoderamento se procura combater a ordem naturalizada ou institucionalizada dessa dominação (seja ela pessoal, grupal, nacional, internacional; seja ela econômica, política, cultural ou social) para construir relações e ordens mais justas e equitativas (ROMANO, 2002, p. 12).

Neste sentido, inserem-se as perspectivas Freirianas, pois:

[...] os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão se comprometendo, na *práxis*, com a sua transformação; segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens [leia-se, seres humanos] em processo de permanente libertação (FREIRE, 1987, p. 40).

Cavalcante (2017) ao refletir sobre as ideias de Paulo Freire (1987) enfatiza a posição da informação “em sua *práxis* político-pedagógica, pois a liberdade advém das formas autônomas como os sujeitos se apropriam do conhecimento” (CAVALCANTE, 2017, p. 5).

A informação possui potencial para que os sujeitos oprimidos se conscientizem das pressões que sofrem, à medida que são educados ou mesmo informados de forma contextualizada, também à medida que acessem conteúdos informacionais que lhes “desvelem” o entendimento:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela *práxis* de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida (FREIRE, 1987, p. 31).

Assim, o autor aponta que no momento em que os sujeitos têm a nítida percepção da sua situação de oprimido na qual se encontram é que se põem à luta metódica por sua libertação, uma vez que passam a acreditar em si e no potencial que suas ações têm de ressignificar as

forças sistêmicas que os oprimem. Todavia, em meio a este processo “esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja *práxis*” (FREIRE, 1987, p. 52).

O que Paulo Freire apresenta como emancipação, conceitualmente está representado no neologismo “*empowerment*” conceito que, sob este ponto de vista, associa-se à nossa abordagem de empoderamento, pois o autor compreende que as ações de empoderamento representam ações coletivas de uma determinada classe ou grupo social, não apenas uma autolibertação, porém uma libertação no aspecto coletivo, uma libertação social (FREIRE, 1986).

Claramente, o empoderamento individual é um catalizador do empoderamento social, quando é oriundo de uma visão que critica a estrutura social opressora, todavia necessita ser canalizado, vinculado a ações que ressignifiquem, que desloquem os vetores de poder a favor dos oprimidos, de modo que usem sua liberdade para transformar e não interiorizar relações opressoras como práticas naturalizadas (FREIRE, 2003).

Nessa perspectiva, o empoderamento, como processo e resultado, pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder (BAQUERO, 2012, 181).

Ao considerar o empoderamento de mulheres, Ferreira, Santos e Barreira (2016) explicam o fenômeno como o desenvolvimento de comportamentos informacionais com o intuito de tomar consciência de sua capacidade e poder.

Mediante esse contexto, defendemos que a CI possa, em parceria com as mulheres líderes e a partir da mediação de informação, auxiliar na identificação de informações que precisem ser trabalhadas nas práticas associativas, a fim de atribuir a essas mulheres maior independência dos programas governamentais, empoderando-as economicamente e fazendo-as donas de narrativas libertadoras (PEREIRA; SANTOS; BARREIRA, 2016 p. 115).

Todavia, para que se alcance por meio da mediação da informação o processo de empoderamento, os indivíduos têm de ser percebidos de modo que considere suas especificidades pessoais e comunitárias, pois só assim é possível compreender como ocorrem as situações que impedem o acesso e apropriação da informação com potencial emancipatório.

Conforme Lopes, Bertolin e Da Silva (2017, p. 102) “tratar o indivíduo em suas particularidades é uma maneira de agregar valor ao ato. Idades, histórias, proveniências são os fatores que diferenciam suas necessidades”.

Destaca-se também que os laços sociais e a identidade de grupos precisam ser repensados, no sentido de considerar que só a partir do respeito pelo diferente, que se pode compreender o sujeito como único, mas que precisa do outro e de tudo o que o rodeia, e da união para sair do estado de degradação. A única dimensão possível é aquela da experimentação contínua, essa opção, no entanto, requer uma leitura permanente das condições do contexto, um acompanhamento constante de processos, uma presença assídua nos pontos de fragilidade [...] (FARIAS; VARELA, 2016, p. 107-108).

Dada a importância da informação para fomentar mudanças sociais, aqueles/as que estão envolvidos na produção, organização e disseminação, devem considerar de igual modo sua relevância para fornecer acesso aos sujeitos que sofrem com ausência de protagonismo dos meios informacionais para empoderá-los/las.

Assim, o acesso a conteúdos informacionais tem o potencial de conceder às populações LGBTQI+ subsídio para (re)pensar concepções tidas como naturais à medida que permitem acesso a discussões que se inserem na temática de gênero.

Tendo em vista os objetivos do presente trabalho, buscamos verificar como as práticas informacionais dos/as usuários/as do Espaço LGBT se relacionam com os processos emancipatórios de empoderamento para o enfrentamento à LGBTQIfobia, visto que estruturas sociais complexas agem de modo a oprimir determinadas sexualidades e identidades de gênero.

4.1 O Movimento LGBT e as políticas públicas

O Movimentos LGBT, historicamente, têm protagonizado o empoderamento de sujeitos LGBTQI+ por meio de ações, campanhas e reivindicação de políticas públicas. Ao abordar o Movimento LGBT, consideramos que este é de definição complexa, que se apresenta como “algo aberto, inconcluso e em disputa, seja no ativismo, seja na academia” (FEITOSA, 2017, p. 3)

Desta maneira, os aspectos aqui abordados incluem concepções que tentam apresentar o movimento de forma inclusiva, compreendendo-o de uma forma plural diante de seus diversos aspectos (FEITOSA, 2017).

Para efeitos de compreensão, importa entender que o Movimento LGBT é um movimento rico, plural, composto por uma infinidade de sujeitos/as e práticas que visam, de um modo ou de outro, modificar o campo da cultura, efetivar e ampliar direitos e superar o quadro de violências motivadas pela discriminação e ódio contra aqueles/as que escapam às normas hegemônicas de gênero e de sexualidade, historicamente construídas no tecido social (FEITOSA, 2017, p. 3).

Esta definição de Feitosa (2017), mesmo que genérica, toca em pormenores indispensáveis ao presente estudo no que se refere à superação do “quadro de violências” supracitado, que se inclui em um dos vetores da opressão sofrida pela população LGBTQI+, cujo analisar e redirecionar está ligado ao processo de empoderamento anteriormente apresentado.

Este quadro de violências está relacionado a LGBTQIfobia, compreendida como discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, o que resulta em medo, desprezo, desconfiança, ódio, hostilidade e aversão ao diferente (CARVALHO, ANDRADE e JUNQUEIRA, 2009).

Fachini (2016) ao apresentar discussão a respeito do desenvolvimento do movimento aborda a questão da própria sigla:

Antes de falarmos sobre o histórico do Movimento LGBT, é preciso entender o que é LGBT. É uma sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Em alguns locais no Brasil, o T, que representa a presença de travestis e transexuais no movimento, também diz respeito à transgêneros, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero não se alinha de modo contínuo ao sexo que foi designado no nascimento (crossdressers, drag queens, transformistas, entre outros) (FACCHINI, 2016, p. 4).

A sigla LGBT, criada no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 tem passado por modificações a fim de representar de forma mais abrangente toda a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais, tanto quanto outros aspectos inerentes a estas questões.

Dentre o que se tem produzido em Ciência da Informação sobre as siglas é possível citar Santos *et al.* (2017) que buscaram por meio da apresentação do *Dicionário de Gênero: só quem sente pode definir* visibilizar termos cunhados por meio da representação colaborativa da informação para representação de identidades de gêneros e sexualidades.

O trabalho elencou conceitos oriundos da colaboração de sujeitos que, por meio da web 2.0, apresentaram aos organizadores/as do dicionário supracitado suas colaborações de forma a assistir a constituição de verbetes que os representasse. No trabalho, as perspectivas

folksonômicas reforçaram a constituição de representações não hegemônicas de sexualidade e gênero.

Neste sentido, é válido apresentar as nomenclaturas com as quais os sujeitos desta pesquisa podem se autôn timer. De modo que nos leva a considerar que existem nomenclaturas as quais compreendem a diversidade de orientação sexual e identidade de gênero. Por meio da sigla LGBTTTIQ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexo e *queer*), neste exercício de classificação Colling (2013) faz referência a sujeitos cujas identidades de gênero e orientações sexuais são distintas daquilo que se pretende impor pelo binarismo que busca legitimar tão somente indivíduos cisgênero heterossexuais.

Dada a diversidade de termos e nomenclaturas, neste estudo, seguindo as diretrizes do Manual de Comunicação LGBTQI+ fomos orientados a utilizar a sigla LGBTQI+¹³:

Este Manual visa apresentar aos meios de comunicação, incluindo jornalistas e estudantes desta área, a terminologia mais atualizada sobre a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual (LGBTQI+), trazendo à discussão temas importantes para o debate nacional e internacional sobre seus direitos. Neste manual o símbolo + foi acrescentado à sigla LGBTQI para abranger outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero (UNAIDS- Brasil, 2018, p. 7).

Ao retomar de forma breve, dado os limites do presente trabalho, a linha histórica na qual se insere as representações LGBTQI+, no caso brasileiro, verifica-se que o movimento homossexual brasileiro nasce no final dos anos 1970. Nele há a percepção de um ente político, cujas demandas são diversas mesmo que em sua maior parte relacionadas a gênero e sexualidade, e na ocasião, formado por homens homossexuais, depois em seus primeiros anos, por lésbicas e bem mais adiante, nos anos 1990, são inseridas pessoas transexuais (FACCHINI, 2016).

Este transcorrer histórico do Movimento LGBT retrata a reconfiguração de seus objetivos e linhas teóricas ao longo dos anos, que se move da busca por uma resignificação cultural no que diz respeito às concepções de sexualidade para luta pelos direitos humanos desta população e posterior inserção do movimento nos aparelhos públicos do Estado (FEITOSA, 2017).

¹³ Todavia, para resguardar o caráter histórico e identitário de movimentos sociais, de entes públicos e jurídicos cujo nome social e/ou nome fantasia ainda não foram atualizados, em alguns casos manteremos nomenclatura LGBT.

Os resultados apontam que o movimento de liberação homossexual inicialmente buscava uma transformação cultural nos valores relativos à sexualidade. Não havia, ainda, uma preocupação com os direitos humanos. Contudo, essa agenda vai tomando forma após a década de 1990 quando a população LGBT se organiza cada vez mais sustentada por uma visão que colocava a dignidade humana no centro da luta política por emancipação. Com o combate à epidemia do HIV/AIDS e após a redemocratização do Brasil, a interação entre sociedade civil e Estado se intensifica, culminando no trânsito de ativistas do Movimento LGBT para o interior do Estado, sobretudo após a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores em plano nacional (FEITOSA, 2016, p. 115-116).

Inicialmente a instauração do movimento homossexual trouxe reflexões à sociedade, uma vez que tratou da possibilidade de ressignificação das formas com as quais a sexualidade era entendida no país. Desta forma, põem-se nesta interface de disputas um modo tradicional e um modo moderno de compreender a sexualidade e as relações hierarquizantes a partir destas concepções:

De acordo com a literatura, o surgimento do movimento homossexual desempenha um papel crucial num processo de disputa entre dois modos de perceber a sexualidade no Brasil: o tradicional - em que os parceiros numa relação homossexual são hierarquizados e respectivamente relacionados a papéis sociais e sexuais relativos aos dois sexos biológicos (bicha-bofe, fancha-lady) - e o moderno - em que os parceiros são vistos a partir de uma lógica igualitária e a orientação do desejo se torna mais importante para nomeá-los do que papéis sociais relativos a noções de masculino e feminino ou a atividade e passividade sexual (homossexual-homossexual, entendido(a)-entendido(a) ou gay-gay) (FACCHINI, 2016, p. 6).

Tal reflexão põe em contrate dois posicionamentos acerca das relações homoafetivas. Um ligado ao automatismo das associações oriundas de uma lógica binária e heteronormativa, e outro que propõe um afastamento da concepção anterior. Este último busca superar as dicotomias entendendo os sujeitos das relações homossexuais como indivíduos análogos não hierarquizados (FACCHINI, 2016).

É necessário considerar que o Movimento LGBT tem em sua trajetória, lutas e reivindicações específicas que o caracteriza dentro de um determinado período histórico. A estes momentos Facchini (2005) denominou como “ondas”, sendo a primeira de 1978 a 1983, a segunda de 1984 a 1992 e a terceira a partir de 1992 a 2005. Quando pondera sobre tal posicionamento, Feitosa (2017) chega a considerar que vivemos uma “quarta onda” do Movimento LGBT.

Por conseguinte, levamos em consideração os posicionamentos de Facchini (2005) e Feitosa (2017) para traçar uma breve linha histórica do Movimento LGBT no Brasil, de modo a apresentá-lo em consonância com sua agenda ao longo das décadas.

E foi exatamente entre 1960 e 1970 que houve uma proeminente visibilidade e disseminação do movimento, cuja característica era um discurso autoafirmativo e de luta por liberação, seguindo tendências do movimento nos EUA. Dentro do contexto internacional, uma significativa manifestação que pode ser citada como exemplo deste embate é:

[...] a revolta de Stonewall, um bar de frequência homossexual em Nova York. Constantemente abordados pela polícia, os frequentadores do bar partiram para o confronto aberto com os policiais em 28 de junho de 1969, data que se internacionalizou como o “Dia do Orgulho Gay” (FACCHINI, 2016, p. 5).

O período, que se segue no Brasil, é marcado, em relação ao Movimento LGBT, pelo posicionamento político da homossexualidade ao passo que se ergue o embate à ditadura, à “causa comum”. Assim é caracterizada a “primeira onda” do Movimento LGBT no país (FEITOSA, 2017; FACCHINI, 2005). Neste momento o Brasil se endurece, e em vista desta condição de enrijecimento proveniente do regime ditatorial o movimento estudantil apresenta sua resistência, não obstante, suas ações são alvo de repressão durante as décadas seguintes.

Por volta dos anos 1970, o movimento feminista ganha tónus e em meados dos anos 1980 emerge o movimento negro e o movimento homossexual. Surgem nesse contexto o grupo SOMOS e o Jornal Lâmpião da Esquina como um dos primeiros exemplos da ação civil organizada no país em relação a busca pela garantia de direitos de homossexuais:

No Brasil, as primeiras iniciativas do movimento homossexual surgiram no final da década de 70 com a fundação no Rio de Janeiro do “Jornal Lâmpião da Esquina” (1978) e do grupo “SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual” (1979), coincidindo com a chamada abertura política na época da Ditadura Militar no país. (FRY, 2012, p. 16).

O autor ainda põe em relevância o papel do O Lâmpião da Esquina, considerando-o como “a mais importante publicação dos últimos tempos”, pois sua posição de vanguarda permitia tratar temas inerentes à causa de forma clara e “por abrir portas para o movimento homossexual brasileiro” (RODRIGUES, 2007).

Rodrigues (2007) destaca também o papel da Universidade de São Paulo - USP na intermediação com a sociedade ao passo que organizou em 1979 um debate público sobre

grupos invisibilizados. A partir desta iniciativa de 1979, em 1980 realizou-se o 1º Encontro Nacional de Gays e Lésbicas do Brasil, do qual o Lampião da Esquina foi o catalizador.

Deste modo, o grupo SOMOS juntamente com o jornal Lampião da Esquina inauguraram uma fase na qual buscavam tirar os homossexuais do “gueto”, e por meio de manifestações públicas lutaram por direitos e representatividade à medida que se colocavam na militância que reivindicava a defesa dos Direitos Sexuais (RODRIGUES, 2007).

Outro importante grupo surgido nos anos 1980 que resiste até hoje é o Grupo Gay da Bahia - GGB, criado após o antropólogo Luiz Mott, presidente do grupo, ter sido agredido em Salvador ao estar na rua de mãos dadas com seu companheiro. O ato de violência o levou a lutar pela livre expressão da sexualidade (RODRIGUES, 2007).

Desde sua fundação, em 1980, o GGB acumula em seu curriculum significativas vitórias em prol dos direitos de cidadania dos homossexuais. Publicou pela Editora Mercado Aberto (RS) o livro *Lesbianismo no Brasil* (1987) e diversos artigos sobre a história dos "sodomitas" luso-brasileiros perseguidos pela Inquisição, assim como sobre múltiplos aspectos culturais da epidemia da Aids em nosso país. Em 1987 publicou o livro *Homofobia: A violação dos direitos humanos dos gays, lésbicas e travestis no Brasil*. Realizou centenas de conferências, debates e mesas redondas sobre a homossexualidade e a questão da Aids em colégios, universidades, programas de TV e rádios de norte a sul do país. Liderou a campanha nacional que retirou a homossexualidade da lista dos desvios sexuais, sendo autor de sete moções anti-discriminação aprovadas pelas mais importantes associações científicas nacionais. Foi a primeira ONG a iniciar a prevenção da Aids no Brasil (1982) sendo autor da primeira cartilha em método braille sobre Aids para deficientes visuais. Desde a sua fundação o GGB já distribuiu mais de 1 milhão de preservativos na Bahia (GGB, 2019, não paginado).

Neste entremeio (1984-1992) ocorre a “segunda onda”, na qual as pautas do Movimento LGBT passam a ter ênfase em abordagens direcionadas à, e provenientes da, epidemia de HIV/AIDS. Todavia, outras questões também se apresentaram como contundentes e identificadoras do movimento neste período.

Faz parte desse período a campanha nacional do GGB pela retirada da homossexualidade do Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS), ou seja, a luta pela despatologização. A luta contra o que era chamado de “câncer gay” diminuía o caráter revolucionário de liberação sexual ao mesmo tempo em que brotava a necessidade de demonstrar à sociedade que gays e lésbicas também eram “decentes”. Também foi nesse período o surgimento da expressão “orientação sexual” em oposição ao que seria uma opção, uma escolha. O grupo *Triângulo Rosa* do Rio de Janeiro assim como o *Grupo Gay da Bahia* se formalizaram e realizaram uma campanha pela inclusão da não discriminação pela orientação sexual na Constituinte de 88, sem sucesso (FEITOSA, 2017, p. 122).

Este processo pelo qual passa o Movimento LGBT, direcionando sua agenda à atenção a discriminação de homossexuais contribui para o processo, que ao longo dos anos, forçou o Estado a se posicionar contra tais manifestações discriminatórias, mediante a promulgação de leis específicas (FEITOSA, 2017; FACCHINI, 2005).

Entre os anos de 1992 e 2005 o Movimento LGBT vê um aumento significativo das instituições que o compõem, como resultado de um efetivo incremento do número de ONGs no contexto nacional neoliberal dos anos 1990, características marcantes do que se poderia considerar a “terceira onda” (FEITOSA, 2017; FACCHINI, 2005).

Diante deste panorama, Feitosa (2017) relata o surgimento de algumas ONGs e redes nacionais como o Grupo Atobá; Grupo Corsa; Grupo Arco-íris; Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT); Grupo Diversidade Niterói (GDN), Associação Brasileira de Lésbicas (ABL); Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e Rede Afro LGBT.

Na “terceira onda” Facchini (2005) reconhece que a visibilidade das questões LGBTQI+ aumenta à medida que se organizam e realizam as Paradas LGBT, trazendo notoriedade social e midiática ao Movimento LGBT (FEITOSA, 2017).

Em 1997, ocorreu a primeira Parada do Orgulho de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (travestis e transexuais) com a participação de 2 mil pessoas. A partir de 1999, ela passou a ser organizada pela Associação da Parada do Orgulho GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) de São Paulo. Seu objetivo primeiro é dar visibilidade a estas categorias sociais e fomentar a criação de políticas públicas para homossexuais (FRY, 2012, p. 23).

Aspectos importantes da década de 2000 contribuíram para forte atuação do Movimento LGBT junto ao Poder Executivo, como o “financiamento de agências internacionais para as ONGs brasileiras na área de direitos humanos assim como a vitória eleitoral do PT em nível nacional, que passaria a incluir cada vez mais as pautas do Movimento LGBT no Governo Federal” (FEITOSA, 2016, p. 122).

Símbolo dessa confluência entre Movimento LGBT e Estado é o lançamento em 2004 do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) que visaria um conjunto de políticas transversais e interministeriais na promoção e proteção da cidadania LGBT. Ampliam-se também as articulações entre governos estaduais e municipais, as relações de ativistas LGBT com parlamentares em todas as federações do Poder Legislativo (embora se cresça também uma forte oposição religiosa-conservadora) com a criação e aprovação de projetos de lei (as principais pautas no parlamento seriam a Parceria Civil, a criminalização

da homofobia e o reconhecimento das identidades trans e suas necessidades) e do Poder Judiciário, considerado mais aberto às demandas LGBT (FEITOSA, 2017, p. 122-123).

Feitosa (2017, p. 123) também retrata como neste período “surtem grupos universitários de pesquisa e ativismo, principalmente com as políticas de expansão de vagas e democratização do Ensino Superior”.

Apesar de a universidade ser um espaço que poderia permitir o encontro de ativistas – tendo presenciado a primeira aparição mais visível do grupo *Somos*, no famoso debate promovido pela revista *Versus*, em 1980, na Universidade de São Paulo (USP), e tendo sido lugar, a partir da Faculdade de Filosofia, na mesma universidade, da organização de um grupo ativista, o *Eros* [...] Sobre o grupo *Eros*, por exemplo, recaíam acusações de que fosse demasiado *acadêmico e elitista*. A ênfase “comunitarista” e antiautoritária do período, bem como o fato de a homossexualidade ser ainda classificada como patologia pelas associações científicas relacionadas à área da saúde nesse momento, certamente têm muito a dizer sobre o caráter tenso dessa relação (FACCHINI; DANILAUSKAS; PILON, 2013, p. 165).

Porém, mesmo nos anos 1980, um levante do Grupo Gay da Bahia, estimulou pesquisadores/as e professores/as a colaborarem com a luta pela despatologização e descriminalização da homossexualidade. Desta forma, os esforços da sociedade civil organizada e da academia se juntaram para defesa e busca por direitos humanos que reuniam questões diversas além do gênero.

Na primeira metade dos anos 1980, vários pesquisadores e professores foram chamados a se pronunciar e a colaborar durante a campanha, liderada pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que procurava retirar a homossexualidade do código de doenças do então chamado INAMPS (MACRAE, 1990). Essa campanha teve como uma de suas estratégias a aprovação de moções contra a patologização e/ou discriminação de homossexuais (FACCHINI; DANILAUSKAS; PILON, 2013, p. 165).

A resistência do Movimento LGBT no Brasil após uma significativa fase de desenvolvimento e avanços se viu ainda mais fortificada quando ganhou espaços na academia. Suas questões passaram a ser tratadas como objeto de estudo de áreas diversas do conhecimento, fornecendo às questões deste grupo progressiva representatividade na sociedade.

E este é um aspecto importante do Movimento LGBT, pois enquanto significativa parte dos movimentos sociais, dos anos 1980, se esvanecem em meio ao que Facchini (2016) nomeia como “crise”, o movimento homossexual se encorpa, crescendo em número, se diversificando e atingindo discussões múltiplas e fundamentais não só ao Movimento LGBT:

Enquanto boa parte dos movimentos sociais mais visíveis nos anos 1980 experimenta um processo de “crise”, o Movimento LGBT não apenas cresce em quantidade de grupos e diversifica os formatos institucionais, como amplia sua visibilidade, sua rede de alianças e espaços de participação social. Assim, entre os interlocutores do Movimento LGBT, temos movimentos de direitos humanos, de luta contra a Aids, e movimentos de “minorias”, especialmente o feminista, em âmbito nacional e internacional. Temos também agências governamentais, parlamentares e setores do mercado segmentado. Há ainda uma ampliação dos espaços de participação: comissões que discutem leis ou políticas públicas, mas também há a construção de espaços para a *incidência política* em âmbito internacional. A ampliação da visibilidade social se dá basicamente pelo debate público em torno de candidaturas e projetos de lei; pela adoção da estratégia da visibilidade massiva por meio da organização das Paradas do Orgulho LGBT; e, pela incorporação do tema de um modo mais “positivo” pela grande mídia, seja pela inserção de personagens em novelas ou de matérias em jornais ou revistas que incorporam LGBT como sujeitos de direitos (FACCHINI, 2016, p. 9).

Todavia, um grande marco para a questão da representatividade acadêmica de grupos LGBTQI+ fora os anos 2000, nos quais após ato contra homofobia e nos fóruns do Movimento Estudantil realizados no Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (CONUNE), nasce o ideal de criar um encontro nacional para abordar a temática (FACCHINI; DANILAUSKAS; PILON, 2013).

Neste ponto, resgatamos as colocações de Feitosa (2017) quanto ao que o autor denomina “quarta onda” do Movimento LGBT:

[...] o ressurgimento de grupos não institucionalizados focados em ações de cunho lúdico-culturais; a ampliação de grupos LGBT universitários – a primeira edição do Encontro Universitário de Diversidade Sexual, o ENUDS, data de 2003 – atuando no interior das universidades brasileiras; a organização e atuação mais intensa das outras “letrinhas” (L, B e T); o aumento de núcleos, observatórios, disciplinas e grupos de pesquisa que tem difundido e produzido conhecimentos; e ativismos nas universidades e conseqüentemente a maior quantidade de eventos científicos com temas relativos à Gênero e Sexualidade (FEITOSA, 2016, p. 123-124).

Feitosa (2017), para suprir o lapso temporal da obra de Facchini (2005), apresenta o que ele denominou de “quarta onda” do Movimento LGBT, período a contar de 2005 até a publicação do seu trabalho. O autor observa assim um “deslocamento de ativistas LGBT para o interior do Estado, atuando na formulação e execução de políticas públicas, o que tem gerado novos dilemas políticos e teóricos” (FEITOSA, 2017, p. 123).

Além do trânsito fluido entre Estado e sociedade civil, é nesse período que assistimos mais fortemente à organização e à incidência de setores religiosos conservadores e opositores da cidadania LGBT nas estruturas do Estado (com mais ênfase no Poder Legislativo), demonstrando também um trânsito entre sociedade civil (igrejas) e sociedade política. Tal configuração reverbera em outros poderes interferindo na implementação de políticas públicas LGBT, além de travar matérias legislativas do interesse de LGBT no Parlamento. Retrocessos podem ser vistos como a propositura de projetos de lei LGBTfóbicos/reacionários (FEITOSA, 2017, p. 123).

O autor apresenta características mais atuais do contexto das conquistas e desenvolvimento do Movimento LGBT. Afirma que as abordagens teóricas se diversificam, dando notoriedade a novas formas de ativismo e perspectivas teóricas pós-modernas com destaque para a Teoria *Queer* e Pós-Coloniais (SOUZA, 2015). Demonstra que o Movimento LGBT se direciona geograficamente para outras regiões à medida que eventos passam a ser realizados na região nordeste. Este momento também se caracteriza como de defesa de direitos humanos.

É interessante também perceber uma espécie de “nordestinização” e interiorização desses eventos a exemplo das edições do “Desfazendo Gênero”, do “Enlaçando Sexualidades”, do “Colóquio Nacional sobre Representações de Gênero e Sexualidade”, da “Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero” (que já existia desde 1992), do “Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais”, entre outros. Também é característica desse período a mudança de ênfase no ativismo das questões ligadas às DST/AIDS para pautas mais amplas como direitos humanos, cidadania, violência, educação e cultura (FEITOSA, 2017, p. 124).

E ao contrário dos anos 1990, a criação e participação das ONGs na defesa de direitos e lutas por políticas públicas direcionadas à população LGBTQI+ tende a dar espaço à participação mais efetiva do Estado o que também resulta em uma relação que ora se apresenta como de parceria e ora como de tensão (SOUZA, 2015).

Os movimentos sociais LGBTQI+, ao longo das décadas, protagonizaram ações de controle social para visibilizar e garantir direitos da população LGBT, direito à adoção conjunta de crianças, à livre expressão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero em espaços públicos, à mudança do nome em documentos de identidade, acesso a políticas públicas de saúde, entre outros (BRASIL, 2015; SOUZA, 2015).

Conforme Souza (2015), somente com o progresso da organização de uma política LGBTQI+ e sua atuação enquanto grupo de pressão nas estruturas sociais e nos governos em âmbito nacional, estadual e municipal, que as demandas e a necessidade de políticas públicas têm se convertido em um problema político.

Conforme Irineu (2014, p. 193), a partir de 2002, implantaram-se as iniciativas específicas à população LGBTQI+.

Observa-se que o primeiro programa específico para essa população foi lançado em 2004 (Programa Brasil sem Homofobia) através da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Desde seu lançamento, foram realizadas duas conferências nacionais dos direitos LGBT (2008 e 2011), lançou-se o I Plano Nacional de Promoção dos Direitos LGBT (2009), criou-se o Conselho Nacional dos Direitos LGBT (2011) e foi recentemente lançado o Sistema Nacional de Enfrentamento a Violência contra LGBT e Promoção de Direitos (2013) (IRINEU, 2014, p. 193).

Desta maneira o Movimento LGBT tem se pautado, tal qual o movimento feminista, em reivindicar políticas públicas específicas para a garantia dos direitos LGBTQI+, questionar categorias hegemônicas que tomam a linearidade sexo-gênero para justificar relações de poder que buscam invisibilizar e subalternizar sujeitos cujas identidades de gênero e orientação sexual não correspondem aos padrões tradicionais e naturalizados.

À medida que se insere nos espaços outrora inacessíveis, busca lutar pela promoção da equidade social direcionando o Estado a ações de promoção de direitos a LGBTQI+.

Resgatar o histórico de lutas em prol da garantia de políticas públicas, protagonizada pelos movimentos LGBTQI+ é imprescindível, tendo em vista que as mesmas se configuram como fundamentais para a redução das desigualdades sociais e a subversão das discriminações de gênero. Os movimentos LGBTQI+ da Paraíba foram e são fundamentais no processo de implantação das políticas públicas para LGBTQI+ no estado da Paraíba.

O Movimento LGBT na Paraíba se assemelha ao movimento no restante do país, iniciando com a defesa dos direitos de homossexuais, partindo para as questões inerentes à epidemia de HIV/AIDS e posteriormente com reivindicações para que o Estado se comprometesse com a implantação de órgãos de apoio para a população LGBTQI+.

De acordo com Ferreira (2017), o Movimento do Espírito Lilás (MEL) foi criado em 1992 e atua com o intuito de assessorar pessoas portadoras de HIV e na defesa de direitos de homossexuais no estado da Paraíba. Sua atuação vem de encontro aos elevados números da homofobia. Isto se deve ao fato de que o estado já esteve posicionado como um dos mais violentos para população LGBT no país.

Para desempenhar sua função institucional, o MEL, realiza um trabalho educativo em direitos humanos, através de capacitações, pesquisas e oficinas. O MEL está sempre engajado em diversos movimentos da sociedade civil e da esfera pública, além de contribuir na construção de novos movimentos. Os

movimentos LBT, surgiram das influências das práticas do MEL, por volta de 2002, pois antes o MEL era misto, havia mulheres e homens homossexuais, travestis e transexuais e bissexuais, mas hoje abrange apenas o público gay (FERREIRA, 2017, p. 22).

Assim, com a influência do MEL outras ONGs surgiram, a exemplo da Associação das Travestis do Estado da Paraíba, Grupo de Mulheres Maria Quitéria e o Movimento de Bissexuais (MOVBI). São organizações que representam e defendem os direitos de lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, queer e intersexo.

Com apoio de fortalecimento dos segmentos LBT, o MEL colaborou com a criação do Grupo de Mulheres Maria Quitéria, o Movimento de Bissexuais (MOVBI), e a Associação das Travestis do Estado da Paraíba (ASTRAPA), desta maneira, estes são três importantes movimentos paraibanos, que surgiram na necessidade de contemplar outros segmentos da população LGBT (FERREIRA, 2017, p. 22).

O Grupo de Mulheres Maria Quitéria foi constituído, em 1996, na capital do estado, João Pessoa. Tal associação tem como objetivo garantir a “equidade de gênero e cidadania das mulheres com foco nas mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, sem fins lucrativos, sem discriminação de raça, classe social ou identidade sexual, apartidária, de âmbito estadual” (FERREIRA, 2017, p. 22).

Em meio à necessidade da representatividade de travestis e transexuais, foi fundada em 19 de outubro de 2002, em João Pessoa, a Associação das Travestis e Transexuais da Paraíba (ASTRAPA), com a finalidade de combater o preconceito, a discriminação, e a violência contra esta parcela da população (FERREIRA, 2017). Já em janeiro de 2015 foi criado o Movimento de Bissexuais da Paraíba (MOVBI), entidade que trabalha com pessoas bissexuais. Segundo Ferreira (2017), o processo de criação do MOVBI resulta da organização de bissexuais que haviam participado do MEL.

Na luta pela garantia de direitos para populações LGBTQI+, a associação de ONGs e suas reivindicações levaram governos comprometidos com a equidade de gênero e respeito à diversidade sexual a criarem um conjunto de políticas e equipamentos de apoio.

Diante deste cenário de lutas dos movimentos LGBT no Brasil, foram criadas ações afirmativas com objetivo de enfrentar o problema de negação de direitos que sofrem a população LGBT. As políticas sociais destinadas à população LGBT, são ações afirmativas que podemos compreender como todo e qualquer esforço que favoreça grupos socialmente discriminados em função de seu pertencimento racial, étnico, gênero, orientação sexual, que, em decorrência disso, experimentam uma situação desfavorável em relação a

outros segmentos sociais. As premissas da ação afirmativa são o reconhecimento de que pessoas sujeitas à desigualdade devem receber um tratamento diferenciado e a promoção de justiça social (FERREIRA, 2017, p. 23-24).

Neste contexto no qual se apresenta a criação de políticas afirmativas se insere a criação de Centros de Referência dos Direitos LGBT e Combate à Homofobia. Os centros foram criados e instalados em alguns estados e municípios, recebendo financiamento do Governo Federal por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. (FERREIRA, 2017).¹⁴ São caracterizados como “lugares designados ao atendimento da população LGBT, que proporcionam assistência psicossocial e jurídica, trabalhando na promoção de respeito, cidadania e defesa dos direitos desta população” (FERREIRA, 2017, p. 24).

A política de atendimento a vítimas de violação de Direitos Humanos a LGBT na Paraíba foi implantada em 2008, através da parceria entre a ASTRAPA (Associação dos Travestis da Paraíba) com o Governo Federal, e teve assim, o serviço pioneiro disponibilizado a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, durante dois anos (FERREIRA, 2017, p. 24).

Na Paraíba, como consequência destes processos, foram criadas ações estatais como o Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT), campo empírico da pesquisa, que será apresentado no próximo capítulo.

¹⁴ No governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado, em 2010, o Dia Nacional de Combate à Homofobia, 17 de maio.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Compreendemos por metodologia o caminho trilhado pelo/a pesquisador/a e a prática desenvolvida na abordagem da realidade. Ela compreende as concepções teóricas de abordagem e o conjunto de técnicas que proporcionam a construção da realidade dos sujeitos (MINAYO, 1994).

Diante dos objetivos do estudo, oriundos da tentativa de elucidar as indagações nele suscitadas, faz-se necessária a escolha do método que melhor possibilite o levantamento dos dados e a abordagem da realidade (MINAYO, 1993). Assim, a presente pesquisa configura-se como descritiva, visto que busca descrever diversas situações e relações que ocorrem nas múltiplas instâncias da ação humana; ao mesmo tempo em que se apresenta como correlacional, pois procura verificar as relações entre conceitos distintos, neste caso, entre práticas informacionais e o processo de empoderamento (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007; SAMPIERI, 2006).

Quanto à natureza das fontes, esta pesquisa caracteriza-se como documental, uma vez que, para mapear o perfil dos/as usuários/as, foram utilizadas as fichas de atendimento produzidas no Espaço LGBT. Dada a necessidade da busca de dados *in loco* para obtenção das informações necessárias à estruturação do estudo, a pesquisa se caracteriza também como pesquisa de campo.

No que tange à abordagem, o estudo caracteriza-se como quantitativo e qualitativo (MINAYO; SANCHES, 1993). Conforme Minayo (1997, p. 22) “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõem, pelo contrário, complementam-se, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”.

Para obter autorização e dá início a pesquisa no Espaço LGBT, campo empírico desta investigação, apresentamos à Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana o termo de anuência, por meio do qual descrevemos a pesquisa e nos comprometemos com garantia da salvaguarda do anonimato dos/as usuários/as abordados/as. Após o aceite, iniciamos a pesquisa exploratória.

Em um primeiro momento, visando subsidiar a compreensão do contexto social no qual os sujeitos informacionais desenvolvem suas práticas, realizamos a pesquisa documental nas fichas de atendimento dos/as usuários/as que acessaram o órgão no período entre 2015 a 2017, com foco nas seguintes variáveis: encaminhamento, faixa etária, cidades de origem, sexo, orientação sexual, autoidentificação LGBTQI+, autodeclaração de cor/raça, escolaridade, tipo de violência, local da violência e autor/a da violência.

Os dados foram classificados e categorizados no editor de planilhas Excel e a análise das informações foi dinamizada pela estatística descritiva, que busca descrever as características, as experiências, as relações que ocorrem na vida social, política, cultural nos grupos e/ou na realidade pesquisada. Estes dados alicerçaram as primeiras percepções do contexto social nos quais os sujeitos informacionais desenvolvem suas práticas.

Durante a incursão ao campo, participamos de reuniões com a equipe da SEMDH e do Espaço LGBT, buscando conhecer a dinâmica do órgão, interagir com a equipe multiprofissional e identificar o fluxograma de atendimento. Compreendemos que este contato auxiliou a dinamização das atividades desenvolvidas no processo de pesquisa, por meio do compartilhamento de saberes entre os/as profissionais do Espaço LGBT e o pesquisador¹⁵ (MARTELETO, 2009). Frisa-se que as equipes da SEMDH e do Espaço LGBT foram extremamente acolhedoras e colaborativas durante toda nossa jornada.

No segundo momento, após o mapeamento do perfil dos/as usuários/as, “caminhamos” no campo empírico, visando realizar entrevistas. Os pré-requisitos definidos para seleção dos sujeitos foram: ser usuário/a do Espaço LGBT e autoidentificar-se como transexual.

No período entre 2011, ano de sua criação, até 2018, o Espaço LGBT atendeu 11.535 pessoas e cadastrou 1325 usuários/as (PARAÍBA, 2018). O universo da pesquisa compreendeu as 546 pessoas atendidas no órgão no período entre 2015 a 2017. Deste total, 55% dos/as usuários/as se identificaram com a identidade de gênero transexual, o que representa aproximadamente 300 pessoas. Nossa amostra foi extraída a considerar também a representatividade numérica de pessoas transexuais atendidas de 2015 a 2017. Assim, das aproximadamente 300 pessoas transexuais que acessaram o Espaço LGTBTS nestes anos, pudemos entrevistar 6 delas, quatro homens trans e uma mulher transexual e uma travesti.

O contato inicial com os/as interlocutores/as foi possível pela intermediação do assistente social Renildo Moraes. Sem a sua colaboração, seria demasiado moroso estabelecer contatos e acessar os sujeitos. Além disso, Renildo estabeleceu diálogos sobre o fluxograma de atendimento e os serviços acessados pelos/as usuários/as, contribuindo para nossas reflexões a respeito do campo empírico.

Neste processo, obtivemos uma lista com doze pessoas com as quais fizemos contato telefônico e explicamos as características da pesquisa. Enviamos, previamente, o termo de esclarecimento (APÊNDICE B) para que, de forma ainda mais detalhada, tomassem

¹⁵ Tais atividades foram desenvolvidas no âmbito do projeto de extensão “Enfrentamento à LGBTQIfobia: a informação no Espaço LGBT”, iniciado em 2016. Integramos a equipe do projeto dinamizando em parceria com a SEMDH e da Companhia de Processamento de Dados da Paraíba (CODATA).

conhecimento do estudo. Destes contatos, apenas três pessoas puderam participar do estudo. Não foi possível captar os motivos pelos quais os outros sujeitos não puderam participar, mas inferimos que dentre as diversas variáveis, o contexto de discriminações e abjeções vivenciadas por travestis, mulheres transexuais, e homens trans, ao longo da vida, pode ser um obstáculo. Discorrer sobre suas vivências e resistências implica em reviver dores, exclusões e marginalização.

É fundamental consolidarmos uma relação de respeito efetivo pelas pessoas e pelas suas manifestações no interior da comunidade pesquisada. Em segundo lugar, destacamos como importante a apresentação da proposta de estudo aos grupos envolvidos. Trata-se de estabelecermos uma situação de troca. Os grupos devem ser esclarecidos sobre aquilo que pretendemos investigar e as possíveis repercussões favoráveis advindas do processo investigativo. É preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge à obrigatoriedade. Com isso, queremos afirmar que os grupos envolvidos não são obrigados a uma colaboração sob pressão. Se o procedimento se dá dentro desta forma, trata-se de um processo de coerção que não permite a realização de uma efetiva interação [...] A relação com os atores no campo, como observa Zaluar (1985), implica no ato de cultivarmos um envolvimento compreensivo, com uma participação marcante em seus dramas diários (CRUZ NETO, 2001, p. 55-56).

Com vistas a conhecer a vivência de outros/as interlocutores/as, além dos primeiros três que abordamos, traçamos uma estratégia alternativa. Estabelecemos contatos com sujeitos transexuais que sabíamos serem usuários/as do Espaço LGBT. Assim, começamos a buscar por interlocutores/as no contexto universitário, sejam aqueles/as que lá desenvolviam suas atividades acadêmicas ou os/as que por lá transitavam. Este tipo de abordagem proporcionou ao estudo um número significativo de pessoas que concluíram, estavam cursando ou mesmo haviam trancado sua graduação, uma característica peculiar considerando o contexto nacional em que travestis, mulheres transexuais e homens trans enfrentam demasiadas dificuldades para acessar e permanecer no ensino superior.

Desta forma, na primeira tentativa de contato com os/as interlocutores/as apenas três usuários/as puderam participar; na segunda abordagem obtivemos mais três usuários/as. Assim a amostra foi composta por seis interlocutores/as, compreendendo quatro homens trans, uma mulher transexual e uma travesti. Uma das entrevistas foi realizada por meio de vídeo conferência, uma vez que a interlocutora residia em uma cidade do interior do estado.

A priori nossa pesquisa buscava abordar apenas pessoas transexuais, todavia, uma das interlocutoras apresentou-se inicialmente como transexual e no decorrer da entrevista se

nomeou travesti, de maneira que mesmo após a análise das entrevistas recorreremos mais uma vez a esta interlocutora para compreender como de fato ela se autoidentificava, nesta segunda oportunidade nos foi esclarecido que a mesma, definitivamente, apresentava-se como travesti.

Compreendendo a diversidade de identidades gênero e com o devido cuidado de não incidimos em generalizações, mas concomitantemente observando as abordagens desta pesquisa, utilizamos a expressão “transexual” para tratar de travestis, mulheres transexuais e homens trans. Entretanto, em vista do referencial teórico levantado para execução deste estudo compreendemos que tais experiências identitárias são diversas e idiossincráticas, não podem ser homogeneizadas. E mesmo dentro de uma mesma categoria os sujeitos experimentam vivências distintas e particulares (BENTO, 2010).

À semelhança de Silva (2008, p. 116), que também empreendeu um estudo sobre práticas informacionais, nosso intuito não está em “obter generalizações e estabelecer leis sobre práticas informacionais”, mas sim compreender as práticas sociais, por meio das vivências informadas e dos significados atribuídos a elas por esses sujeitos. De igual modo, não nos ativemos a uma representação numérica para delimitar o tamanho da amostra.

Como técnica de coleta dos dados qualitativos foi utilizada a entrevista em profundidade, “que possibilita um diálogo intensamente correspondido entre entrevistador/a e informante” (MINAYO, 2001, p. 59). Esta opção teve a finalidade de nos permitir compreender, por meio das práticas sociais dos sujeitos, quais os significados dados à vivência LGBT, quais suas práticas informacionais e de que forma estas práticas se relacionam com o processo de empoderamento. As entrevistas semiestruturadas possibilitaram apreender seu contexto social e as situações de vulnerabilidade, de subalternização e de resistências em suas práticas sociais.

No que tange às entrevistas presenciais, decidimos realizá-las em um ambiente que oferecesse segurança aos/às interlocutores/as, para que ficassem à vontade para expressar aspectos delicados de sua vivência. Desta forma, escolhemos, nas dependências da UFPB, um ambiente reservado, no qual a ausência de interrupções e a qualidade acústica fossem garantidas.

As entrevistas foram realizadas entre novembro de 2018 e janeiro de 2019. Em todos os casos o termo de esclarecimento foi lido e pactuada a garantia do anonimato. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para a realização do processo de categorização e análise, que foi baseado na técnica de análise de conteúdo, sugerida por Bardin (2010, p. 42):

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando aos procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem inferência de

conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2010, p. 42).

Realizamos leituras exaustivas das transcrições, visando identificar categorias analíticas associadas à vivência da transexualidade em uma sociedade heteronormativa. Assim, a utilização da abordagem qualitativa por meio da análise de conteúdo nos forneceu as categorias e suas respectivas subcategorias apresentadas a seguir.

Categoria 1 - **Significados da vivência transexual**, cujas subcategorias compreendem: Percepção de si, Nomeação, Família, Escola, Trabalho. Categoria 2 - **Práticas informacionais de transexuais na interação com o Espaço LGBT**, suas subcategorias abordam: Fontes de informação, Conhecimento do Espaço LGBT e Serviços utilizados. Categoria 3 - **Práticas informacionais e empoderamento**, as subcategorias relacionadas a esta são: Ressignificação, Ações emancipatórias, Informação no processo de empoderamento e Importância das práticas informacionais do Espaço LGBT.

Desta maneira captamos os significados da vivência transexual, suas práticas informacionais em múltiplos contextos sociais, as ações emancipatórias ligadas ao processo de empoderamento e as interações com o Espaço LGBT neste processo.

Aproximar-se de sujeitos transexuais para conhecer suas vivências foi e é um trabalho muito delicado. Sobretudo, quando sabemos das problemáticas inerentes à vida destas pessoas, incluindo situações de abjeção e de diversas formas de violência, rememoradas ao longo das entrevistas. Assim, a realização destas entrevistas foi possibilitada por meio da criação de uma relação de confiança entre entrevistador e entrevistados/as, facilitada pelo fato de o pesquisador também ser integrante da comunidade LGBTQI+ e ter sido assim reconhecido pelos/as interlocutores/as.

Agradecemos imensamente a disponibilidade dos/as interlocutores/as em compartilhar suas ricas vivências, que contribuíram de forma ímpar para a execução do estudo. Compreendendo a importância de cada participante, convidamos a todas e todos para participar da defesa da dissertação, para que tivessem contato com o trabalho que juntos realizamos.

5.1 Campo empírico

O Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT) foi criado em 2011, com a missão de promover a cidadania e os direitos humanos de LGBTQI+, como também o enfrentamento à LGBTQIfobia e à

discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Vincula-se à Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) ¹⁶. Criada no mesmo ano, a SEMDH visa promover políticas públicas de igualdade racial, de gênero e de diversidade sexual, orientar, apoiar, coordenar e acompanhar as políticas intersetoriais do governo e executar políticas públicas para as mulheres, população negra, indígena, cigana, quilombola e comunidades de matriz africana, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (PARAÍBA, 2018).

As equipes da SEMDH e do Espaço reúnem-se continuamente, visando (re) planejar as políticas públicas, as ações informativas, entre outros.

O Espaço LGBT é o órgão responsável pela prestação de atendimentos psicológico, jurídico e social à população LGBTQI+ em geral, conforme será visto adiante. O órgão realiza, quando necessário, o encaminhamento de travestis, mulheres transexuais e homens trans ao Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (Ambulatório TT) do Estado da Paraíba, vinculado à Secretaria de Estado de Saúde (SES), o primeiro do Nordeste, implantado em julho de 2013. Atua em rede, na articulação entre diversos serviços governamentais e não governamentais e atores sociais, para o atendimento às demandas da população. Dessa forma, o Espaço contribui para a construção da Rede de Proteção e Garantia dos Direitos de LGBT, ação que tem sido protagonizada pela SEMDH. A rede tem o objetivo de qualificar o atendimento à população, por meio do aumento da resolutividade de resposta às demandas de LGBTQI+, da troca de experiências entre profissionais e da elaboração de estratégias intersetoriais para o enfrentamento à LGBTQIfobia e a todas as formas de violações de direitos.

Figura 1 - Logomarca do Espaço LGBT



Fonte: Perfil do Espaço LGBT no Google Plus (2018).

¹⁶ A equipe da Equipe da Gerência Executiva de Direitos Sexuais e LGBT é formada por: Roberta Rocha Schultz - Gerente Executiva, Marcos Paulo Linhares - Gerente Operacional de Promoção da Cidadania LGBT e Victor Pilato - Gerente Operacional de Combate à Homofobia. A secretária da Secretaria da Mulher da Diversidade Humana é Gilberta Santos Soares, e a secretária executiva é Lidia Moura.

O camaleão mascote Iguaraíba foi escolhido por meio de enquete realizada no *Facebook* e no *Twitter*. O gerente operacional de enfrentamento à homofobia, Victor Pilato, afirmou que a enquete, nas redes sociais, foi uma estratégia utilizada para publicizar a política e divulgar a unidade informacional. “As redes sociais são aliadas da comunicação e através delas podemos dar maior visibilidade a esta política. É uma forma de estimular a população a conhecer os serviços do Espaço LGBT”¹⁷.

No que tange à localização, verifica-se que o órgão está estrategicamente localizado no centro da cidade de João Pessoa, região para a qual afluem as linhas de transporte público e na qual também estão concentradas, com maior intensidade, as atividades comerciais da cidade, sendo um local de grande fluxo de pessoas oriundas das mais diversas regiões. O centro abriga um dos pontos turísticos mais importantes de João Pessoa, a Lagoa do Parque Solón de Lucena, usada como ponto de referência para localização de endereços adjacentes.

Figura 2 - Lagoa do Parque Solón de Lucena



Fonte: <http://www.guiadasemana.com.br> (2018).

Historicamente, o centro da cidade é utilizado como espaço de socialização para comunidade LGBTQI+ e concentra significativo número de ambientes como boates e bares que quando não destinados exclusivamente à população LGBTQI+ são lugares “amigáveis” à presença dos /as mesmos /as. Assim, essa região da cidade compreende um “gueto” LGBTQI+, no qual estes sujeitos podem expressar de maneira livre suas identidades de gênero e orientações sexuais, compondo um local de resistência para esta população. Todavia, a delimitação do espaço implica

¹⁷ Disponível em: <http://aligagay.com.br/iguaraiba/>

Figura 4 - Localização do Espaço LGBT

Fonte: Google Maps (2018).

Figura 5 - Perspectiva da Localização do Espaço LGBT

Fonte: Google Street View (2018)

A Figura 5 permite a visualização da Avenida Princesa Isabel. À direita está o Espaço LGBT, e ao final da avenida, no lado esquerdo, está o edifício onde funciona o Tribunal Regional Eleitoral, geralmente utilizado como ponto de referência para indicar a localização do Espaço LGBT.

5.2 Espaço Interno

Chegando ao Espaço LGBT nos deparamos com ações informativas logo na entrada. As Figuras 6 e 7 apresentam a fachada do Espaço LGBT. A primeira em um plano mais aberto e a segunda em um plano mais fechado, no qual pode-se visualizar a logomarca e cartazes afixados na sua vidraça. A alocação de cartazes por todo o Espaço LGBT configura-se como uma estratégia que visa promover acolhimento e receptividade, visto que esta configuração assemelha-se a ambientes nos quais funcionam sedes de movimentos sociais, locais acolhedores para população LGBTQI+

Figura 6 - Fachada do Espaço LGBT 1



Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

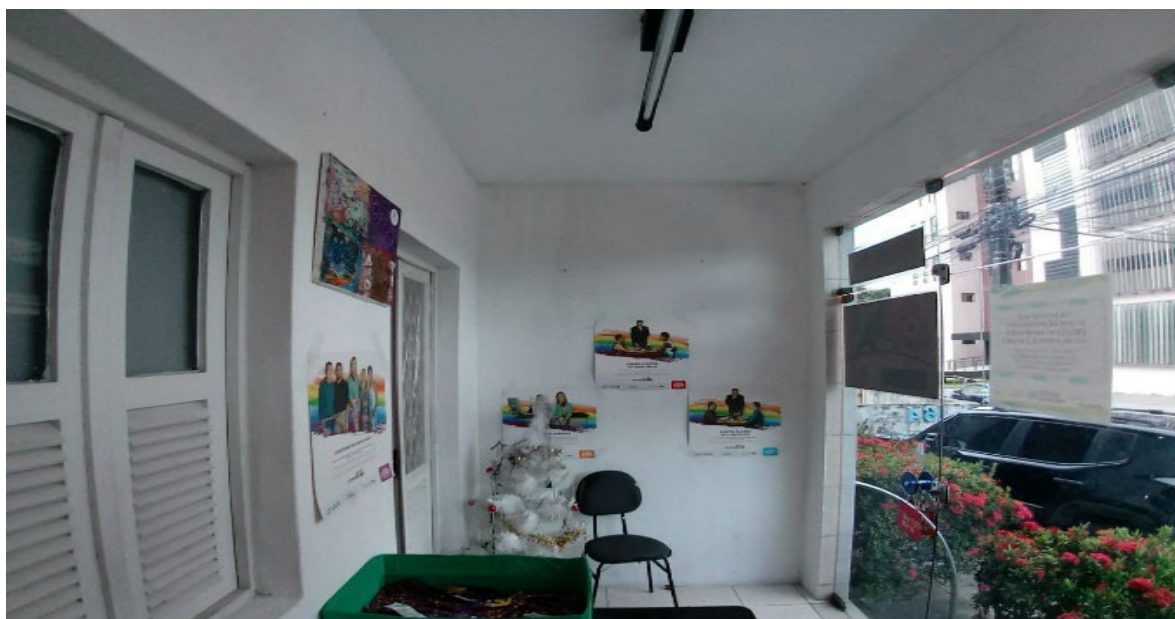
Figura 7 - Fachada do Espaço LGBT 2



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No que concerne à equipe, cinco profissionais atuam no Espaço: a advogada Marília Alcântara Guedes, o assistente social Renildo Moraes, o psicólogo Gleidson Marques, Geovana Laverna e Viviane Lira, agentes de direitos humanos. Os/as profissionais de serviço social, psicologia e direito supervisionam estágios oferecidos a estudantes dos respectivos cursos.

Na recepção, os/as usuários/as em geral, são acolhidos/as por Viviane Lira e Geovana Laverna, responsáveis pelo registro de uma ficha com informações pessoais, tais como: idade, escolaridade, raça ou cor, entre outras. Neste momento, as profissionais apresentam informações prévias e direcionam os sujeitos para a assistência social, psicológica, jurídica e para o Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais (Ambulatório TT), caso seja necessário.

Figura 8 – Recepção

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Após a triagem, o/a usuário/a é encaminhado/a para o assistente social. A sala, como todas as outras, possui cartazes sobre campanhas de combate à LGBTQIfobia e respeito à diversidade de gênero e orientação sexual.

Figura 9 - Sala Assistência social.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

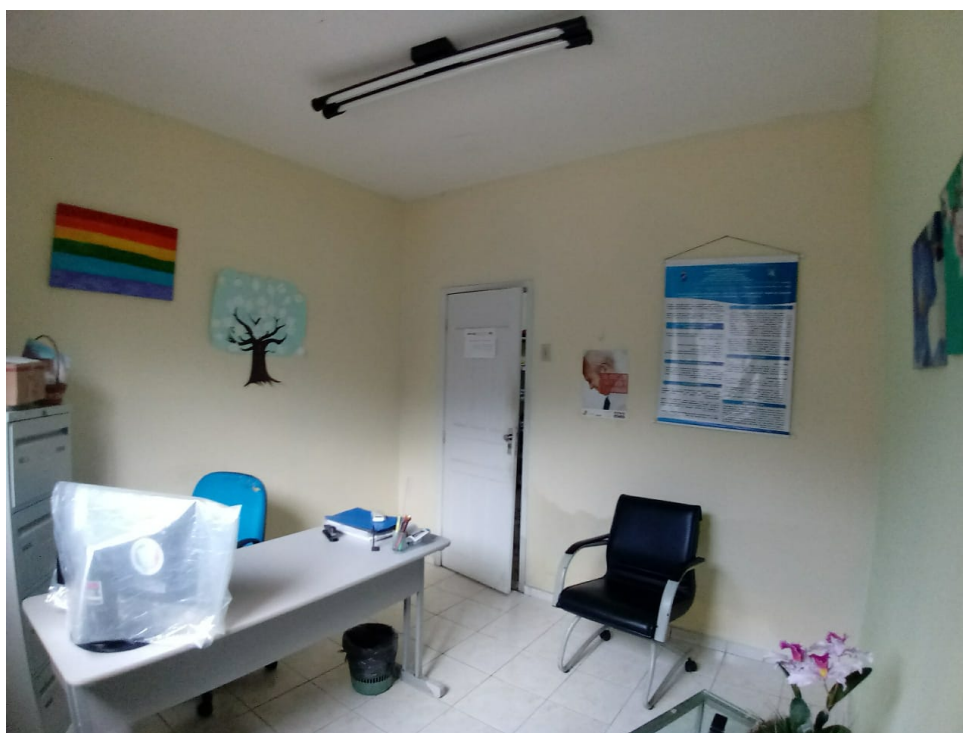
Após este atendimento, o/a usuário/a pode ser encaminhado/a para outros atendimentos internos ou para serviços da rede de atendimento. As Figuras 10 e 11 apresentam o ambiente em que a advogada e o psicólogo atendem.

Figura 10 - Sala da assistência jurídica



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Figura 11 - Sala da assistência psicológica.



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

A assessoria jurídica do Espaço LGBT ajuizou, de 2011 a 2018, 157 processos judiciais para retificação de nome de travestis, mulheres transexuais e homens trans no registro civil. Desse total, 123 já conseguiram a mudança de nome e 34 processos continuam em andamento

aguardando decisão judicial. Ainda, de 2011 a 2018, foram cadastrados/as 1.474 usuários/as e foram realizados 14.740 atendimentos nas áreas psicossocial, jurídica e de direitos humanos (CLICKPB, 2019, não paginado).

Figura 12 - Sala de reuniões



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O outro ambiente do Espaço LGBT é a sala de reuniões, Figura 12, local no qual há uma mesa com dimensão para acomodar um número significativo de pessoas. Neste local são realizadas as rodas de conversa, os encontros semanais da equipe, e as reuniões com profissionais que procuram a unidade informacional, visando conhecer o órgão e estabelecer parcerias.

6 PRATICAS INFORMACIONAIS DO ESPAÇO LGBT

O Espaço LGBT enquanto ente público desempenha suas próprias práticas informacionais à medida que traça estratégias de mediação e disseminação do conteúdo informacional direcionado à população. Estas práticas envolvem seus/suas funcionários/as, suas campanhas de publicização de informação, seu acervo e suas interações nos perfis das redes sociais do local. A seguir apresentamos estes aspectos relacionados ao Espaço LGBT e que o caracterizam como uma unidade informacional.

6.1 A equipe do Espaço LGBT e a mediação da informação

Durante o processo de pesquisa, constatamos que os/as profissionais criam, no Espaço LGBT, uma atmosfera de acolhimento, sobretudo, porque também representam a comunidade LGBTQI+ e conhecem, a partir de suas próprias vivências, as questões e as problemáticas inerentes à vida de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queer e intersexo. A composição da equipe foi planejada objetivando a interação dialógica entre os/as profissionais e os/as usuários, de forma que os últimos, em geral, acostumados a sofrer discriminações e abjeções em diversos órgãos públicos e privados, sintam-se livres para discorrer sobre seus medos e anseios, sem a preocupação em lidar com preconceitos e/ou julgamentos, quer seja pela sua orientação sexual ou pela identidade de gênero.

Nas oportunidades que tivemos de entrar em contato com os/as profissionais da equipe para obter informações, com vistas a melhor delinear o trabalho, a recepção sempre foi colaborativa. Percebemos o engajamento de todos/as com a causa LGBT. Suas ações não se limitam a questão laboral ou empregatícia, estão ligadas a uma consciência política e social, de maneira que em suas práticas configuram-se como mediadores/as da informação.

A prática profissional, permeada por cidadania e respeito, explicita-se nos relatos dos/as interlocutores/as da pesquisa. Geovana, a agente de direitos humanos que realiza a triagem dos/as usuários/as, é amplamente mencionada pelos/as interlocutores/as, em sua prática de acolhimento e encaminhamento dos/as usuários/as. Suas ações não se restringem a estas atribuições, sobretudo, porque sua presença, enquanto travesti funcionária do Espaço LGBT, consiste em uma ação discursiva contra-hegemônica percebida com admiração pelos/as usuários/as do espaço, que sentem-se representados/as por meio de sua presença no local. A informação, no corpo travesti de Geovana Laverna, assume ali um posicionamento discursivo que consiste em dizer que corpos não cisgêneros podem ocupar lugares e funções públicas. Isto, caracteriza-se como ato de apoio

e incentivo para que usuários/as do Espaço LGBT, sintam que podem também, ocupar, permanecer e dinamizar práticas sociais neste espaço.

As ações dos/as profissionais estão organizadas e detalhadas no Quadro 3:

Quadro 3: Serviços disponibilizados no Espaço LGBT

Serviço	Descrição do Serviço
Jurídico	Assessoria jurídica à população LGBT em casos de violações de direitos e em questões cíveis, tais como adoção, divisão de bens, casamento civil ou união estável; acesso a benefícios previdenciários e judicialização de ações de mudança de prenome e alteração do sexo jurídico para travestis, mulheres transexuais e homens trans.
Psicológico	Escuta psicológica breve, atendimento em grupo e terapia individual para pessoas com direitos violados, com atendimentos pontuais ou contínuos, podendo ser estendido a familiares. Atendimento para travestis, mulheres transexuais e homens trans que desejam fazer a mudança de prenome e alteração de sexo jurídico, para elaboração de parecer psicológico. O objetivo é proporcionar o bem-estar e aliviar o sofrimento psicológico.
Serviço Social	Acolhimento através de escuta qualificada para a identificação das necessidades de LGBTQI+ e familiares. Elaboração de parecer social para acesso a benefícios sociais eventuais da Assistência Social, como Cesta Básica, Auxílio Funeral, Auxílio Enxoval, Banco de Alimentos e inscrição no INSS para acesso aos Benefícios de Prestação Continuada. Orientação e encaminhamento para serviço de emissão de documentação básica gratuita. Cadastro do Número de Identificação Social (NIS) para acesso ao Programa Bolsa Família nas unidades do CRAS. Inscrições no Sistema Nacional de Emprego (SINE) e Cursos de qualificação profissional (SENAI, SENAC e SENAT). Encaminhamento para o Ambulatório Estadual de Saúde Integral para Travestis e mulheres transexuais e homens trans para acesso ao processo transexualizador através do SUS.
Direitos Humanos	Agentes de Direitos Humanos fazem busca ativa referente às denúncias recebidas via Disque 123 (Violações de Direitos Humanos), Disque 100 – LGBT, e visitas domiciliares. Realizam oficinas em escolas, associações de moradores, CRAS, CREAS, ONGs, etc.
Acervo LGBT	Um espaço aberto ao público para difusão de conhecimento, leitura e pesquisa, com mais de 100 livros, trabalhos de conclusão de curso, monografias e dissertações de profissionais que atuaram no campo de estágio da instituição.

Fonte: Paraíba (2018).

Segundo Côrtes *et al* (2017, p. 10), o Espaço LGBT é responsável por delinear conteúdos informacionais contra-hegemônicos e disponibilizá-los visando promover “os direitos e a cidadania LGBT, sensibilizar e alertar a sociedade sobre a LGBTQIfobia e incentivar as denúncias contra todas as formas de violências contra população LGBT”.

6.2 Campanhas e Acervo LGBT

A informação no Espaço LGBT é disseminada por canais diversos. Como explanado anteriormente, em todos os ambientes, desde a entrada até as salas internas, há cartazes afixados nas paredes, cujo conteúdo trata dos temas e problemáticas inerentes à vivência LGBTQI+, abordam

assim, informações sobre violência, respeito à diversidade, canais de denúncia, direitos civis, entre outros temas.

A sequência de imagens abaixo busca apresentar os conteúdos informacionais que os sujeitos entram em contato ao chegarem ao órgão. A Figura 13 apresenta a campanha “Amar é um direito de todas”, iniciativa do Coletivo Feminista (CUNHÃ)¹⁹ e da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Paraíba (OAB-PB), divulgando canais de apoio às lésbicas vítimas de violência.

Figura 13 – Campanha Amar é um Direito de Todas



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A Figura 14, abaixo, aponta uma campanha do Governo Federal, desenvolvida por meio do Ministério da Saúde e da Secretaria de Políticas para Mulheres, intitulada “Cuidar da Saúde de Todos. Faz bem para a Saúde das Mulheres Lésbicas e Bissexuais. Faz bem para o Brasil”. Orienta e visibiliza profissionais, que atuam no Sistema Único de Saúde, a respeito das necessidades e especificidades da saúde de lésbicas.

¹⁹ A Cunha Coletivo Feminista é uma organização social sem fins lucrativos que atua na cidade de João Pessoa (PB), no Nordeste do Brasil, desde 1990 (<https://www.facebook.com/cunhanfeminista/>).

Figura 14 – Cuidado da saúde de mulheres lésbicas e bissexuais



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O movimento de lésbicas, em consonância com estudos de natureza qualitativa, vem apontando para o fato de que características como silêncio e mistério estejam associadas ao homoerotismo feminino e às relações afetivas e/ou sexuais entre mulheres, em nossa sociedade. Ativistas vêm ressaltando também temores relacionados ao preconceito, e seus efeitos na vida cotidiana e nas relações sociais levariam ao silêncio sobre as práticas e/ou desejos homoeróticos e a restrições que podem impactar negativamente as vivências amorosas. A invisibilidade individual contribuiria assim para a vulnerabilidade individual dessas mulheres e para a invisibilidade social, que por sua vez dificultaria o atendimento de suas necessidades por parte de programas e políticas públicas, reforçando a vulnerabilidade social e individual. A invisibilidade e a ausência de políticas adequadas afetaria os profissionais e serviços de saúde que, na ausência de informações sobre essa população, agiriam a partir de estereótipos socialmente disseminados. As mulheres, por sua vez, temendo o preconceito e despreparo dos profissionais, se afastariam dos serviços ou resistiriam a relatar aos profissionais questões ligadas à sexualidade. (FACHINI; BARBOSA, 2006, p.23-24)

Há também, na entrada do Espaço, material cuja finalidade é a não naturalização de situações de violência contra LGBTQI+, de modo que ameaças, violências e violações de direitos humanos sejam denunciadas. As campanhas, promovidas pelo Governo do Estado da Paraíba e pelo Governo Federal, estão representadas na Figura 15:

Figura 15 – Canais de denúncia



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Com finalidades semelhantes, a Figura 16 aborda o respeito às pessoas LGBTQI+, salientando que o estranhamento deve ser direcionado à LGBTQIfobia e não ao sujeito homossexual.

Figura 16 – Garantia de livre expressão da identidade de gênero e 10ª Parada gay da Bahia 2011



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O conteúdo informacional da Figura 17 versa sobre o direito de uso do nome social por sujeitos transexuais. Os cartazes mostram informações sobre: 1 - o tratamento nominal nos registros estaduais dos serviços prestados no Poder Executivo do Estado da Paraíba, 2 - o reconhecimento do nome social em todo Estado do Pará e 3 - a garantia de emissão do cartão do SUS com o nome social em todo território nacional.

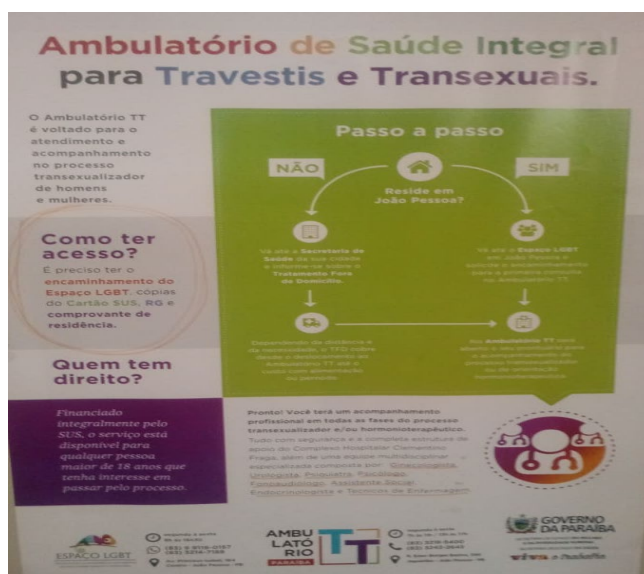
Figura 17 - Garantia do nome social



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O Ambulatório TT é apresentado na Figura 18 por meio do fluxograma de atendimento.

Figura 18 – Fluxograma para atendimento no Ambulatório TT



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Procedimentos destinados às pessoas transexuais estão inseridos na Figura 19, a qual indica orientações sobre como proceder e quais os documentos necessários ao início do processo de retificação de nome e gênero.

Figura 19 – Folder com orientações para retificação de nome e de gênero

quando a pessoa interessada tiver qualquer dificuldade em realizar a retificação diretamente no cartório e, especialmente, para:

1. A retificação de nome e de gênero de **menores de 18 (dezoito) anos**;
2. A garantia do direito à **gratuidade** para os interessados que não possuam condições de arcar com os custos da retificação, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal;
3. A **expedição gratuita da certidão de nascimento ou casamento atualizada** (principalmente quando a pessoa interessada não puder comparecer diretamente ao cartório onde foi registrado o nascimento ou o casamento, devido à distância, por exemplo) e a solicitação gratuita das certidões aos cartórios de protestos do local de residência;
4. A extração das **certidões negativas na internet** quando a pessoa interessada não possuir acesso à internet. Os atendimentos são agendados pelo telefone 98654 2870, pelo e-mail cdmddsh@defensoria.pb.gov.br ou pessoalmente no endereço Rua das Trincheiras, nº 358, Centro, João Pessoa/PB, de 13h às 17h.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
 DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA
 Rua das Trincheiras, 358 - Centro, João Pessoa/PB
 Cep 58.011-000. Tel.: 83 98654 2870
 Site: www.defensoria.pb.gov.br
 E-mail: diversidade@defensoria.pb.gov.br

ORIENTAÇÕES PARA RETIFICAÇÃO DE NOME E DE GÊNERO
 PROVIMENTO Nº 73/18 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DOS DIREITOS HOMOAFETIVOS

O QUE PODE SER ALTERADO?
 A pessoa interessada poderá solicitar, diretamente nos cartórios de registro civil de pessoas naturais, a **alteração de seu gênero e de seu nome**, incluindo os agnômes indicativos de gênero ou descendência (**filho, neto, júnior** etc). Não podem ser alterados os nomes de família (sobrenomes).

ONDE SOLICITAR?
 No cartório de registro civil de pessoas naturais onde foi registrado(a) ou em qualquer outro cartório de registro civil do local onde reside.

QUEM PODE SOLICITAR?
 Maiores de **18 (dezoito) anos de idade**. Crianças e adolescentes devem procurar a Defensoria Pública.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS (devem ser apresentados os originais e as cópias):

1. **Certidão de nascimento atualizada** (expedida nos últimos 6 meses);
2. **Certidão de casamento atualizada, se a pessoa for ou tiver sido casada** (expedida nos últimos 6 meses).

OBS: Entendemos que a certidão de nascimento não precisa ser atualizada se o pedido for realizado no cartório de registro civil de pessoas naturais onde foi registrada(o). Da mesma forma, a certidão de casamento não precisa ser atualizada se o pedido ocorrer no cartório onde a pessoa casou. Para expedição da via atualizada, principalmente quando o cartório for de outra cidade ou quando houver problema com a gratuidade, a pessoa interessada pode acionar a Defensoria Pública.

3. **Cópia do registro geral de identidade (RG);**
4. **Cópia da identificação civil nacional (ICN), se tiver** (trata-se de documento em implementação, que substituirá todos os demais documentos de identidade);
5. **Cópia do passaporte brasileiro, se tiver;**
6. **Cópia do cadastro de pessoa física (CPF) no Ministério da Fazenda;**
7. **Cópia do título de eleitor;**
8. **Comprovante de endereço;**
9. **Certidão do distribuído civil, criminal e de execução criminal do local de residência dos últimos cinco anos (estadual/federal);**
10. **Certidão dos tabelionatos de protestos do local de residência dos últimos cinco anos;**
11. **Certidão da Justiça Eleitoral do local de residência dos últimos cinco anos:** Obs.: A certidão pode ser retirada na internet, no seguinte link: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidoes>
12. **Certidão da Justiça do Trabalho do local de residência dos últimos cinco anos.** Obs.: A certidão pode ser retirada na internet, no seguinte link: <http://www.trtes.jus.br/principal/atividade-judiciaria/certidoes/index>.

GRATUIDADE:
 O Provimento determina que o registrador deverá observar as normas legais referentes à gratuidade de atos. Portanto, aqueles que não dispõem de condições de arcar com os custos possuem direito à retificação e expedição de certidões gratuitas. A Defensoria Pública pode ser procurada para a garantia do direito à gratuidade.

QUANDO PROCURAR A DEFENSORIA PÚBLICA?
 A Defensoria Pública pode ser procurada para **orientação prévia** ao pedido administrativo ou

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Como exposto, o material informativo é diversificado e abundante no Espaço LGBT, oriundo de campanhas fomentadas e apoiadas por órgãos diversos, pautadas no respeito à diversidade necessário à sociedade heteronormativa que rechaça e mata sujeitos transexuais. Frisa-se que no atual contexto, discursos de ódio têm sido banalizados e estimulados no Brasil.

Além dos suportes informacionais apresentados, o Espaço LGBT conta com a disseminação de informação por meio de canais formais, a exemplo do Acervo LGBT, Figura 20.

Figura 20 – Acervo LGBT



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O Acervo LGBT constitui um espaço aberto para leitura e pesquisa. Conta com mais de 100 livros e é composto também por monografias, trabalhos de conclusão de curso e dissertações, cujas temáticas abordam as questões inerentes a sexualidade, as relações de gênero, entre outras. Alguns trabalhos acadêmicos disponíveis foram resultantes de pesquisas cujo *lôcus* fora o Espaço LGBT, compreendo trabalhos de áreas como as ciências sociais e ciências médicas, por exemplo. Além do acervo e do material informativo, destacamos duas campanhas, lançadas pelo Governo Estadual da Paraíba, em virtude da alta visibilidade e impacto social das mesmas no estado.

6.3 Campanhas nas redes sociais - Tire o Respeito do Armário e Eu Respeito

As campanhas “Tire o Respeito do Armário” e “#EuRespeito”, foram promovidas pela Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, em 2012 e 2017, respectivamente. Compreendem, de acordo com a secretária Gilberta Soares práticas informacionais “que utilizam canais diversos para levantar o debate na sociedade e mobilizar a população pelo fim da homofobia” (PARAÍBA, 2018). A primeira campanha enfatizou conteúdo informativo nas redes sociais e distribuição de material, em órgãos da saúde, segurança pública, educação e assistência social. (PARAÍBA, 2013). A Figura 21 evidencia pessoas que vestiram a camisa, os *banners* veiculados por meio de *outdoors* e *outbus* distribuídos nas cidades de João Pessoa, Campina Grande e Cajazeiras.

Figura 21: Pôsteres da campanha Tire o Respeito do Armário



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Segundo o Governo do Estado da Paraíba (2013), a campanha alcançou até 09 de julho de 2013, 300 mil visualizações no perfil do Espaço LGBT no *Facebook*.

A Figura 22 associa a campanha “Tire o Respeito do Armário” ao Dia da Visibilidade Trans.

Figura 22 - Tire o respeito do armário - 29 de Janeiro - Dia da Visibilidade Trans.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A segunda campanha #EuRespeito (*hashtag* eu respeito) foi publicizada em 2017. Divulgou especialmente a legislação estadual expressa na Lei nº 7.309/2003, atualizada pela Lei Estadual Nº 10.909/2017 e pelo Decreto Estadual nº 27.604/2006, que coíbe toda forma de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero em estabelecimentos públicos e privados na Paraíba²⁰.

A lei apresentada informa sobre a obrigatoriedade da fixação de cartazes contendo a legislação que visa estimular o respeito a toda e qualquer identidade de gênero e/ou orientação sexual, trata também da aplicabilidade de multa no valor de até R\$ 8 mil reais em vista do não cumprimento desta medida (PARAÍBA, 2018). A campanha “Eu respeito” teve um significativo impacto social considerando que o conteúdo informativo nos cartazes é visualizado em diversos estabelecimentos públicos e privados do estado.

²⁰ Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/governo-do-estado-lanca-campanha-contra-a-homofobia-nesta-quarta-feira/>

O cartaz contendo informação sobre a lei que criminaliza a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, foi formulado pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana, é distribuído pela SEMDH e pelo Espaço LGBT.

Figura 23 – Cartaz da lei contra discriminação por orientação sexual e identidade de gênero



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A campanha faz uso de diversos suportes informacionais como cartazes, *sopt* para rádios e publicações em jornais. Os cartazes representam situações nas quais pessoas LGBTQI+ são atendidas em ambientes comerciais, “o elenco da campanha, personagens reais e todos voluntários deram depoimentos sobre a importância de uma campanha de conscientização sobre atendimento ao público LGBTQI+ em ambientes públicos e privados” (PARAÍBA, 2018, não paginado). A seguir, na Figura 24, imagens dos pôsteres da campanha.

Figura 24 – Pôsteres da Campanha #Eurespeito



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A seguir, a Figura 25, apresenta o *banner* eletrônico no perfil da rede social na internet do Espaço LGBT. Nela há “*hashtag* Eu respeito”, visibilizando o Dia 17 de maio, Dia do enfrentamento à LGBTQIfobia.

Figura 25 - Pôster da campanha #Eurespeito e perfil do espaço LGBT no *Facebook*.



Fonte: <https://www.facebook.com/EspacoLGBTsemelh/> (2019).

O conteúdo informacional destas campanhas também é disponibilizado no perfil na rede social *Facebook* que está disponível no endereço eletrônico <https://www.facebook.com/EspacoLGBTsemelh/>. Em acesso realizado em 08 de janeiro de 2019, o perfil contava com 619 seguidores/as (pessoas que recebem notificações em seus próprios perfis à medida que algum conteúdo novo é postado no perfil do Espaço LGBT).

Considerando todos os aspectos apresentados, consideramos que o Espaço LGBT produz e dissemina, por meio dos canais de informação, conteúdos pautados na garantia e promoção do respeito à diversidade sexual e identidade de gênero. A existência de outros espaços como este faz parte de uma importante estratégia para garantia e defesa de direitos da população LGBTQI+, e disseminação de informação com potencial de ressignificar preconceito e mudar mentalidades.

Na busca por apresentar outros órgãos específicos de atendimento no país, a exemplo do Espaço LGBT, nos deparamos com uma das problemáticas apresentadas neste estudo, a escassez na produção de dados oficiais sobre as questões inerentes as populações LGBTQI+. Todavia, dentre os estudos que tivemos acesso e que tratam do levantamento de informações a respeito da existência de centros de referência destinados ao atendimento de pessoas LGBTQI+, está a pesquisa de Santos (2018, p. 67).

O autor trata da importância da experiência do centro de referência LGBT de Campinas, São Paulo, que estimulou a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a através do Programa Brasil sem Homofobia (BSH) instalar e garantir o funcionamento de cerca de 40

centros de referência em todo Brasil. Isto ocorreu em 2005, todavia atualmente não há um controle ou levantamento que nos possibilite analisar quais destes centros ainda permanecem em ativos (SANTOS, 2018). Entretanto, de acordo com Melo, Avelar e Maroja 2012, significativa parte dos centros abertos em 2005 foram fechados.

Como forma de suprir esta ausência de informação oficial, realizamos em 01 março de 2019 uma pesquisa utilizando o motor de busca *google*. Esta pesquisa compreendeu a inserção do descritor “Centro de Referência LGBT” acrescido da capital de cada estado brasileiro no buscador, os resultados foram analisados considerando a recuperação ou não da informação a respeito dos locais procurados. Ainda assim, as informações recuperadas não permitem garantir que estas cidades ainda mantenham em funcionamento os seus centros de referência.

Como resultado desta ação, dentre capitais que mantêm ou já possuíram equipamento semelhante aos da capital paraibana estão: Aracajú, Belém, Belo Horizonte, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, São Paulo, Teresina. Reiteramos a necessidade de um estudo mais abrangente que permita uma análise ampla e atualizada da situação do Brasil no amparo a população LGBTQI+ no que diz respeito a criação e a manutenção centros de referência.

7 PRÁTICAS INFORMACIONAIS E VIVÊNCIAS DA TRANSEXUALIDADE

Antes de apresentarmos as práticas informacionais e vivências da transexualidade a partir dos relatos dos/as interlocutores/as, sujeitos desta pesquisa, abordaremos os marcadores sociais dos/as usuários/as que acessaram o Espaço LGBT no período de 2015 a 2017. Pôr em evidência características inerentes a composição desta amostra da comunidade LGBTQI+ torna possível obter visão geral das identidades e do contexto no qual estão inseridos/as travestis, mulheres transexuais e homens trans entrevistados/as neste estudo.

Assim, o local tem sido amplamente acessado e ao longo dos anos e gradativamente incorporado às práticas informacionais de seus/suas usuárias/as. A seguir, na Tabela 1, apresentamos o quantitativo de usuários/as que acessaram o local de 2011 a 2017, neste período foram cadastrados/as 1.327 usuários/as.

Tabela 1: Quantidade de usuários/as (2011-2017)

Ano	Usuários/as	%
2011	121	9
2012	271	20
2013	234	18
2014	155	12
2015	132	10
2016	185	14
2017	229	17
Total	1327	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O Espaço LGBT está em funcionamento desde 2011, e como anteriormente apresentado, fornece assistência social e psicológica, orientação jurídica, acesso a terapias, encaminhamento para o Ambulatório TT, entre outros serviços direcionados à população LGBTQI+.

7.1 Perfil dos/as usuários/as que acessaram o Espaço LGBT (2015-2017)

Deste período destacamos os anos de 2015, 2016 e 2017, de modo que os dados com os quais trabalhamos a seguir fazem referência a este recorte temporal. Abaixo temos a Tabela 2 que representa a quantidade de usuários/as atendidos/as nos anos de 2015, 2016 e 2017. É possível perceber um crescimento gradual no número de atendimentos. Se comparado com o ano de 2015, no ano de 2017 houve um incremento de 73,5% no total de usuários/as atendimentos/as pelo Espaço LGBT.

Tabela 2: Quantidade de Usuários/as (2015-2017)

Ano	Usuários/as	%
2015	132	24
2016	185	34
2017	229	42
Total	546	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Este aumento pode ser relacionado com o forte trabalho publicitário e o relançamento da campanha “Tire o respeito do armário” e a *hashtag* “#eurespeito” no ano de 2017. Também dever ser considerada a demanda da população transexual que busca o órgão para receber assessoria jurídica no processo de retificação de nome e sexo.

Os/as usuários/as foram em sua maior parte encaminhados/as por amigos/as (48,53%), Disque 100/Dique 123 (7,90%) e pelo Movimento LGBTQI+ (4,78%). Percebe-se que há uma forte rede de amigos/as que se comunica e dissemina informações a respeito dos serviços disponíveis no local.

Tabela 3: Encaminhamentos (2015-2017)

Encaminhamento	Usuários/as	%
Amigo/a	264	49
Não informado	73	13
Disque 100/ Disque 123	43	8
Movimento LGBT	26	5
Ambulatório TT/CHCF ²¹	19	3
Busca ativa	17	3
Redes sociais	16	3
CREAS ²² /CRAS ²³	14	3
Outros - não informado	13	2
Outros - Centro de Cidadania Municipal LGBT	12	2
Imprensa	7	1
Outros	7	1
Parentes	6	1
Outros - CR Mulher JP ²⁴	4	1
Delegacia Contra Crimes Homofóbicos	3	1
Outros	22	4
Total	546	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

²¹ Complexo Hospitalar Clementino Fraga, local onde funciona o Ambulatório TT.

²² Centro de Referência Especializado de Assistência Social

²³ Centro de Referência de Assistência Social

²⁴ Centro de Referência da Mulher de João Pessoa

O encaminhamento por amigos/as evidencia, dentre outros aspectos, a confiança em indicar os serviços do local e a boa avaliação do mesmo, pois em caso de não satisfação esta categoria não figuraria como a principal via de conhecimento da unidade informacional.

Quanto à faixa etária, os/as usuários/as estão concentrados/as na faixa de 18-25 anos, quase 50% do total dos/as usuários/as dos três anos em análise. Os/as demais usuários/as se dispersam em faixas etárias diversas.

Tabela 4: Faixa etária (2015-2017)

Faixa etária	Usuários/as	%
Menores de 18 anos	15	2,76
18-25	265	48,35
26-30	90	16,54
31-35	46	8,46
36-40	57	10,48
41-45	26	4,78
46-50	16	2,94
51-56	13	2,39
56-60	4	0,74
Maiores de 60 anos	3	0,55
Não informado	11	2,02
Total	546	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Esta situação pode indicar que os jovens procurem o Espaço LGBT “em busca de orientações ou para denunciar violências, tendo em vista a aderência dos jovens a transformações nas concepções de gênero” (CALIXTO; CÔRTES; SOARES, 2016, p. 95).

Também contemplamos as cidades das quais se originam os/as usuários/as. João Pessoa é a cidade com o maior índice de registros, representando mais da metade dos atendimentos.

Seja por ser a cidade na qual o equipamento social está localizado, seja pela concentração populacional, todavia, este dado pode também ser associado aos dados fornecidos pelo GGB (2015) que apontou que em 2014 João Pessoa foi considerada a cidade mais perigosa para LGBTQI+.

Tabela 5: Cidades de origem (2015-2017)

Cidade	Usuários/as	%
João Pessoa - PB	380	69,60
Bayeux – PB	25	4,58
Santa Rita – PB	23	4,21
Campina Grande - PB	21	3,85
Belém – PB	15	2,75
Cabedelo – PB	15	2,75

Continua

Cidade	Usuários/as	Conclusão
		%
Outras Cidades	64	11,72
Não informado	3	0,55
Total	546	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A Tabela 6 apresenta os dados pertinentes ao sexo dos/as usuários/as do Espaço LGBT. Segundo De Jesus (2012, p. 13), sexo corresponde a “classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais”. Mais da metade das pessoas atendidas informaram ser do sexo masculino (57,69%), seguido de (41,76%) do sexo feminino.

Tabela 6: Sexo (2015-2017)

Sexo	Usuários/as	%
Masculino	315	57,69
Feminino	228	41,76
Não Informado	3	0,55
Total	546	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Prosseguirmos na descrição do perfil dos/das usuários/as de modo que a Tabela 7 aborda a orientação sexual que é a “atração afetivo-sexual por alguém, diferente do senso pessoal de pertencer a algum gênero” (DE JESUS, 2012, p. 15, grifo nosso). Pois o “gênero com o qual uma pessoa se identifica [...] pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento [...] identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem” (DE JESUS, 2012, p. 14).

Tabela 7: Orientação sexual (2015-2017)

Orientação Sexual	Usuários/as	%
Homossexual	255	46,70
Heterossexual	212	38,83
Bissexual	52	9,52
Não Informado	25	4,58
Pansexual	2	0,37
Total	546	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Quanto a este aspecto os/as usuário/as estão quase que divididos entre homossexuais (46,70%) e heterossexuais (38,83%), havendo quase um equilíbrio no quantitativo desses grupos.

Em seguida, a Tabela 8 mostra o quão significativo é o número de transexuais que utilizaram os serviços do Espaço LGBT no período entre 2015 e 2017. Este é um dos aspectos que nos estimulou a focar nosso estudo nestes sujeitos. Consideramos também a condição de vulnerabilidade na qual estes sujeitos se encontram levando em conta o contexto brasileiro que compreende altos índices de violência contra travestis e transexuais (GGB, 2018).

Tabela 8: Autoidentificação LGBTQI+ (2015-2017)

Autoidentificação LGBTQI+	Usuários/as	%
Travestis, transexuais e homens trans	280	51,28
Lésbica	87	15,93
Gay	83	15,20
Bissexual	42	7,69
Não se aplica	29	5,31
Não Informado	23	4,21
Pansexual	1	0,18
Outras	1	0,18
Total	546	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A Tabela 9 apresenta a autodeclaração da cor ou raça dos sujeitos e nos permite observar que uma significativa parcela destes/as usuários/as são pessoas não-brancas. Assim, o somatório destas outras cores ou raças que não a branca, corresponde a 72,16% do total de usuários/as neste período.

Tabela 9: Autodeclaração de cor ou raça (2015-2017)

Cor ou raça	Usuários/as	%
Parda	163	29,85
Preta	152	27,84
Branca	135	24,73
Não Informado	72	13,19
Amarela	18	3,30
Indígena	4	0,73
Cigana	1	0,18
Outras	1	1,28
Total	546	100

Fonte: Dados a Pesquisa (2018).

A vivência de sujeitos LGBTQI+ pretos, de forma geral, é marcada por inúmeras abjeções e preconceitos que, associados ao gênero, se exprimem em disparidades salariais e escolares, pois a objetificação de corpos pretos, sobretudo de corpos de mulheres pretas, é histórica e resulta em violências diversas, sendo a “violência sexual colonial” o amálgama “de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2003, p. 1).

Ao analisar a escolaridade dos/das usuários/as a maior parte destes, declarou possuir ensino médio completo (30,59%), e apenas (6,59%) afirmaram ter nível superior completo.

Tabela 10: Escolaridade (2015-2017)

Escolaridade	Usuários/as	%
Não alfabetizado(a)	2	0,37
Educação para Jovens e Adultos - EJA	1	0,18
Ensino fundamental incompleto	68	12,45
Ensino fundamental completo	14	2,56
Ensino médio incompleto	87	15,93
Ensino médio completo	167	30,59
Técnico completo	1	0,18
Ensino superior incompleto	98	17,95
Ensino superior completo	36	6,59
Pós-graduação	2	0,37
Não informado	70	12,82
Total	546	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Uma menor quantidade de usuários/as em graus mais elevados que o ensino médio completo pode ser associada às dificuldades enfrentadas em acessar e manter-se no ambiente escolar, pois pessoas com identidades de gênero e orientações sexuais que não as legitimadas pela linearidade sexo-gênero-orientação sexual sofrem sanções por se expressarem de modo diferente das expressões heteronormatizadas (BOHEN, 2016; BUTLER, 2011).

Com vistas a definir com precisão as violências elencadas a partir dos dados obtidos das fichas dos/as usuários/as do Espaço LGBT e considerando que as violências aqui apresentadas também podem ser caracterizadas como violências de gênero, trouxemos as qualificações na Lei Maria da Penha para melhor compreensão de como cada tipo de violência se caracteriza. O Quadro 4 apresenta as violências e suas respectivas qualificações:

Quadro 4: Qualificações dos tipos de violência – Lei Maria da Penha

Tipo de violência	Qualificação
Física	Entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
Psicológica	Entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
Sexual	Entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo [...]

Continua

Conclusão

Tipo de violência	Qualificação
Sexual	[...] a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais reprodutivos
Patrimonial	E como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
Moral	Entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Fonte: Brasil (2018).

Assim, é possível darmos andamento a apresentação do perfil de usuários/as, pois a Tabela 11 aborda quais os tipos de violências foram relatados.

É necessário esclarecer que nem todos os atendimentos realizados no Espaço LGBT configuram denúncias de violências, dada a gama de serviços prestados pelo equipamento público. Sua procura envolve interesses diversos, todavia apenas 53 pessoas, (9,74%), não sofreu ou relatou não ter sofrido violência. Enquanto todo o resto, 493 dos/das usuários/as (90,26%) relatou ter sofrido algum tipo de violência ao longo de suas vidas.

A violência psicológica lidera a lista de violências com (39,89%) dos atendimentos e mesmo outras violências aparecem associadas à violência psicológica, de modo que este tipo de violência se relaciona aos demais tipos de modo intrínseco.

Tabela 11: Tipos de violências (2015-2017)

Tipo de Violência	Usuários/as	%
Psicológica	217	39,89
Física e psicológica	98	18,01
Não sofreu ou relatou violência	53	9,74
Psicológica e verbal	43	7,9
Não informado	22	4,04
Física, psicológica e verbal	19	3,49
Institucional e psicológica	15	2,76
Física, psicológica e sexual	15	2,76
Física	10	1,84
Verbal	7	1,29
Patrimonial e psicológica	7	1,29
Homicídio	5	0,92
Outros	33	6,1
Total	544	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Na Tabela 12 apresentamos os locais onde estas violências ocorreram. Um significativo número ocorreu na rua (18,01%). Porém um dado importante, mesmo que

inconclusivo, é o número de pessoas que não informou o local onde a violência ocorreu: 231 pessoas, o equivalente a (42,46%), não declarou o local exato da violência.

Porém, há uma possibilidade significativa de tais violências terem sua origem a partir de pessoas próximas, sejam parentes ou companheiros/as (CARDOSO; FERRO, 2012). Um outro aspecto para o alto índice de não informação sobre o local da ocorrência pode vincular-se ao medo de explicitar os autores da violência.

Tabela 12: Local da violência (2015-2017)

Local da Violência	Usuários/as	%
Não informado	233	42,67
Na rua	98	17,95
Em casa	43	7,88
Na escola	22	4,03
Em casa e na rua	19	3,48
Na escola e na rua	14	2,56
Ambiente familiar	13	2,38
No trabalho	12	2,20
Estabelecimento público comercial	9	1,65
Espaço público	6	1,10
Outros locais	77	14,10
Total	546	100

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Foram mantidos na Tabela 14, abaixo, valores menores que (1%) com a finalidade de apresentar a multiplicidade de autores/as. Ao somar todos os valores menores que 1%, obtivemos o valor de 8,6%.

Tabela 13: Autor/a da violência (2015-2017)

Autor/a da Violência	Usuários/as	%
Não informado	469	85,90
Familiares ²⁵	16	2,93
Pai e/ou mãe	15	2,75
Vizinho/a	9	1,65
Amigos e colegas ²⁶	7	1,28
Companheiro/a	5	0,92
Desconhecidos/as	4	0,73
Funcionários	3	0,55
Agentes de segurança ²⁷	3	0,55
Agentes de segurança e gerente	2	0,37
Outros/as autores/as	13	2,37
Total	546	100

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

²⁵ A categoria Familiares compreende: irmão/ã, tio/a e sogro.

²⁶ A categoria Amigos e colegas compreende: amigos/as, colegas de classe.

²⁷ A categoria Agentes de segurança compreende: agentes de segurança e policiais.

De modo semelhante à Tabela 12, a Tabela 13, acima, que trata do/da autor/a da violência, mostra um alto índice de pessoas que não informou qual foi o autor: 468 pessoas (85,90%). Mais uma vez um significativo número de pessoas.

A apresentação destes aspectos ligados aos/às usuários/as do Espaço LGBT no período de 2015 a 2017, foi elaborada com o intuito de apresentar e prover dados ligados à vivência, composição e questões ligadas à população LGBTQI+ de uma forma ampla. Desta maneira, pudemos avançar para abordar a amostra tratada neste estudo, pessoas transexuais, compreendendo sua significativa representatividade numérica e complexa imbricação de aspectos de vulnerabilidade com o intuito de compreender como dinamizam suas práticas informacionais em detrimento de um contexto opressivo.

7.2 Significados da vivência transexual em uma sociedade heteronormativa

Para compreendermos como se expressam as práticas informacionais, como os sujeitos incorporam instrumentos de conhecimento de estruturas objetivamente dadas e como se empoderam para enfrentar as opressões nestes contextos, é necessário compreender este sujeito de maneira devidamente contextualizada.

Conhecer o perfil dos/as interlocutores/as é uma estratégia para compreender aspectos intimamente ligados às suas práticas informacionais, considerando que marcadores sociais distintos proporcionam também práticas informacionais distintas. Deste modo, cada sujeito informacional apreende o mundo e desenvolve suas relações e interações sociais de modo particular considerando sua escolaridade, idade, cor ou raça, perfil socioeconômico, e cidade de origem, por exemplo. O Quadro 5 a seguir apresenta o perfil dos/as interlocutores/as da pesquisa.

Quadro 5: Perfil dos/das interlocutores/as

Interlocutor/a	Interlocutor 1	Interlocutor 2	Interlocutor 3	Interlocutora 4	Interlocutor 5	Interlocutora 6
Escolaridade	Superior Incompleto trancado p/ tratamento psicológico	Ensino Superior em curso	Pós-graduação em curso	Ensino Superior completo	Ensino Superior em andamento	Ensino Médio completo
Idade	24	21	33	28	30	29
Cor ou raça	Pardo	Preto	Amarelo	Preta	Branco	Parda

Continua

Conclusão

Interlocutor/a	Interlocutor 1	Interlocutor 2	Interlocutor 3	Interlocutora 4	Interlocutor 5	Interlocutora 6
Profissão		Gastrônomo	Pedagogo	Gestora de RH	Músico, designer e produtor cultural	Assistente administrativo
Ocupação	Estudante	Operador de Telemarketing	Estudante	Arquivista	Músico, designer e produtor cultural	Agente de direitos humanos
Renda familiar		R\$ 2. 500,00	R\$ 1.900,00			
Renda individual	R\$ 235,00	R\$ 800,00	R\$ 1.500,00	R\$ 3. 000,00	R\$ 2. 500,00	R\$ 580,00
Orientação sexual	Heterossexual (Fluida)	Heterossexual (Fluida)	Heterossexual (Fluida)	Heterossexual (Fluida)	Heterossexual	Fluida
Identidade de Gênero	Homem Trans	Homem Trans	Homem Trans	Mulher Transexual	Homem Trans	Travesti
Situação Conjugal	Solteiro	Namorando	Namorando	Solteira	Solteiro	Solteira
Estado Civil	Solteiro	Solteiro	Solteiro	Solteira	Solteiro	Solteira
Cidade de Moradia	João Pessoa	João Pessoa	João Pessoa	João Pessoa	João Pessoa	Cajazeiras
Tempo que conhece o Espaço LGBT	10 meses	30 meses	19 meses	24 meses	19 meses	24 meses

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Para apoiar a análise do processo dialético entre a estruturação objetiva, material do mundo e as representações cognitivas, construídas sobre o mesmo, utilizamos o conceito de *habitus* de Bourdieu (1983).

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio exposto das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de seu regente (BOURDIEU, 1983, p.61).

O contexto é um elemento de constituição das ações: o individual e o social têm uma ligação de interdependência e influencia a constituição do sujeito (ARAÚJO, 2017; ROCHA; DUARTE; DE PAULA, 2017). Importante explicitar as considerações de Arán (2010, p. 88) que

entende que a transexualidade não fixa uma única posição subjetiva; ao contrário, existe uma grande diversidade de formas de subjetivação nas experiências transexuais.

No tocante aos sentimentos dos/a interlocutores quanto a sua vivência verificamos desafios. A transexualidade era vivenciada pelos/as interlocutores/as que declararam perceber “algo diferente”. Esta percepção de “diferença” está ligada aos papéis que lhes foram atribuídos considerando o gênero com o qual foram nomeados ao nascimento.

[Só me entendi] há um ano e meio, no início do ano passado, há um ano e meio mais ou menos (Interlocutor 3).

Eu [...] sentia [...] algo diferente em mim, mas eu não sabia o que era. Eu me sentia diferente (Interlocutor 1)

Eu brincava que eu era um ser híbrido, porque eu nunca me vi mulher. Eu tentei durante um tempo me adequar ao que a sociedade, [ao] que a minha família esperava de uma mulher, mas eu nunca consegui (Interlocutor 3)

Os/as entrevistados/as declararam que, por vezes, assumiam determinados comportamentos por mera convenção social. Sentiam-se induzidos/as e pressionados/as a agir de uma determinada maneira por causa da família, das convicções religiosas, das expectativas sociais, como afirma o Interlocutor 1.

[...] eu fui criado [...] no feminino, questão de roupas [...] Eu sentia uma pressão diferente, só que por ter sido criado por uma família de extremo tradicionalismo religioso [...] e muito arcaico, eu nunca tive coragem de afrontar enquanto eu tivesse sob o mesmo teto deles (Interlocutor 1).

O Interlocutor 1 ainda declara que se sentia deslocado na escola, sem saber qual o lugar deveria ocupar no grupo de colegas, pois sentia que seu lugar não era na “rodinha das meninas”, mas permanecia com as meninas porque percebia que aquela era sua “obrigação social”. Apesar do seu descontentamento, seu *habitus* condizia com as expectativas sociais, interiorizadas no processo de socialização como mulher.

Eu comecei a me entender primeiro pela minha orientação sexual, desde o [ensino] fundamental quando eu comecei a despertar desejos não foi pelos meninos. Então eu sempre senti algo diferente pelas meninas, mas eu estava na rodinha de diálogo das meninas porque socialmente eu tinha que tá ali (Interlocutor 1).

Isto permite que percebamos como o gênero pode ser analisado “como uma sofisticada tecnologia social heteronormativa” e a experiência transexual nos mostra como este processo é ideológico e débil à medida que “o corpo sexuado que lhe foi atribuído não serve para lhe conferir sentido” (BENTO, 2006, p. 1 e 3).

A fala do Interlocutor 3, em sua experiência pessoal, trata da debilidade de se atribuir um gênero a partir da estrutura corpórea. Vê-se o quanto este processo não é natural, mas fruto de um processo histórico e ideológico (BENTO, 2006).

Mas eu nunca me senti mulher, eu nunca fui mulher, nem me identificava [...]. Isso aí foi motivo de insegurança na minha vida como um todo [...] (Interlocutor 3).

Masiero (2018) trata desta questão e entende que, em geral, desde a infância as pessoas estão em contínua negociação entre seus desejos e as expectativas sociais em relação as suas ações. Conforme Bento (2010) gênero associa-se à performance, à prática e a legitimação social, não há gênero em uma estrutura corpórea, fazemos gênero diariamente, na ação.

Esta relação conflituosa põe transexuais em questionamento a respeito de si, de sua autoaceitação.

Olha, eu acho que, principalmente para as pessoas 'ts', para os transexuais, a primeira dificuldade é a aceitação própria. Eu nem sei se eu até hoje, consegui cem por cento (Interlocutor 1).

Eu me descobri com uma identidade de gênero feminina aos oito anos de idade aos nove anos de idade [...] (Interlocutora 6).

Este processo de negociação entre identidade de gênero e expectativas sociais ocorre de modo tão acirrado que, mesmo na vida adulta, o estado de confusão ou desorientação pode permanecer dificultando a própria compreensão e aceitação de si.

De modo semelhante, o Interlocutor 3 declara como o seu processo de aceitação ainda está ocorrendo, tendo como marco o início do processo de “transição” que ocorreu em fevereiro de 2017, um ano e nove meses antes da entrevista.

Eu me descobri ‘uma mulher lésbica’, no início da vida adulta [...] Não teve muitos problemas de aceitação, já a descoberta enquanto homem trans foi mais difícil, eu ainda lido com esse problema de aceitação até hoje. É algo que ainda tá em processo [...] De tanto você ouvir que você é uma aberração que você não devia existir, que a tua existência é falta de porrada. Algumas coisas internalizam, sabe? Principalmente pra mim, como é algo pessoal estou falando da minha vivência. Pra mim acaba reforçando, essa dificuldade de

aceitação que eu mesmo já trago comigo, de que [a transexualidade] não é normal [...] Diante de tudo que eu fui vendo, de preconceitos de fala, não só preconceito em relação a mim, mas de ver muito machismo, e diante de muita coisa que eu não concordo eu fui meio de que me dissociando, deles [da família] e hoje eu não considero mais família [...] Mina avó não aceitava minha identidade lésbica muito menos vai entender e aceitar a mim enquanto homem trans. Eu sei que ela não vai aceitar, vai ser só motivo de mais desgaste numa relação que já é muito complicada, que já é muito “atritosa”. Então, ela [minha avó] não sabe [da transexualidade] [...] Com [minha esposa] também tem sido um processo, não foi muito fácil no começo e vem caminhando. A gente também ainda tá em construção mas eu percebo nela uma melhoria bem acentuada [em relação ao] que era em alguns mesmo atrás, mas também tá em fase de construção (Interlocutor 3).

Esta dificuldade em se aceitar relaciona-se à matriz cultural introjetada pelos/as interlocutores/as. Pois esta matriz é heteromatizada e é por seu intermédio que certas identidades de gênero são legitimadas. Assim, “aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não 'decorrem' nem do 'sexo' nem do 'gênero'” sequer poderiam existir (BUTLER, 2003, p.39).

Nesse contexto, “decorrer” seria uma relação política de direito instituídos pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade. Ora, do ponto de vista desse campo certos tipos de 'identidade de gênero' parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformaram às normas da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2003, p.39)

Estas percepções interferem na aceitação de si e dificultam o ato de compreender a experiência identitária transexual, como declara o Interlocutor 2:

Eu acho que para as pessoas trans é mais complicado do que pra os homossexuais, né? [...] Se descobrir trans é mais complicado, porque eu acredito que, eu falo pelos homens e não pelas mulheres [...] eu digo pelos homens trans, não só a mim, mas os outros homens que eu sento e converso. No princípio a gente se diz lésbica. E a gente não sabe exatamente o que é que tá acontecendo [...] (Interlocutor 2).

Masiero (2018, p. 110) afirma que “as construções coletivas binárias de gênero, geralmente transfóbicas, intimidam os indivíduos que não se enquadram nas normas naturalizadas socialmente causando sofrimento e confusão acerca de quem realmente são” ou de quais lugares ocupar. A respeito disto, o Interlocutor 5, para exemplificar a complexidade da vivência de uma pessoa transexual em uma atividade corriqueira discorre:

Até na hora de entrar no banheiro, mesmo antes da transição. Eu entrava no banheiro com a sensação de que as pessoas iam achar que eu estava no banheiro errado, mesmo antes da transição. [...] Por mais que as pessoas estivessem vendo fisicamente uma mulher, a sensação que eu tinha [...] é que as pessoas [...] iam fazer a leitura de como eu me sentia (Interlocutor 5).

Bento (2008) enuncia que:

Há corpos que escapam ao processo produção dos gêneros inteligíveis, ao fazê-lo se põem em risco porque desobedeceram às normas de gênero, ao mesmo tempo, revelam as possibilidades de transformação dessas mesmas normas. Esse processo de fuga do cárcere dos corpos-sexuados é marcado por dores, conflitos e medos. As dúvidas; “por que eu não gosto dessas roupas? Por que odeio tudo que é de menina” Por que tenho esse corpo?, levam os sujeitos que vivem em conflito com as normas de gênero a localizar em si a explicação para suas dores, a sentir-se uma aberração, uma coisa impossível de existir. Quais os mecanismos sociais que produzem nas subjetividades essa sensação de anormalidade? Como as instituições operam para serem eficazes no seu intuito de naturalizar os gêneros? (BENTO, 2008, p. 31)

Estes aspectos identitários influenciam o modo como os sujeitos se veem e o modo como se sentem em relação aos espaços que devem ou não ocupar. Isso reflete em suas práticas sociais, pois há determinados espaços, comportamentos, papéis que são considerados legítimos a um gênero e não a outro.

Aprisionar sujeitos em papéis predeterminados pelo gênero é o princípio de ações discriminatórias. E não ter acesso à informação sobre a transexualidade tem reforçado a permanência destes sujeitos nos lugares ou não lugares, que a eles/as têm sido determinados. A matriz heterossexual cisgênera incute uma compreensão binária e naturalizada de papéis a serem seguidos e influencia diretamente as práticas informacionais destes sujeitos, conforme Bento (2009, p. 97):

A descoberta do corpo sexuado é um momento de atribuição de sentido para as várias surras, insultos e rejeições familiares. Ter um/a pênis/vagina e não conseguir agir de acordo com as expectativas, ou seja, não conseguir desenvolver o gênero “apropriado” para seu sexo, é uma descoberta vivenciada com grande surpresa para alguns/algumas (BENTO, 2009, p. 97).

O processo de entender-se com expressão identitária transexual interfere em diversos aspectos da vida destas pessoas, não se limitando apenas as questões individuais e de autoaceitação. A compreensão de si é parte da sua compreensão enquanto ente social que dinamiza suas ações considerando aspectos inerentes à sua própria identidade, tanto em suas ações individuais quanto em suas ações coletivas (DE JESUS; ALVES, 2012).

Considerado os contextos de socialização nos quais agimos e interagimos, o primeiro ambiente no qual somos postos a interagir, em geral, é a família, ambiente no qual é possível perceber a predominância da “informação de natureza ideológica” ligada a um *habitus* heteronormativo que cria e recria corpos (ALVES, 2016 p. 166).

Este espaço de socialização compreende um dos componentes da rede social que pode fornecer apoio às pessoas transexuais. É neste ambiente que se espera obter amparo, acolhimento, compartilhamento da vida cotidiana e orientação, sobretudo nos primeiros anos de vida e mesmo na fase adulta (SILVA; CERQUEIRA-SANTOS, 2014).

Todavia, a família, como todas as esferas sociais, é generificada (LOURO, 2004) e não escapa das implicações heteronormativas. Desse modo, que ainda na infância, quando os/as filhos/as não performatizam o gênero de forma esperada pelos familiares, não são raras as “repressões que acabam limitando a expressão social do corpo do sujeito que não se identifica com as normas de gênero naturalizadas pela sociedade” (MASIERO, 2018. p. 110).

Muitas das primeiras impressões tidas sobre a transexualidade e as problemáticas inerentes a ela ocorrem no contexto familiar:

[...] maior luta e barreira foi familiar [...] Eu tinha medo de perder o pouco apoio que eu tinha" (Interlocutor 1).

[Ainda na infância] eu declarei minha orientação sexual e identidade de gênero pra família inteira. Meu pai [...] não aceitou [...] e pediu pra minha mãe escolher ou ele ou eu [...] Ela deu prioridade a mim (Interlocutora 6).

Eu saí de casa [...] passou uns tempos e eu voltei pra casa. [...] (Interlocutor 2).

[...] meu pai quando me viu com a minha namorada pela primeira vez na rua, na praia, ele estava trabalhando na praia. Eu não sabia que ele trabalhava na praia. E aí ele [...] disse, “vem cá, eu só não dou um tiro em você agora para atravessar sua cabeça e matar ela [a namorada] porque você tá no meio de um público, agora se eu sair daqui e ver você na rua eu meto o carro por cima [...] (Interlocutor 2)

Masiero (2018) aponta que esta situação se inicia devido às projeções binárias criadas ainda no momento do nascimento, quando os sujeitos, por seu sexo biológico, são denominados meninos ou meninas, correspondendo ao modelo binário de gênero. As relações familiares envolvendo pessoas transexuais são geralmente conflituosas em vários aspectos pois, mesmo antes do nascimento, “o corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado [...] há um conjunto de expectativas estruturadas [...] sobre comportamentos, gostos e subjetividades que acabam por antecipar o efeito que se supunha causa” (BENTO, 2006, p. 2).

Quando estas expectativas não são supridas, o ambiente familiar pode se tornar hostil e a pessoa transexual ser percebida como um membro abjeto (BUTLER, 2011).

Eu fui expulsa de casa [...] A gente cresceu achando que a gente deveria ser [...] a família ideal e perfeita e jogando expectativas na gente (Interlocutor 4).

Eventos de expulsão do contexto familiar implicam em desarranjos sociais com consequências graves para a vivência dos sujeitos. Eles precisam buscar amparo em outros lares, em amigos/as ou, quando isso não ocorre, traçar suas próprias estratégias para garantir sua subsistência.

A existência de pessoas transexuais associa-se a condições e situações específicas, que envolvem repúdio social, mesmo nos ambientes nos quais se espera obter apoio (JESUS, 2012; SOUZA; BERNARDO, 2014). Isso demanda uma percepção que seja sensível ao modo como estas pessoas desenvolvem suas práticas informacionais para resistir e ressignificar as estruturas de poder na qual se inserem.

O contexto educacional, à semelhança do contexto familiar, em geral, é um ambiente igualmente hostil para pessoas transexuais. Segundo Masiero (2018) é nesse local e na fase da adolescência que as predileções acerca do gênero e da orientação sexual se tornam mais explícitas e acabam sendo percebidas por colegas e professores/as.

De modo geral, a escola é um ambiente de hostilidades a transexuais que têm, por vezes, sua permanência vetada em espaços educacionais (BOHEN, 2016). Estes conflitos são originários, em geral, da pressão social e midiática, que vão de encontro ao direito das pessoas transexuais escolherem expressar sua identidade de gênero livremente. Dessa maneira, seus direitos de escolha são feridos, gerando conflitos (RODRIGUES; BARROS, 2016).

A Interlocutora 6, 29 anos de idade, relata sua vivência no período escolar, o que inclui evasão como consequência dos insultos e “piadas” dos colegas. Relata, ainda, que antes que houvesse maior atenção ao fenômeno do *bullying*, na época de sua vida escolar, as “brincadeiras” eram mais severas.

De tantas coisas que eu vivenciei, ser excluída dentro da escola, ouvir piadas de [...] colegas da escola [...] Hoje é chamado *bullying*, mas antigamente eram as brincadeiras pesadonas mesmo. [...] Então foi muito difícil pra mim a infância. Eu por diversas vezes me afastei da escola [...] (Interlocutora 6).

A fase escolar da infância à adolescência é percebida segundo Rodrigues e Barros (2016) como uma fase que pode ser vista como dolorida na vida de pessoas transexuais, que por

vezes desejam anular suas vidas, como resultado do sofrimento e desorientação, visto que se diferenciam das demais crianças cisgênero.

Estas identidades de gênero são silenciadas e invisibilizadas no contexto educacional, resultado da escassez de discussões para elaboração de estratégias de acolhimento e combate às atitudes discriminatórias (RIBEIRO; SOUZA; FRIZZERA, 2015). Um resultado da não atenção e, logo, da não disseminação de conteúdo informacional sobre gênero e diversidade no ambiente escolar.

Mesmo as pessoas transexuais que por ventura não sofrem com a discriminação dos colegas, podem sofrer com o preconceito institucional. O Interlocutor 2, um homem trans de 21 anos, declara que no período escolar professores não respeitavam o direito ao nome social. O Interlocutor afirma também que todos os seus colegas o apoiavam contra seus ofensores.

Na escola foi sempre muito tranquilo [...] lá na escola ou eu estudava, era em tempo integral e é muito tranquilo porque tinha muita gente, muitos homossexuais, muitos LGBTs em si. Mais mulheres trans, não tinha nenhum homem trans até então, era um lugar muito tranquilo. Porque meus amigos eram gays, eu tinha amigas lésbicas, então eu já vivia no conjunto. Foi mais ou menos para alguns professores cabeça fechada [...] Porque a gente utilizava a chamada, a chamada eram nuns *tablets*, aí tinha fulana de tal parênteses [meu nome social]. Então, eu via que era por sacanagem mesmo, sabe? Até que chegou um tempo de chamar fulana de tal e o professor olhar pra minha cara e eu não respondia. E todo mundo na sala rebatia 'professor o senhor é safado mesmo!' [...] Todo mundo na sala [me apoiava] (Interlocutor 2).

O Interlocutor 1 também relata sua relação com os colegas de classe e como também contou com o auxílio da própria instituição. Afirma que o Instituto Federal de Educação (IFE), no qual estudou, garantia o protagonismo do alunado.

O [Instituto Federal de Educação] IFE ele dá bastante voz e protagonismo ao alunado então [...] (Interlocutor 1).

Há dois fatores a serem observados nos marcadores sociais da Interlocutora 6, do Interlocutor 1 e do Interlocutor 2: o aspecto geracional, e geográfico. Dessa forma, a vivência de pessoas transexuais precisa ser vista pelo prisma da interseccionalidade, pois este conceito rejeita a ideia de uma experiência homogênea e universal (ARAÚJO, 2017; PISCITELLI, 2008).

A análise da vivência do Interlocutor 2 que tem 21 anos de idade e reside em João Pessoa, do Interlocutor 1 que tem 24 anos de idade e também reside na capital da Paraíba, e da Interlocutora 6 que tem 29 anos e não reside na capital do estado, mas no interior, deixa explícita tais especificidades, as experiências assumiram aspectos distintos, porque ocorreram em épocas

e locais diferentes, consideramos que a identidade trans também esteja envolvida nestas experiências particulares. Pois, os Interlocutores 1 e 2 se identificam como homens trans, e a Interlocutora 6 se apresenta como travesti, e as identidades travestis estão associadas a discriminações e abjeções específicas.

No caso da Interlocutora 6 foi declarado um severo *bullying*; já nos outros dois, os colegas apoiavam e defendiam a pessoa transexual. De qualquer forma, mesmo habitar em um centro urbano e ser educado nos anos 2000 não livrou o Interlocutor 1 da discriminação institucional do seu professor. Mais uma vez reforçamos que as particularidades da experiência transexual devem ser observadas e respeitadas para a compreensão das questões que a envolve, não podendo ser concebido como um fenômeno uniforme ou homogêneo.

O acesso à informação e o apoio coletivo são pontos fundamentais para compor trajetórias de resistência, como apresentado de forma explícita no caso do Interlocutor 1. Tanto a instituição como seus colegas o apoiaram de modo a garantir o protagonismo do alunado. A trajetória educacional de pessoas transexuais enfrenta incontáveis barreiras que estão “relacionadas a preconceitos, discriminações, isolamento, baixa autoestima, impedimentos para o uso do banheiro e limites no uso do nome social” (SANTOS *et al*, 2014, p. 169).

Chegar ao ensino superior torna-se uma tarefa obstaculizada por ações transfóbicas, de modo que aqueles/as que chegam a frequentar o ambiente universitário e têm a possibilidade de concluir uma graduação sentem-se privilegiado/as mesmo por acesso a um direito básico que é a educação. Isto porque reconhecem que nem todas as pessoas transexuais que conhecem, que compõem seu ciclo social, têm essa oportunidade, como declara a Interlocutora 4.

Todas pessoas trans em ensino superior têm que reconhecer que elas estão em um status de privilégio enorme (Interlocutora 4).

Souza e Bernardo (2014), mesmo tendo conhecimento da carência de dados estatísticos oficiais sobre a evasão escolar de pessoas transexuais, apresentam informações sobre a situação pelas quais passam pessoas não cisgênero. Deste modo, a discriminação na escola permite que apenas 27% da população transexual permaneça no ambiente escolar, engendrando um índice de evasão escolar que chega a inconcebíveis 73%. Mesmo quando se permanece nesse ambiente, as abjeções são intensas, “os anos passados na escola deixam marcas profundas nas vidas dessas pessoas” (SOUZA; BERNARDO, 2014, p. 165-166).

Para se compreenderem os motivos que fazem da escola um espaço destinado, fundamentalmente, a reproduzir os valores hegemônicos, é necessário sair

desse espaço, ampliar nosso olhar para a própria forma como a sociedade produz as verdades sobre o que deve ser reproduzido, quais os comportamentos de gênero sancionados e por que outros são silenciados e invisibilizados, qual a sexualidade construída como “normal” e como gênero e sexualidade se articulam na reprodução social. Essas questões não podem ser respondidas exclusivamente nos limites da escola. Há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação (BENTO, 2016, p. 127).

As ações discriminatórias no ambiente escolar são complexas e sistemáticas, de maneira que as pessoas transexuais sofrem humilhações, discriminações, marginalizações no contexto familiar e no contexto educacional, sendo uma exceção os ambientes nos quais sua identidade de gênero é vista como uma possibilidade dentre tantas outras (SANTOS *et al*, 2014; SOUZA; BERNARDO 2014).

Quando Louro (2000, p. 60) traz a afirmação “o corpo parece ter ficado fora da escola” para remeter à impressão que geralmente se tem quando se trata de sexualidade no ambiente escolar, a autora declara, que pelo contrário, neste ambiente o corpo sempre foi percebido como sexuado.

O que existe de fato é um esforço disciplinar para construir corpos que se adequem às expectativas hegemônicas heteronormativas, assim “o olhar intensivo e extensivo posto sobre os corpos das crianças, dos jovens e dos adultos ganha em atenção e torna-se mais minucioso quando se volta para o gênero e a sexualidade” (LOURO, 2000, p. 63).

Romper com a dicotomia sexo-gênero, implica em criar ambientes propícios à expressão de masculinidades e feminilidades diversas, resultando em locais nos quais quaisquer sujeitos possam encontrar ambientes favoráveis ao desenvolvimento intelectual sem que exerça controle sobre seus corpos, sem que seus corpos diversos sejam sancionados (LOURO, 1997).

Assim o preconceito e a discriminação vivenciados na infância, no ambiente familiar e escolar, afetam diretamente a formação profissional dos sujeitos transexuais (SOUZA; BERNARDO, 2014). Com uma formação educacional comprometida pela discriminação, as pessoas transexuais que evadiram e/ou foram expulsas da escola enfrentam outro tipo de discriminação: ocupar postos em empregos não formais que exigem baixa escolaridade. Isto faz com que elas estejam em uma posição social que resulta, mais uma vez, em exclusão.

E mesmo quando o sujeito possui formação suficiente para ocupar a vaga disponível precisa lidar com questões também ligadas à transfobia. A fala da Interlocutora 4, pessoa que possui ensino superior, mostra que apenas “olhar a cara” já era o suficiente para desencadear uma ação discriminatória:

Quando chegava na minha entrevista era só olhar na minha cara que você já via o tom de desprezo. E a velha frase 'a gente entra em contato' e nunca entra em contato (Interlocutora 4).

E quando se consegue obter a vaga desejada a permanência nesse posto de trabalho é prejudicada pela identidade de gênero transexual, e pouco a pouco as pessoas transexuais vão sendo confrontadas com situações desrespeitosas. Tendo consciência da discriminação no mercado de trabalho a Interlocutora 4 traçou uma estratégia pessoal para garantir a sua entrada e permanência em postos de trabalho:

Eu acordei pra vida e ou eu estudo para concurso ou faço tudo em edital, ou vou ter que ir para essas alternativas de subemprego. Só que [subemprego] eu não queria, né? [...] Mas infelizmente nem todo mundo consegue, né? (Interlocutora 4).

Na situação abaixo, o Interlocutor 2 conta sobre o episódio em que a responsável pelo local onde trabalhava hesitava em lhe identificar pelo nome social. Ele declara que foi necessário se munir de todos os instrumentos legais e apresentá-los na empresa para garantir o direito de ser chamado pelo nome que escolhera.

No trabalho foi complicado. No meu primeiro emprego que foi num restaurante [...] Foi meio complicado [...] Aí eu disse: eu sou homem trans, tenho direito a ter meu nome social [...] [peguei] os artigos da lei, tudo mais, eu tive que praticamente, literalmente, esfregar na cara da dona do estabelecimento [...] (Interlocutor 2).

Em algumas situações, porém, nem os argumentos legais são suficientes, pois as situações podem ser veladas de várias maneiras, e não há nenhuma garantia de que a pessoa transexual consiga permanecer no emprego e seja tratada apenas pelas suas competências técnicas.

Eu tive um trabalho[...] eu fui demitido por ser trans [...] (Interlocutor 1).

Em quaisquer lugares, a existência e expressão desses sujeitos é entendida como uma subversão dos ideais de homem e mulher concebidos por conceitos pseudocientíficos, resultando em relações conflitantes que são traduzidas sob a forma de severas sanções a pessoas LGBTQI+ (BUTLER, 2011). São exemplos as negações de direitos e diversas violências

específicas, que por vezes culminam no homicídio e mesmo suicídio dessas pessoas que pressionadas pelo contexto social entendem sua própria existência.

Butler (2011, p. 29) enuncia que esta situação de opressão “está apoiada em esquemas sociais hegemônicos sobre os gêneros, inscritos nas estruturas objetivas e subjetivas, nos quais a homossexualidade e a transgeneridade são identificados simbolicamente como desviantes, precários e abjetos”, é como

[...] se nunca tivesse existido um humano, nunca houvesse existido uma vida ali, e, portanto, nunca tivesse acontecido nenhum homicídio [...] Quando consideramos as formas comuns de que nos valemos para pensar sobre humanização e desumanização, deparamo-nos com a suposição de que aqueles que ganham representação, especialmente autorepresentação, detêm melhor chance de serem humanizados. Já aqueles que não têm oportunidade de representar a si mesmos correm grande risco de ser tratados como menos que humanos, de serem vistos como menos humanos ou, de fato, nem serem mesmo vistos (BUTLER, 2011, p. 29).

A partir das narrativas apresentadas, percebeu-se como as relações e interações sociais de sujeitos transexuais são permeadas e influenciadas por problemáticas oriundas dos reflexos de um contexto balizado pela heteronorma, que apresenta suas faces punitivas àqueles/as que a ela não se reportam.

Conhecer o contexto e suas percepções a respeito dos lugares onde agem e interagem, e como se dinamizam estas ações e interações são aspectos determinantes para compreensão das práticas informacionais de sujeitos transexuais. Apesar das relações de poder os orientarem a estes lugares marginais, para serem subalternizados, esses sujeitos existem e resistem por meio de suas práticas sociais, como poderá ser observado a seguir.

7.3 Práticas informacionais de transexuais na interação com o Espaço LGBT

As estruturas estruturantes que agem como estruturas estruturadas representadas no *habitus* desses sujeitos se enraízam e se naturalizam, mesmo que de forma arbitrária, de tal modo que suas ações na sociedade, suas práticas informacionais são diretamente influenciadas por estes aspectos (BOURDIEU, 1983).

A informação, na nossa concepção, é construída nas interações cotidianas dos indivíduos em seus contextos de ação. O sentido da informação e seus usos são decididos pelos usuários, mediante um processo de análise e interpretação. Falamos anteriormente nos contextos de produção e uso da informação, e da forma como a informação ganha sentidos diversos, até divergentes, nestes

contextos. A interpretação da informação por parte dos usuários é o que define seu sentido, mas existem estruturas institucionais e sociais que têm influência na interpretação e limitam o leque de opções de escolha dos[as] usuários [as] (SILVA, 2008, p. 129).

Na tentativa de analisar as práticas informacionais dos sujeitos entrevistados, indagamos sobre a busca de informação no tocante a transexualidade em diversas fontes ou mesmo mecanismos de busca na *internet*. Todavia, houve declarações que evidenciaram que a busca de informação sobre a transexualidade foi impossibilitada pelo desconhecimento do termo, ou de termos ligados a este como “homem trans”, “travesti”, “transexual”.

Eu não sabia nem que essa nomenclatura [homem trans] existia [...] Se essa informação tivesse chegado pra mim antes talvez tivesse me ajudado muito. Eu acabei demorando a me entender porque eu não tinha essa informação. Por isso que eu digo que falta um pouco de disseminação [...] (Interlocutor 3).

[...] eu tinha limitação de entender o que era homem trans, o que era travesti (Interlocutor 5).

Eu não conhecia o termo [homem trans] (Interlocutor 1).

Localizar informação sobre transexualidade apareceu como um aspecto significativo nas observações realizadas neste trabalho. Pois empreender ações de busca e recuperação da informação sem conhecer termos traz implicações ao processo formulação de perguntas a respeito do tema e por conseguinte a recuperação da informação buscada é obstaculizada (CHAGAS, ARRUDA, BLATTMANN, 2000).

A obliteração que ocorre quando não se fala de termos específicos, de experiências de outras sexualidades e gêneros que não os da ordem heterossexual cisgênera, compreende uma ação intencional histórica expressa no “processo de produção-reprodução sexual” (BENTO, 2006, p. 2):

A história do corpo não pode ser separada ou deslocada dos dispositivos de construção de um bio-poder. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo vivo da história do processo de produção-reprodução sexual. Neste processo, certos códigos naturalizam-se, outros, são ofuscados ou/e sistematicamente eliminados, posto às margens do humanamente aceitável (Bento, 2006, p. 2).

Santos *et al.* (2014) acrescentam que o que geralmente ocorre é que percepção da transexualidade acontece a partir do entendimento do que é ‘estranho’, ‘diferente’, ou

‘anormal’, e isto parece regra diante “dos olhares estigmatizantes do outro, via de regra, heterossexual [cisgênero]” (SANTOS *et al*, 2014).

De modo que esta situação se apresenta porque a sociedade está imersa em um despreparo e em uma falta de conhecimento a respeito da transexualidade, e, em geral, até que se encontre algum tipo de ajuda especializada, compartilhe experiências com outros sujeitos, as pessoas transexuais tendem a continuar sem compreender sua própria existência, vendo a si mesmos como “aberrações” como cita um dos interlocutores (COELHO; SAMPAIO, 2014).

Não obstante as abjeções e discriminações os sujeitos se articulam para compartilhar experiências, disseminar informação a respeito de como suas sexualidades e expressões de gênero existem e são legítimas, em uma ação de resistência que parte do interesse individual de dividir aspectos de sua vivência e envolve o interesse coletivo de ajudar outros/as neste complexo processo de autoaceitação.

É um processo social de resignificação das estruturas e de alteração dos vetores de poder que tem se iniciado no contato com a rede de amigos/as por meio da qual são acessadas informações até então não disponíveis ou não localizadas em outros meios, e que por sua vez passa a auxiliar o processo de busca em outras fontes de informação.

Após eu sair de casa [...] e eu tive o primeiro contato com um homem trans. [...] E aí teve aquele processo de negação até eu encarar tudo e todo mundo, inclusive família [...] (Interlocutor 1).

A rede de amigos/as é uma significativa fonte de informação. Por meio dos/as amigos/as é que as pessoas entrevistadas relatam terem seu primeiro contato com o universo transexual, o que compreende relatos da vivência de outras pessoas, incluindo suas experiências traumáticas e seu processo de superação.

Esses relatos também incluem informação a respeito de outras fontes de informação e de aparelhos governamentais onde há assistência especializada para transexuais. Os relatos do Interlocutor 1 e do Interlocutor 2 retratam bem esse percurso que se inicia com a informação obtida com amigos/as transexuais e o encaminhamento para órgãos especializados.

Foi uma conhecida, uma mulher trans, ela quem começou a me falar desse meio 't' e de me encaminhar pra eu ir pro Espaço [Espaço LGBT] Então, foi tudo através de uma pessoa trans (Interlocutor 1).

Foi a partir dele [o amigo], ele me levou no ambulatório, foi todo um processo assim. Assisti uma palestra com os médicos. E foi ali que eu disse vou sentar, conversar com o pessoal e é isso aí. Foi o primeiro passo, vamos dizer assim, da descoberta trans (Interlocutor 2).

As abordagens, sejam na mídia ou mesmo em estudos científicos, só recentemente passaram a contemplar a questão da transexualidade masculina, a produção da informação a respeito desse tema muitas vezes é limitada (ÁVILA; GROSSI, 2011). Esse é um possível obstáculo na busca da informação nos meios que comumente se utilizam para suprir as necessidades de informação.

Já no caso do interlocutor 1 o contato com um homem trans levou a descobertas:

[...] de início eu nunca cheguei a pesquisar na internet, o meu contato com esse homem trans foi o suficiente pra eu começar a buscar mais contatos com outras pessoas trans [...] Então, era como se eu não quisesse aceitar aquela realidade pra mim, era como se eu olhasse pra mim e dissesse: não, eu tenho que ter outra caixinha pra eu me encaixar que eu não quero passar por tudo que esse bicho passa (Interlocutor 1).

Situação semelhante ocorre com o Interlocutor 2 que mesmo após ter realizado pesquisa na *internet* e com o relato do colega de trabalho ainda questionava se de fato a identidade de gênero transexual lhe pertencia.

No local que eu trabalhava, eu descobri que tinha um rapaz que era trans. Só que eu já tinha pesquisado sobre homens trans, mulheres trans. Mas eu ficava 'cara, eu não sei se isso é pra mim' (Interlocutor 2).

Mesmo que em alguns casos o desconhecimento de terminologias, experiências sobre transexualidade, fosse um empecilho, em outros casos foi possível verificar que os/as interlocutores/as utilizaram motores de busca na internet para se informar. Segundo Pinto (2018) a ação de busca da informação pode ser compreendida como o princípio do processo de busca por compreensão da transexualidade.

Mas daí eu já tinha um certo conhecimento, eu já fiz uma pesquisa [na internet] (Interlocutor 2).

Eu procurei no Google [informações sobre o Espaço LGBT] (Interlocutor 3).

[...] eu pesquisei na internet sobre os lugares que as pessoas trans poderiam procurar em João Pessoa, daí eu vi uma matéria que falava do Ambulatório TT (Interlocutor 5).

Para compreensão da dimensão destas relações sociais, entendemos que o processo de construção das identidades é muito complexo e envolve aspectos culturais, psicológicos, entre

outros, mas foi importante verificar que as ações desses sujeitos (e as problemáticas inerentes a elas) se dão em um contexto que também é pautado pelo desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Elas implicam a integração de dispositivos tecnológicos às suas práticas informacionais, permitindo novas formas de interação, como o acesso às redes sociais (BRASILEIRO, 2017).

Segundo Marteleto (2001, p. 72, grifo noss) dentre as significações das quais deriva o conceito de redes sociais há aquela que “passa a representar um conjunto de participantes autônomos, unindo *ideias* e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”. A autora ainda elabora sobre as redes sociais de modo que compreende:

[...] os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilização suscitadas pelo próprio desenvolvimento da rede. Mesmo nascendo em uma esfera informal de relações sociais, os efeitos das redes podem ser percebidos fora de seu espaço, nas interações com o Estado, a sociedade ou outras instituições representativas. Decisões micro são influenciadas pelo macro tendo a rede como intermediária (MARTELETO, 2001, p. 72).

Assim, ao analisar o discurso da Interlocutora 4, observamos como, a partir da sua experiência, as relações em redes sociais ocorrem e se apropriam do aparato tecnológico vigente, como no caso das TIC's que têm permitido proliferação de interações sociais em meio virtual.

Fórum no Orkut sobre pessoas, na época eu não lembro se tinha o termo trans, mas já tinha esse fórum de pessoas que não se identificavam com o gênero que estava imposto. Tinha papo sobre disforia. Aí tinha um fórum sobre hominização que eram as meninas que se automedicavam não tinha muita informação e era uma ajudando a outra [...] O Trans-Empregos eu fiquei sabendo pelo Facebook, pela rede social. Que aí nos grupos, a gente tem uns grupos no Facebook só destinados para pessoas trans. Tem um de terapia que é enorme, que todo mundo debate as terapias que estão fazendo, e o que é que os endocrinologistas estão passando, estudos, se tem alguma coisa nova [...] Alguns a gente consegue conversar pessoalmente, mas a grande maioria é pelo WhatsApp mesmo (Interlocutor 4).

Eu sei que eles [o Espaço LGBT] têm [tem] o WhatsApp [...] (Interlocutor 2).

Assim consideramos que a crescente utilização de dispositivos móveis propicia a criação de “grupos tecnomediados” que “podem viabilizar uma conexão com um novo ambiente informacional relacionado com o contexto vivenciado” (BRASILEIRO, 2017, p. 67-68).

Uma importante característica das redes sociais, segundo Marteleto, é também a característica que gera coesão entre as relações aqui apresentadas de modo que “nas redes sociais, há valorização dos elos informais e das relações, em detrimento das estruturas hierárquicas” (MARTELETO, 2001, p. 72).

Verificou-se que há uma diversidade das práticas informacionais dos/as interlocutores/as. O que permitiu que observássemos outras fontes de informação, dentre elas, como citada pelo interlocutor 5, temos o filme:

Foi desde muito cedo. Desde criança que eu sempre me senti homem por dentro e aos 13 anos eu assisti um filme “Meninos não Choram” esse filme mudou a minha vida, porque eu tinha um impulso para colocar isso pra fora, para me declarar homem mesmo tão jovem. Mas ao assistir esse filme eu criei um certo bloqueio de ter receio de passar por tudo que aquele personagem passou (Interlocutor 5).

A relevância que as narrativas fílmicas têm na propagação de valores, segundo Rodrigues e Barros (2016) é incontestável. Entretanto, quando o entretenimento inclui outras expressões de gênero traz possibilidade de questionar valores enraizados e cristalizados culturalmente.

Assim, o cinema torna-se um instrumento de ressignificação de estruturas hegemônicas quando retrata vivências diversas auxiliando no combate ao preconceito (RODRIGUES; BARROS, 2016).

De modo semelhante, o Interlocutor 5 aborda o acesso a livros em sua narrativa:

Eu descobri que tinha um [acervo] lá dentro, com vários livros. Aí eu falei com outro assistente social [...] aí eu pedi a ele pra eu poder ter acesso [...] ele deixou, me emprestou livros coisas para eu ler, eu levei alguns livros pra casa [um deles foi] “O que é transexualidade” da Berenice Bento. Me trouxe visões macro da questão de gênero ela [Berenice Bento] fala até sobre a heteronormatividade, sobre esses tipos de comportamento, foi uma questão mais de ganho. De ampliar, de acrescentar (Interlocutor 5).

Outro significativo aspecto da relação do Interlocutor 5 com livros nos remete ao Espaço LGBT, pois os títulos por ele citados foram obtidos no local, no Acervo LGBT que é especializado em literatura sobre questões ligadas a vivência LGBT, gênero e sexualidade.

Ao refletir sobre como as relações sociais de sujeitos transexuais podem ser conflituosas por viverem numa sociedade que os/as tenta relegar a lugares subalternizados e desumanizar sua existência, o contato e o acolhimento em unidades informacionais é de

importância fundamental para que usuários/as sintam-se amparados/as, de modo que percebam de fato que naquele equipamento a garantia de seus direitos e respeito é uma prioridade.

Pois em alguns equipamentos públicos a não receptividade é um aspecto que impossibilita a busca e o acesso aos serviços disponibilizados aos/às cidadãos/ãs (MENEZES et al, 2017).

Mesmo sendo poucos os locais públicos nos quais transexuais podem ser bem acolhidos e abastecidos de conteúdo informacional que lhes auxilie no processo de empoderamento, o Espaço LGBT é citado como um destes lugares informativos e acolhedores.

Parte dessa boa acolhida está ligada à presença de uma travesti na recepção do local. As falas dos/as entrevistados/das mostram o quão significativo foi ser, em algum momento, atendido/a por ela. A presença da agente de direitos humanos Geovana Laverna trouxe aos/às interlocutores/as que buscaram o local um significativo sentimento de receptividade e acolhimento.

Foi bastante receptivo, eu fui muito bem atendido, inclusive a pessoa que tá a frente do espaço é uma mulher trans (Interlocutor 1)

Primeiro profissional que conversou comigo foi um psicólogo [...] aí ele agendou pra eu ir noutro dia que eu fui, já foi uma travesti que me atendeu, eu achei ótimo [...] Aí a gente conversou, trocou uma ideia, ela é assim uma pessoa esclarecida, super empoderada [...] (Interlocutor 4).

Eu fui muito bem acolhido [no Espaço LGBT] (Interlocutor 5).

O atendimento no Espaço LGBT, segundo o Interlocutor 3, foi “invejável”. O entrevistado ainda acrescenta que o mesmo atendimento “falta em outros aparelhos estatais”.

Com eles foi ótimo [...] Eles têm uma sensibilidade no atendimento invejável, que falta em outros aparelhos estatais (Interlocutor 3).

O primeiro contato é sobretudo importante e se atrela a outros aspectos do processo que culmina no processo de empoderamento à medida que neste local os/as interlocutores/as criam laços e se fortalecem por meio de conteúdo informacional que lhes proporciona conhecer direitos, compartilhar experiências e serem reconhecidos como sujeito de direitos.

Após a apreensão das impressões sobre o primeiro contato, tratamos de indagar a respeito dos serviços utilizados. Assumindo a perspectiva que já fora posta, de que para os fins deste trabalho o Espaço LGBT se caracteriza também como uma unidade informacional, os serviços apresentados foram perscrutados a partir do seu potencial informativo.

Para verificar de que modo o Espaço LGBT foi inserido às práticas informacionais dos/as interlocutores/as, estes foram questionamentos a respeito de como tomaram conhecimento do local, quais suas primeiras impressões, e quais atendimentos foram/são acessados.

Considerando que a fonte de informação mais citada pelos/as entrevistados se concentra no seu ciclo de amizades, o acesso à informação sobre a existência do Espaço LGBT também se deu por essa forma, por meio de amigos/as. Aspecto que fortalece a credibilidade nos serviços oferecidos no local, caso contrário, os amigos/as possivelmente não o indicariam.

Conheci através de uma amiga minha (Interlocutor 4).

Através de [uma amiga integrante do Movimento LGBT], né? Em 2011 eu tive uma reunião com ela [...] Aí ela disse, preciso que você vá conhecer o Espaço LGBT (Interlocutor 6).

Por vezes os/as interlocutores/as afirmam que se dirigiram primeiro ao Ambulatório TT mesmo não sendo esta a ordem do processo de atendimento do local, pois primeiramente há uma triagem no Espaço LGBT que os/as direciona aos demais serviços da rede de amparo a pessoas LGBT no estado.

Eu fui pro ambulatório para assistir uma palestra lá que eles chamam de roda de conversas e de lá eu fui pro Espaço [LGBT] (Interlocutor 2)

E aí no ambulatório [...] o gerente de lá disse que para eu ter acesso eu teria que entrar em contato como o Espaço LGBT para pegar o encaminhamento. E aí eu comecei a pesquisar também o Espaço LGBT, foi aí que eu vi, conheci através da internet e fui lá (Interlocutor 3).

[...] Fui no Ambulatório [TT] [...] Então eu fui lá, numa terça-feira, eu tive sorte que foi numa terça, porque a primeira terça do mês eles fazem uma reunião. [...] Aí quem me atendeu lá foi [o assistente social] que falou: você não pode vir aqui direto, você tem que ir no Espaço LGBT pegar uma triagem, um encaminhamento e voltar aqui. Se você puder fazer isso agora de manhã você já traz e já participa da roda de conversa hoje à tarde (Interlocutor 5).

Outro entrevistado citou ainda que foi informado a respeito do Espaço LGBT por meio de um órgão municipal. Trata-se do Centro de Cidadania LGBT, um espaço destinado ao atendimento dessa população, com a parceria de secretarias municipais, a Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT e da Igualdade Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) (JOÃO PESSOA, 2019).

Eu conheci através de uma funcionária do Centro de Cidadania LGBT (Interlocutor 1).

Neste sentido o conhecimento do Espaço LGBT ocorre predominantemente por meio de duas fontes de informações segundo os relatos apresentados: por amigos e pelos órgãos da rede de atendimento a LGBTQI+ do estado. A busca pelo Espaço LGBT ocorre pela disponibilização de serviços específicos direcionados à população transexual.

Sob a perspectiva informacional os/as profissionais que disponibilizam estes serviços podem ser percebidos como mediadores da informação à medida que ao executarem suas atividades profissionais disponibilizam conteúdos informacionais específicos das suas áreas de atuação.

Dentre estes serviços, a assistência social do Espaço LGBT é responsável por realizar a escuta qualificada dos/das usuários/as que buscam o serviço local. De modo que, a depender da demanda, é o assistente social quem elabora parecer social para acesso a benefícios da Assistência Social, o que pode incluir Cesta Básica, Auxílio Funeral, Auxílio Enxoval, Banco de Alimentos e inscrição no INSS para acesso aos Benefícios de Prestação Continuada (PARAÍBA, 2018).

Abaixo, os/as interlocutores/as relatam como foi o contato com o serviço social do Espaço LGBT, quais informações obtiveram a partir desse contato, e quais serviços foram encaminhados:

Eu fiz uma escuta, fui atendido pelo assistente social [...] Foi verificado o meu cadastro na Minha Casa Minha Vida Estadual, para receber os apoios e auxílios em relação à moradia, pronto (Interlocutor 1).

[No] Serviço social, eu passei para tirar algumas dúvidas que eu tinha, e passei no jurídico também para tirar outras relativas à retificação de nome que até então eu não tinha interesse de fazer. Mas mesmo assim [a moça que me atendeu] me indicou que eu conversasse com o responsável por essa área lá, e eu conversei. [...] Sei que tem o [serviço] psicológico, mas não cheguei a passar (Interlocutor 3).

Fui lá conversei com [o assistente social] aí ele me orientou, fez algumas perguntas [...] [disse] que o Ambulatório TT tinha todo um procedimento, que a hormonização era a última etapa, que ia ter que ter algumas conversas com o psicólogo lá no Espaço LGBT pra retificação do nome (Interlocutor 5).

Assim, o serviço social do Espaço LGBT orienta e encaminha para o serviço de emissão de documentação básica gratuita, realiza cadastro do Número de Identificação Social (NIS) para o acesso ao programa Bolsa Família nas unidades do CRAS e também faz inscrições no Sistema Nacional de Emprego (SINE) e Cursos de qualificação profissional (SENAI, SENAC e SENAT). (PARAÍBA, 2018).

O Espaço LGBT é também o mediador do processo de mudança dos documentos, atua provendo informação a respeito da documentação necessária ao procedimento e fornece assessoria jurídica para sua realização. Não possuir documentos que permitam o próprio reconhecimento configura-se um dos maiores desafios para o exercício pleno de suas vidas, conforme Arán (2010, p. 87).

Se a questão da vulnerabilidade está presente na vivência *trans*, minha experiência clínica e como pesquisadora me permite testemunhar também o quanto estas pessoas conseguem, em situações muito adversas, construir modos de vida satisfatórios, produtivos e alegres. Um dos maiores entraves para a realização plena de suas vidas não é, como poderíamos supor, a dificuldade de relacionamento afetivo e sexual, nem a construção de redes de amizade, mas sim a extrema dificuldade de profissionalização proveniente da impossibilidade de mudança do nome civil. Desta forma, a permissão para a troca de nome e sexo no registro civil, independentemente da realização da cirurgia, resolveria o problema agudo das suas vidas cotidianas.

O reconhecimento do nome social para Ferreira e Ferreira (2012) representa uma convergência das instâncias psicológicas, relacionais e civis, que tornam o prenome um símbolo, um código no qual os outros veem a representação masculina ou feminina.

Reconhecer o nome social significa compreender quem elas [as pessoas transexuais] realmente são, o nome é mais que um registro civil e a afirmação de que somos sujeitos particularizados e que os nossos adereços físicos e estéticos funcionam como código que traduzem o bem-estar entre o nome e a nossa imagem. O nome de registro quando não condiz com a identidade do sujeito torna-se instrumento de constrangimento e humilhação (FERREIRA; FERREIRA, 2012, p. 179).

A divergência dos caracteres físicos com o registro em documentos de identificação causa discriminação como relata o Interlocutor 3, que se baseia nas próprias experiências na utilização de serviços de saúde para projetar o momento de uma entrevista de emprego.

No momento que eu for procurar, que fizer entrevista e uma empresa quiser contratar que vir o documento, muitas vezes ela não vai contratar (Interlocutor 3).

Tal qual o Interlocutor 1 que declara que retificação de nome e gênero nos documentos evitará que outros constrangimentos ocorram.

Acredito que vai me ajudar no quesito de não passar mais constrangimento (Interlocutor 1).

O Interlocutor 2 relata a contribuição do Espaço LGBT no momento no qual, no ambiente escolar, seu professor não respeitou o uso de seu nome social. Afirmar ainda que a informação disponibilizada lhe deu a sensação de ter “um peito de aço”.

Eu acho que a maior influência do Espaço LGBT é você se sentir... Como é que eu posso dizer? É encorajar você, sabe? Eu acho que a maior influência deles é encorajar. Porque nos momentos que eu me senti mais perdido com a questão do meu nome social, no trabalho [...] que eu sabia que estava protegido por lei, que eu tinha o direito [...] O encorajamento, as informações que eles passam, ‘olha você tem direito a isso, você pode fazer isso, a lei diz isso e isso, e isso’. Então o conhecimento que eles me passaram quando houve a situação no colégio eu estava totalmente encorajado [...] É como se eu tivesse um peito de aço. Eu tenho um peito de aço para bater de frente com o professor porque eu sabia o que eu ia falar pra ele (Interlocutor 2).

De igual modo, o Interlocutor 3 trata de sua experiência com a divergência do nome de registro e de sua identidade trans.

Enquanto a pessoa só me vê ela me lê enquanto homem, me trata no masculino, me ‘respeita’ e quando ela vê meu documento acaba tudo isso, passa a tratar no feminino, não respeita, muitas vezes não quer marcar as coisas [consultas médicas], só que isso vai mudar ainda mais a partir da retificação de nome (Interlocutor 3).

Os atendimentos oferecidos no Espaço LGBT por meio da disponibilização de informação sobre a legislação e atuação para a retificação de prenome e gênero associa-se às práticas informacionais ligadas ao processo de empoderamento.

Em vista dos complexos desafios envolvendo vivências transexuais, a assistência psicológica, a orientação jurídica do Espaço LGBT tem proporcionado um significativo auxílio no processo de mudança de documentos:

Lá, além das escutas psicológicas, do atendimento psicológico, tem assessoria jurídica que é justamente para retificação [...] (Interlocutor 1).

O pessoal no Espaço [LGBT] faz a triagem já com a lista da documentação que você precisa para fazer a alteração do nome, aí você vai no psicólogo, vai no assistente social, passa pela advogada e em seguida você é mandado pro ambulatório. Depois de algumas sessões com o psicólogo [o processo segue] (Interlocutor 2).

Conversei com o assistente social, aí tive as consultas com os psicológicos [...] quatro consultas psicológicas [...] (Interlocutor 5).

[...] E aí ela já me agendou pro atendimento psicológico [...] E aí eu fiz retificação [do nome] por ação judicial mesmo, com o serviço social deles lá do Espaço. Me explicaram o processo, como funcionava, quais seriam os prazos, qual a documentação que eu deveria trazer (Interlocutor 4).

O contato com o psicólogo pode contribuir no processo de superação das questões enfrentadas ao longo da vida de pessoas transexuais, e pode suprir a necessidade de apoio que em outros locais seria de difícil acesso.

Os serviços prestados no Espaço LGBT se dão de forma interdisciplinar. Suas ações envolvem múltiplas demandas das pessoas transexuais que o procuram. Assim, o Espaço LGBT também conta com departamento jurídico que assessora a população LGBTQI+ em caso de violações de direitos e em questões cíveis, como adoção, divisão de bens, casamento civil ou união estável, acesso a benefícios previdenciários e judicialização de ações de mudança de prenome e alteração do sexo jurídico para travestis, mulheres transexuais e homens trans (PARAÍBA, 2018).

Eu fui pra o Espaço LGBT pra o auxílio da minha retificação de nome. Aí a advogada foi a do Espaço [LGBT] [...] e ela me auxiliou bastante juntamente à defensoria pública. Então minha audiência foi em conjunto: a defensoria mais o Espaço LGBT [...] (Interlocutor 1).

Aí [uma funcionária do Espaço LGBT] chegou e a gente começou a conversar, ela falou “você tem que conhecer o Espaço LGBT e a parte jurídica que a gente oferece”, que é essa questão de nome e gênero. E eu fui conhecer o Espaço, a parte jurídica, psicológica [...] E eu não sabia que existia uma parte jurídica que dava suporte à população LGBT, mas principalmente à nossa população de travesti e transexuais (Interlocutor 6).

Fui atrás da retificação do nome civil. Aí eu não sabia que tinha um serviço disponibilizado por um órgão ligado ao governo do Estado ou à alguma secretaria, não sabia. Achava que tinha que se fazer à parte e pegar um advogado e fazer uma ação judicial à parte, não tinha conhecimento que havia um local que fizesse isso de forma gratuita e fosse custeado pelo governo (Interlocutor 4).

[...] [No trabalho] aí foi meio complicado, tive que ir no Espaço LGBT e falei com a advogada ela pegou os artigos da lei, tudo mais, eu tive que praticamente, literalmente, esfregar na cara da dona do estabelecimento pra ela poder... Porque a gente utilizava de crachá, pra ela poder... Eu disse: “não quero que a senhora mude minha” [documentação]. Ela disse: “eu não tenho como alterar seu nome na documentação”. Senhora eu não quero alterar meu nome na documentação eu quero que o meu crachá tenha o meu nome é só isso que eu quero, aí ela falou “porque você não disse isso antes”. A senhora tá dizendo isso agora porque eu estou com a advogada aqui (Interlocutor 2).

A relação com serviço jurídico do Espaço LGBT foi relatada em sua maioria associada à retificação, a mudança de pronome e ao exercício da garantia desse direito e em momentos nos quais o nome social não fora respeitado, como relata o Interlocutor 2, acima.

Ele informou que no ambiente laboral houve resistência na adoção do seu nome social e só com a presença da advogada do Espaço LGBT, munida da legislação pertinente, que seu nome social passou a ser respeitado.

Pois o direito à retificação de nome e sexo no registro civil foi garantido em 1º de março de 2018. Na ocasião, o Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) 4275/DF²⁸ decidiu por unanimidade conceder às pessoas trans o direito de alterarem o nome e o designativo de sexo [...] sem a necessidade de submissão a processo cirúrgico (ARAÚJO, 2017).

Todavia, mesmo havendo a legalidade do direito, fazê-lo valer é um processo por vezes moroso e em dadas ocasiões necessita de mobilização e conscientização, até mesmo dos agentes da lei, para que efetivem o processo judicial.

A garantia de alteração de prenome é parte integrante da construção da identidade dos sujeitos, caracterizando-se como “importante elemento no processo transexualizador” como afirmam Coelho e Sampaio (2014, p. 20).

O Espaço LGBT atua também como agente disseminador de informações a respeito do processo transexualizador e é responsável pelo encaminhamento ao Ambulatório TT.

Chegando lá eles me forneceram, me abasteceram com outras informações quanto à questão de terapia hormonal, questão de saúde, aí fui informada sobre o Clementino Fraga que tem o Ambulatório TT [...] e aí foi outra descoberta que eu não sabia que tinha um canto específico (Interlocutora 4).

É também no contato com o serviço social que transexuais recebem as primeiras instruções a respeito de como ter acesso ao Ambulatório TT, de modo que assim possam iniciar o processo transexualizador, caso desejem. Dentre as terapias e procedimentos disponibilizados pelo Ambulatório TT, está a hormonização. Alguns interlocutores relatam sua experiência ao tratar dos resultados de utilização das terapias hormonais.

As pessoas não têm espanto, pois eu já pareço um moleque na puberdade [...] (Interlocutor 1).

²⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm;
<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085>

Com certeza é muito satisfatório. [...] eu me olho no espelho e me sinto bem, a autoestima tá muito boa (Interlocutor 2).

Importante reforçar as considerações de Almeida (2010, p.119):

[...] nem todas as pessoas que se identificam como transexuais (ou que contradigam de alguma maneira a forma de gênero como foram assignadas ao nascerem) desejam efetivar mudanças corporais e nem todas as que desejam mudanças corporais querem realizar todos os procedimentos disponíveis no sistema público de saúde brasileiro e no mesmo período de tempo [...]

Pessoas transexuais vivem marcadas por abjeções específicas ligadas ao processo transexualizador que influenciam diretamente suas práticas sociais e informacionais. Em face desta questão, Bourdieu (1983) nos auxilia no entendimento de como sujeitos transexuais têm ações emancipatórias extrapolando o paradoxo que consiste em pensar fora da estrutura mesmo sendo parte dela e ressignificá-la.

A este respeito, Côrtes (2012) trata de como a proximidade com outros “bens e esquemas práticos” pode conduzir os/as usuários/as a transformar as disposições subjetivas e objetivas que consagram discriminações e dar-lhes novo sentido. Assim o Espaço LGBT, em suas práticas informacionais, figura como um local onde sujeitos podem acessar elementos que auxiliem na modificação de concepções contribuindo no processo empoderamento de usuários/as LGBTQI+.

Todo processo que eu participei lá [no Espaço LGBT] me ajudou nisso. Porque eu não tinha informação nenhuma, não sabia de nada praticamente e foi lá que eu comecei a entender essa realidade. [...] O acolhimento lá, a sensibilidade que eu fui tratado e todas as informações que me foram dadas lá, com certeza são a base desse processo. Que foi lá que tudo começou por assim dizer. Porque eu não tinha informação nenhuma, eu não entendia ainda que aquela minha falta de identidade tinha um nome, que era a transexualidade. Eu aprendi ou eu entendi ali, [...] eu conheci ali (Interlocutor 3).

Conopca e Junior (2018) retratam no que resulta essa desconstrução do pensamento baseado na ordem heterossexual, “com efeito, desconstruir a ordem heterossexual é denunciar o discurso homofóbico [transfóbico], praticado e naturalizado, [...] se constitui como comportamentos demarcatórios e segregadores para a presença e a permanência da diversidade sexual [...]” (CONOPCA; FERREIRA; JUNIOR, 2018, p. 165-166).

Sob este aspecto, a informação se integra ao processo de autoaceitação e com isso aos aspectos que iniciam o processo de empoderamento como autoestima e autoconfiança, retratados por Léon (2001).

Neste sentido o Espaço LGBT se apresenta como uma unidade informacional não convencional, na qual há disseminação de conteúdo informacional contra-hegemônico da heterossexualidade compulsória, visto que as interações simbólicas ressignificadas através do acesso à informação, ao serviço social, assessoria jurídica no processo de retificação documental e intermediação no acesso a terapias transexualizadoras disponibilizadas no Ambulatório TT, contribuem para alterações nos corpos e na mente dos sujeitos (BERGER; LUCKMAN, 2004; BLUMER, 1969).

7.4 Práticas Informacionais e Empoderamento

Os sujeitos informacionais apresentados neste estudo já dinamizavam suas práticas informacionais antes de acessarem o Espaço LGBT. Pois sujeitos transexuais, enfrentam violências e negações de direitos cotidianamente e em diferentes esferas sociais, de modo que resistir consiste em negociações de poder e ressignificações que já vinham acontecendo ao longo de suas vidas (FERREIRA, 2009).

Indagamos os/as interlocutores/as como consideravam a relação com conteúdos informacionais, nesse processo de empoderamento, de modo a analisar a relação entre informação e empoderamento (GOMES, 2017).

A Interlocutora 4 declara que a informação é um fator que embasa a mudança em um relato que trata do processo de reconhecimento da sua identidade de gênero transexual e de sua identificação com outras pessoas através de relatos na internet.

Só que eu sempre me via diferente, só que você vai vendo que você não se encaixa naquilo. Eu acho que a informação é importante [...] Eu fui buscar informação na internet de pessoas que eu acreditava [...] alguém que sentia o que eu estava sentindo. E eu vendo relato de pessoas que se encaixavam naquilo que eu estava sentindo, que fugiam daquilo que estava sendo imposto. Você meio que termina se identificando, você termina meio que se amparando. Mesmo que você não esteja vendo aquela pessoa, não está conversando com ela, mas só o fato de ter um relato de alguém que tá passando pela mesma situação que você, é muito importante é revigorante. Acho que foi até fundamental para mudar, [para] não dá um *tilt* (Interlocutora 4).

Na sequência, a entrevistada aborda questões pessoais e subjetivas como felicidade quando associa a informação com a existência de outras pessoas cujas vivências assemelham-se às suas.

Eu acho que realmente assim dá um empoderamento, mas é também questão de felicidade por você passar a ser quem você é, você se sente mais feliz, você tem coragem. Você tem mais voz. E eu acho assim que a informação é, é base pra isso porque a gente vai ouvindo vivências, vai se constituindo desses programas que existem, a gente vai se fortalecendo (Interlocutora 4).

Tomar conhecimento de outros grupos que não os que têm historicamente protagonizado narrativas sociais é um ponto crucial para iniciar o questionamento das estruturas de poder vigentes. De maneira que a informação possibilita tornar visível sujeitos transexuais e fortalece os pares, trazendo a público o que antes estivera marginalizado por uma razão heterossexual (CESAR (2012; HALLEY 1993; FOUCAULT, 1975).

Do mesmo modo que o acesso à informação tem um potencial transformador, a ausência da informação pode impossibilitar a mudança em contextos opressores. No caso abaixo, a escassez de informação a respeito das questões inerentes à transexualidade ocasionou o desconhecimento do interlocutor sobre o processo transexualizador.

Ao abordar o processo transexualizador o Interlocutor 5 declara que durante sua adolescência, por falta de acesso à informação, não imaginava a possibilidade do processo transexualizador, e assim, considera a importância da informação em seu processo de reconhecimento e de escolhas enquanto homem trans.

Quando eu era mais jovem eu nem sabia que era possível fazer a transição. É tanto quando eu assisti ao filme [Meninos não Choram] com treze anos de idade. [...] Eu tive esse receio de sofrer o que ele [o protagonista do filme] passou. Não tinha conhecimento dessa possibilidade [de transição] e não mostrava essa possibilidade no filme. E também durante a minha adolescência eu não vi meios de informação que mostrassem essa possibilidade [...] Então como é que eu pensava na minha condição? Já que não tinha nenhuma possibilidade de eu externalizar como eu era eu tinha que conviver com aquilo ali dentro de mim. Enfim, uma espécie de comodismo, não era? Mas eu não tinha o que fazer. Fazer o quê? (Interlocutor 5).

A Interlocutora 6 conta de que forma se associou aos movimentos sociais de luta pelos direitos de pessoas LGBTQI+. Sua fala retrata como o desconhecimento das políticas públicas a fez hesitar diante do convite de representantes do Movimento LGBTQI+ em integrar ações de

reivindicação de direitos, ao passo que o conhecimento de tais políticas a convenceu da legitimidade da causa.

Muitas vezes eu fui preconceituosa porque eu não tinha essa informação de políticas públicas (Interlocutora 6).

Os/as interlocutores/as reconhecem o significativo papel da informação em suas vivências, consideram que o acesso à informação, ou a falta dela, interferiu diretamente em suas histórias de vida. Dessa maneira, tornar acessíveis conteúdos informacionais que tratem dos trânsitos de gênero considerando vivências, direitos legais e serviços especializados, é uma estratégia ímpar para promover a superação de conceitos naturalizantes e essencialistas nos quais se fundamentam preconceitos e discriminações (BENTO, 2006).

Buscar os significados que sujeitos LGBTQI+ fornecem às suas vivências em uma sociedade heteronormativa, relacionar tais significados com as práticas informacionais e, por consequência, ao processo de empoderamento, nos coloca em interação com indivíduos que e de formas distintas, protagonizam o questionamento e a desnaturalização de esquemas hegemônicos apoiados na heterossexualidade.

É neste processo de resistência à dinâmica de produção dos gêneros inteligíveis que os sujeitos desta pesquisa traçam suas estratégias emancipatórias a partir do uso de informações estratégicas para buscar a garantia de seus direitos. As práticas informacionais se associam ao processo de empoderamento consolidado por meio de ações coletivas (FREIRE, 2003; BATLIWALA, 1994).

Segundo Batliwala (1994, p. 130), o processo de empoderamento para grupos discriminados por “classe, casta, etnicidade e gênero” tem início quando os sujeitos “reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem”. Assim, pode-se reconhecer, de igual modo, o “acesso aos recursos de poder” é inviabilizado pelos seus marcadores sociais que os identificam, no nosso caso, dentre outros, a transexualidade (BATLIWALA, 1994, p. 130).

Assim, Léon (2001. p. 97) disserta sobre o que nomeamos de empoderamento factual, que ultrapassa as questões individuais que dizem respeito ao “empoderamento como autoestima e autoconfiança”, que pode ser ilusório se não relacionado com ações coletivas. A autora compreende que estes processos pessoais devem se integrar com “um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade” (LÉON, 1997. 97).

Desta maneira, buscamos analisar como ocorreu o processo de empoderamento, ou seja, a percepção das estruturas de dominação e das ações coletivas de ressignificação destas

relações de abjeção que, como apresentado anteriormente, acompanha esses sujeitos desde a infância.

A partir dos relatos, foi possível explicitar o processo de empoderamento. O Interlocutor 1 inicia o seu relato declarando que, primeiramente, passou por um processo de negação até procurar o Espaço LGBT, local que viabilizou, neste acaso, o acesso a terapias hormonais.

E aí teve aquele processo de negação até eu encarar tudo e todo mundo inclusive família pra eu poder frequentar o Centro de Cidadania LGBT, depois o Espaço LGBT, até ser encaminhado ao Clementino [onde funciona o Ambulatório TT] (Interlocutor 1).

De modo semelhante, o Interlocutor 5 discorre a respeito deste processo como um renascimento, um ato de desafiar a si mesmo e a sociedade. Masiero (2018, p. 110) trata deste ponto, observando que as construções sociais vigentes têm sido fundamentadas no “binarismo de gênero, em visões essencialistas”, que são “geralmente transfóbicas, intimidam os indivíduos que não se adequam às normas naturalizadas socialmente, causando sofrimento e confusão acerca de quem realmente são”.

Existia uma etapa primeira que era eu me declarar, eu estava preparado para falar isso, porque era muito difícil falar. Por mais que você tenha certeza disso é difícil falar, é uma vida, é renascer de novo. Não é medo, não é receio, não é nada, é uma questão de peitar mesmo (Interlocutor 5).

Neste sentido, há a percepção de uma norma de gênero na qual o poder está vetorizado de tal modo que as próprias expressões identitárias transexuais não eram aceitas. Vê-se como as estruturas objetivas convertidas em esquemas de percepção e de pensamento alicerçam relações de dominação (BOURDIEU, 1983). Todavia, cada indivíduo cria estratégias para lidar com as questões que os cercam.

Então para bater no peito mesmo e fazer tudo que eu fiz foi só após eu ter saído de casa (Interlocutor 1).

O Interlocutor 1 declara que a relação com a família foi alterada e que ele atualmente conquistou o seu respeito, ao ponto de ser tratado pelo pronome com o qual se identifica. Assim, o entrevistado e sua família extrapolaram o *habitus* (BOURDIEU, 1983) pautado na heteronormatividade, de modo que as experiências passadas, a matriz das suas percepções e ações

produzidas e reproduzidas puderam ser transpostas, inserindo novos significados à vivência e percepção da vivência transexual.

Outra questão levantada pelo Interlocutor 1 foi a garantia do uso de seu nome social no ambiente familiar. Ele declara que foi algo conseguido por sua postura de resistência explícita no ato de sair de casa. Esta atitude, por vezes, é retratada como momento doloroso e decepcionante, em determinados casos, porém aqui aparece como uma estratégia de resistência e uma ação de protesto.

Mas hoje em dia a minha família ela não me aceita, mas ela me respeita e tenta se policiar diante de outras pessoas em questão a nome e a tratamento (Interlocutor 1).

As trajetórias de empoderamento de pessoas transexuais passam também pelas ressignificações de valores primeiramente impostos pela família. O Interlocutor 2 declara que durante sua adolescência começou a questionar seus familiares.

Chegou aquela época de adolescente rebelde: eu vou bater de frente mesmo, não estou nem aí (Interlocutor 2).

Eu passei um bom tempo sem sair de casa, até descobrir que eu podia destelhar a casa e sair pelo meu quarto. Era o único jeito de sair (Interlocutor 2).

Em alguns casos, a saída de casa também revela como o desligamento com as normas sociais deste contexto de produção e reprodução de corpos que obedece a matriz heterossexual e nega expressões de gênero e de orientação sexual diversas (BUTLER, 2003; BOURDIEU, 1983). Esta ação tem sido significativa para o processo de modificação da percepção dos familiares. Todavia, seria melhor se não houvesse esta quebra de laços familiares para que as percepções fossem alteradas, pois é inegável que este é um processo complexo.

Acreditamos sobremodo no poder da informação para fornecer novos sentidos a tais relações. Desta forma, quando o Interlocutor 2 conta sobre o retorno para casa, afirma que o diálogo possibilitou uma convivência melhor.

Ela [a mãe] bolou um próprio sistema pra se policiar e não me tratar no feminino. [...] Teve meio que uma mudança pra melhor (Interlocutor 2).

As mudanças nos vetores de poder na vivência do Interlocutor 2 se tornam explícitas quando ele passa a participar de rodas de conversas como palestrante, relatando a sua experiência. Segundo Farias e Varela (2016, p 92), estas ações ligam-se ao “ser protagonista” de modo que o

Interlocutor 2, “em poder das informações necessárias para modificar sua vida”, passa a atuar de “forma central” em seu contexto, consciente da importância de suas atitudes e do reflexo que elas trazem à coletividade.

Fui participar [de uma roda de conversa] como um dos caras que estava palestrando (Interlocutor 2).

Estas ações de ressignificação e protagonismo abordadas envolvem também aspectos psicológicos ligados à aceitação de si e à compreensão de que seu lugar no mundo passa pela aceitação da transexualidade (BUTLER, 2011; BENTO, 2003). Esse processo ocorre à medida que os sujeitos percebem que a sua identidade de gênero não é disfunção e/ou patologia, elas apenas expressam trânsitos de gênero legítimos (BUTLER, 2010; FOUCAULT, 1975; LOURO, 2000).

Eu era outra pessoa. [...] Porque até então eu não sabia quem eu era (Interlocutor 3).

Sabendo meu lugar no mundo que eu existo e que eu sou importante. Eu me via como uma pessoa totalmente ruim que não merecia existir. [...] Por não me conhecer, por não saber quem eu era, eu me achava desnecessário. Hoje eu vejo que não. Que eu tenho direito de estar no mundo. Que eu tenho o direito de existir. Que eu tenho direito de ser eu. E não só ser o que as pessoas espera que eu seja (Interlocutor 3).

O “saber seu lugar no mundo”, apontado pelo Interlocutor 3, representa uma ampla consciência de si e dos seus direitos, o que dentre outros fatores, lhe auxilia a compreender que tem a possibilidade de falar, de expressar suas opiniões, de se posicionar ante seus pares. Aspectos como autoestima e autoconfiança são instâncias que, associadas à “cooperação e solidariedade”, complementam o processo de empoderamento (LÉON, 2001. p. 97).

Agora eu abro a boca em sala de aula. [...] Já consigo me posicionar (Interlocutor 3).

Mesmo sendo severamente sancionada a respeito da expressão de sua transexualidade, o posicionamento da Interlocutora 4 passou a ser de enfrentamento “a direção das forças sistêmicas” que a marginalizavam. (BATLIWALA, 1994).

E eu me sinto muito bem, dando a cara a tapa mesmo e mostrando que o mundo não é só esse binarismo que pregam [...] É enfrentamento mesmo, empoderamento (Interlocutora 4).

A Interlocutora 6, mesmo tendo a alternativa de buscar outra comarca para obter sua documentação retificada de forma mais célere, insistiu em dar continuidade ao processo em sua cidade natal mesmo percebendo que isto lhe demandaria ainda mais tempo que o de costume em outras comarcas. A ação da Interlocutora 6 foi movida pela consciência de estar lutando pela (re)conquista de um direito cujos reflexos se estenderiam aos/às seus/suas amigos/as, servindo-lhes de exemplo para resistir e não aceitar ordenamento jurídico heteronormativo (ARAÚJO, 2011; ROMANO, 2002).

Eu fui a porta de entrada [para outras pessoas] quando eu estava fazendo a retificação, por ordem judicial (Interlocutora 6).

Esta atitude de enfrentamento institucional é de fundamental importância para construção da resistência coletiva de pessoas transexuais ante um ordenamento jurídico heteronormativo.

[...] está condicionada ao tipo de pessoa que se apresenta diante de tal direito. Se essa categoria de direitos fundamentais possui aplicabilidade imediata conforme comando constitucional, se a sua proteção e garantia estão previstas em âmbito internacional alçados à categoria de direitos humanos e, se, contudo, sua eficácia e efetividade se restringem apenas a um grupo muito estreito de indivíduos, cujo marcador comum, nesse caso específico, é a sexualidade, ou melhor, a heterossexualidade, infere-se que estamos diante de um ordenamento jurídico heteronormativo (ARAÚJO, 2017, p. 647)

Nesta seção, que tratou da ressignificação das relações sociais de poder, enfatizamos um importante aspecto: o autodeclarar-se. Nas falas, mostrou-se que, na experiência dos/as mesmos/as, enfrentada esta primeira barreira, todos passaram a dedicar-se a ações coletivas de emancipação. Assim, sujeitos oprimidos assumem suas narrativas e tornam-se disseminadores dos conteúdos informacionais que os auxiliaram em seu próprio processo de subversão da heteronorma e concomitantemente, de seus pares.

Essas ações se assemelham às descritas por Batliwala (1994, p. 130) e envolvem “resistência, protesto e mobilização coletivas”. Os/as interlocutores/as evidenciaram ter conhecimento de que suas práticas informacionais geram novos conhecimentos ao seu redor e afirmaram multiplicar e disseminar conteúdos informacionais que lhes ajudaram em seu processo de empoderamento. Sob este aspecto, retomamos a fala de Paulo Freire (1987, p. 52) que trata da tomada de consciência da situação de oprimido/as pois “esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental é que esta

não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja *práxis*” (FREIRE, 1987, p. 52, grifo nosso). As estratégias utilizadas pelos sujeitos são diversificadas, frisando-se que alguns possuem ligação com movimentos civis organizados.

Diante destas questões, abordamos o relato do Interlocutor 1 que, mesmo sendo percebido pelas pessoas em seu contexto social como um jovem cisgênero, faz questão de se apresentar como homem trans e associa sua postura à participação em movimentos sociais.

Eu não omito minha identidade de gênero por [participar] de movimentos sociais, então a maioria já sabe que eu sou trans (Interlocutor 1).

Após entrar no IFE me senti bem, senti como se fosse a minha segunda família, eu tinha minha voz, então eu comecei a me engajar em movimentos sociais, em grupos estudantis, em grêmios, e a partir daí pronto, foi de onde desencadeou tudo (Interlocutor 1)

Ele ainda relata que sua associação às ações coletivas se deu por meio do Coletivo de Homens Trans (PETRIS²⁹), sendo este um dos primeiros grupos do qual participou e, como ele mesmo afirma, “engajou-se na militância”. O grupo posteriormente se tornou também uma fonte de informação sobre as questões pertinentes à sua identidade trans.

É tanto que tem um grupo chamado PETRIS que é o coletivo de homens trans aqui da Paraíba, foi o primeiro grupo que eu me engajei de militância, foi lá que eu tirei todas as minhas dúvidas [...] mas foi basicamente nesse grupo que eu obtive as informações que eu tive curiosidade (Interlocutor 1).

O relato acima compreende aspectos ligados à disseminação da informação por meio das práticas informacionais do grupo, cujas ações se integram às concepções de Farias (2015, p. 342), que compreende o ato de mediar como um ato motivador cujo resultado inclui “melhorias sociais no presente e para posteridade”.

O Interlocutor 3 fala a respeito dos motivos de sua adesão ao movimento social. Seu engajamento vem do intuito de tornar-se um mediador da informação para pessoas que, do mesmo modo que ele, não tiveram suficiente acesso à informação no início do processo de compreensão da sua transexualidade.

Eu faço parte do PETRIS, que é o coletivo de homens trans de João Pessoa [...] [entrei] pra poder ajudar pessoas como eu, que quando começou a se entender não tinha informação nenhuma (Interlocutor 3).

²⁹ As ações do PETRIS podem ser acompanhadas em seu perfil na rede social no endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100010000290635> Acesso em: Fev. 2019.

A participação dos/as interlocutores em grupos, seja de movimento social organizado ou outros agrupamentos sociais, são de extrema importância para gerir questões do cotidiano. Mesmo que estes agrupamentos tenham natureza informal, eles configuram-se em uma rede cujos efeitos são percebidos também fora de seus limites, atingindo relações que envolvem o Estado e toda a sociedade (SILVA; CERQUEIRA-SANTOS, 2014; MARTELETO, 2001).

Desta maneira, a Interlocutora 4 trata da importância da formação de grupos de fortalecimento mútuo em vista da severidade das realidades da vivência transexual.

A gente que é do movimento trans, da população trans aqui, todo mundo se conhece e a gente se conversa muito. Isso serve pra a gente criar laços e tá um fortalecendo o outro, para não deixar cair mesmo. Porque eu me sinto hoje numa situação confortável, mas tem muitas meninas e meninos que não tão, tão com problema dentro de casa ou tão deixando de ir ou pro ensino médio, ou para cursinho, ou até mesmo aqui pra universidade, por causa de pressão social ou de fobia social. Se a gente não tiver ali como sendo ponto de apoio as pessoas vão desfalecendo (Interlocutora 4).

Quando consideramos a intenção das associações movidas e viabilizadas pelo processo de empoderamento, encontramos, na fala do Interlocutor 5, um posicionamento interessante. Ele reflete, de forma complexa, sobre os valores naturalizados histórica e culturalmente pela sociedade, sobre homens e mulheres, considerando seus corpos sexuais (BENTO, 2012).

A minha maior luta enquanto homem trans é mostrar pra sociedade que é possível ser um homem diferente, não ser esse homem "macho alfa" que a sociedade implementa e cobra. Minha militância diária, no meu dia-a-dia, é essa, mostrar que é possível sim ser homem sem ter essas práticas, essas "homices" que aumentam o machismo (Interlocutor 5).

Assim, ele propaga uma ideia de masculinidade que se desfaz dos conceitos arcaicos tóxicos e nocivos de homem, os quais denomina de "homices", para abraçar uma nova forma de existir enquanto homem. Isto é, um homem que não (re)produz o machismo nem as práticas que reafirmam o patriarcado.

A Interlocutora 6, ao passo que retrata seu processo de empoderamento, o imbrica com ações empoderadoras de sua amiga, que também achou que ela deveria emancipar-se. Assim, a Interlocutora 6 percebe como as ações coletivas foram significativas na luta pela garantia dos seus direitos e entende que suas ações também são significativas para seus pares.

Ela tem que se empoderar [disse uma amiga] porque ela é uma travesti igual a mim. [...] Pra mim hoje a militância foi de extrema importância, por que eu sei buscar a garantia dos meus direitos. Eu fui a porta de entrada [para outras pessoas] quando eu estava fazendo a retificação, por ordem judicial. Eu olhei pra mim e disse, eu não vou desistir, não só por mim mas por outras pessoas que precisam (Interlocutora 6).

No entendimento dos/as usuários/as como sujeitos/as ativos/as, a introdução das noções oriundas do protagonismo social aos estudos em informação consolidam-se como estratégias que devem considerar formas palpáveis de apropriação da informação e de empoderamento, nas esferas social e cultural (FARIAS, 2016).

A informação é indispensável quando se trata da construção de relações sociais, especialmente naquelas que incluem questões sensíveis à diversidade humana. Espera-se que a disseminação de informações, como as que foram compartilhadas aqui, crie um ambiente propício à ação de sujeitos informacionais de modo que estejam conscientes do reflexo de seus atos, da composição e das intencionalidades da sociedade e a ressignifiquem.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ancorou-se na concepção da transexualidade e da travestilidade como expressões identitárias que desafiam e problematizam esquemas sociais hegemônicos alicerçados em binarismos e discursos biologizantes, que reduzem gênero à genitália. Mulheres transexuais, travestis e homens trans, na expressão de suas identidades, cotidianamente subvertem significantes ancorados na heteronormatividade. Tais significantes colocam em risco a existência de sujeitos que rompem com a inteligibilidade dos gêneros no corpo, a exemplo de travestis, mulheres transexuais e homens trans, interlocutores/as da pesquisa.

Tal processo de ressignificação compreende a percepção de si e de sua identidade como legítimas, de modo que tais concepções proporcionam o fortalecimento da autoestima e constituem subsídios no processo de empoderamento. No caso desta pesquisa, englobou o engajamento em ações individuais e coletivas para subverter normas de gênero que desumanizam, buscam invisibilizar, e aniquilar transexuais. Mas como afirma Foucault (1979, p. 92) “lá aonde há poder, há resistência”, desta forma os/as interlocutores/as, com estratégias diversificadas, delineiam práticas informacionais e constroem narrativas emancipatórias. Como visto nos depoimentos, o acesso à conteúdos informacionais contra-hegemônicos é fundamental no processo de empoderamento, visto que contribuíram na “compreensão” de seu lugar no mundo e os estimularam a disseminar estes significados “renovados” da transexualidade como legítima expressão humana ao contrário do que a heteronorma fundamentada na linearidade sexo-gênero-desejo sexual busca validar.

O processo de ressignificação dos sentidos introjetados no e pelo *habitus* que estrutura e dá significados a relações heterormativas representa uma árdua e contínua tarefa à medida que envolve instâncias conscientes e inconscientes da existência dos sujeitos. Assim, a discussão sobre gênero e sua relação com as experiências identitárias e a sexualidade implica problematizar instituições sociais, representações e discursos científicos organizados em torno da essencialização das identidades, das feminilidades e masculinidades.

Ao longo da história, o Movimento LGBTQI+ tem atuado como agente coletivo da disseminação de informação com fins de ressignificar estas estruturas generificadas. Suas ações de resistência têm se intensificado de modo que não raras vezes suas demandas reverberam no poder público. Das suas ações, reivindicações coletivas, das quais alguns interlocutores/as participam, resulta a implantação de políticas públicas específicas para LGBTQI+. As experiências em âmbito nacional são insuficientes, dada a força dos valores hegemônicos e a

situação social de exclusão, de marginalidade de transexuais, travestis, lésbicas, gays, bissexuais no Brasil.

No estado da Paraíba, a prática social de movimentos sociais organizados culminou e culmina na implantação de políticas públicas para LGBTQI+, a exemplo da SEMDH, do Espaço LGBT, do Ambulatório TT, da Cela LGBT, das campanhas delineadas, como exposto ao longo do estudo. Tais estruturas foram demandadas, reivindicadas pelos movimentos sociais, mas há que se ressaltar que implantadas pelo governo estadual de cunho progressista. Considerando os desafios e as fragilidades que necessitam ser superados para o avanço na rede de proteção à população LGBT, a Paraíba tem se destacado no cenário nacional no que se refere à implantação e manutenção da incipiente política LGTB no Brasil e na atuação do governo em prol do reconhecimento político das experiências identitárias transexuais e travestis.

No contexto brasileiro no qual a violência contra LGBTQI+ é constante e os crimes contra transexuais são numerosos, e no contexto político atual de perdas de direitos de populações historicamente marginalizadas como mulheres, negros/as, índios, quilombolas, LGBTQI+, entre outros, a existência de órgãos como o Espaço LGBT são fundamentais no enfrentamento a preconceitos e discriminações, assim como para contribuir para salvaguardar a vida de LGBTQI+, que bravamente existem e resistem.

O fenômeno informacional é fundamental neste processo. Enquanto unidade informacional, o Espaço LGBT foi concebido pelos/as interlocutores como um local de mediação da informação. O contato com os conteúdos informacionais lá dinamizados – campanhas, atendimento social do serviço social, jurídico, psicológico, acessando literatura especializada, dialogando com os pares – contribuiu no processo de empoderamento do/as interlocutores/as.

A atuação da equipe compreende ações humanizadas, como relatado pelos interlocutores/as. Além de disseminar informação e serviços, criam estratégias promotoras de um senso de pertencimento e representatividade sem os quais o Espaço LGBT não seria inserido às suas práticas informacionais. Importante destacar também que as práticas desenvolvidas pela equipe do Espaço LGBT não se restringem aos que acessam o serviço, buscam abranger a sociedade, por meio de ações de educação e campanhas com potencial transformador. A considerar as potencialidades do fenômeno informacional, estas ações tem a capacidade de reestruturar hierarquias fundamentadas nas normas de gênero.

Um outro aspecto importante a ser discutido incide na necessidade de órgãos como o Espaço LGBT incluírem em sua equipe profissionais da informação, de forma que o fluxo informacional seja potencializado por meio da prática especializada nos processos de organização, acesso e uso da informação.

Disseminar informações e gerar conhecimentos que ressignifiquem esquemas de percepção ancorados em critérios de menos valia social alocados aos sujeitos transexuais, assim como captar as resistências dinamizadas pelos/as mesmos, contribui para a abordagem social nos estudos de informação e na construção do comportamento protagonista nas interações entre usuários/as e profissionais da informação (ARAÚJO, 2017).

Neste sentido, é importante trazer à luz que o Espaço LGBT configura-se como um serviço da rede de atendimento. Para avançar e garantir direitos torna-se necessário a implantação de mais centros de atendimento no interior do estado, assim como o fortalecimento de uma rede de proteção efetiva, envolvendo áreas como segurança pública, saúde, educação, direito, cultura, geração de emprego e renda, entre outros. A universidade é fundamental neste processo, por meio de pesquisas, ações extensionistas, estabelecimento de parcerias, produção de conhecimentos pautados no respeito às múltiplas expressões das identidades.

Desenvolver o estudo no âmbito da Ciência da Informação proporcionou trazer à visibilidade, pelo prisma informacional, objeto de estudo da CI, sujeitos subalternizados cujas narrativas têm sido obliteradas ao longo da história. A Ciência da Informação historicamente tem produzido trabalhos focando a informação como elemento de inclusão social de grupos subalternizados, visto que a informação traz a possibilidade de que sujeitos empoderem-se e assim ocupem lugares de protagonismo social, mas a pesquisa evidenciou a necessidade de ampliar as produções sobre LGBTQI+ e relações de gênero.

Por fim, as considerações aqui apresentadas remetem-se a este estudo respeitando seus devidos limites. Esperamos que o mesmo possa contribuir para o respeito. Dada à complexidade do fenômeno e à diversidade dos sujeitos, a pesquisa lança questões que ainda não foram respondidas. Almejamos que estudos futuros possam aprofundá-las para estabelecermos novas discussões.

Finalmente, reiteramos nossos agradecimentos aos interlocutores/as, às equipes do Espaço LGBT, da SEMDH e da Gerencia Executiva LGBT.

REFERÊNCIAS

- AITHAL, Vathsala. Empowerment and Global Action for Women: Theory and Practice. **Working Papers**, Kvinnforsk, University of Tromsø, 1999. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/feminist-power/#bib>. Acesso em: 20 maio. 2018.
- ALLEN, Amy. “Feminist Perspectives on Power.” **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2005. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/feminist-power/#Bib>. Acesso em: 15 maio. 2018.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, Jussara Pereira (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008, p. 33-45.
- ALMEIDA, Carlos Cândido de.; BASTOS, Flavia Maria; BITTENCOURT, Fernando. Uma leitura dos fundamentos histórico-sociais da ciência da informação. **Revista Eletrônica Informação e Cognição**, v. 6, n. 1, p. 68-89, 2007. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/reic/article/view/749>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- ALMEIDA, Marcos Antônio de. Mediações da cultura e da informação: perspectivas sociais, políticas e epistemológicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/7779>. Acesso em: 03 mar. 2018.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. Brasiliense: São Paulo, 2017.
- ALVES, Camila Augusta Lima et al. **A informação ideológica e sua disseminação em redes sociais: uma análise a partir da teoria de Louis Althusser**. 2016.
- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. **Revista estudos feministas**, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2005000300015&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 15 maio. 2018.
- AQUINO, Mirian de Albuquerque. Uma introdução à segunda edição. In: AQUINO, Mirian De Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2011. p. 9-13.
- ARÁN, Márcia. A saúde como prática de si: do diagnóstico do transtorno de identidade de gênero às resdescrições da experiência da transexualidade. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn (Org.). **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010. p. 75-94.
- ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela; LIONÇO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, p. 1141-1149, 2009. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232009000400020&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 28 fev. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila et. al. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 3, p. 192-204, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a13>. Acesso em: 27 out. 2017.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como uma ciência social. **Ciência da informação**, v. 32, n. 3, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v32n3/19020.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários da informação: comparação entre estudos de uso, de comportamento e de práticas a partir de uma pesquisa empírica. **Informação em Pauta**, v. 1, n. 1, p. 61-78, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6254134>. Acesso em: 28 fev. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 1, p. 57-79, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/19120>. Acesso em: 28 fev. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 22, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/9896>. Acesso em: 28 fev. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Teorias e tendências contemporâneas da ciência da informação. **Informação em Pauta**, v. 2, n. 2, p. 9-34, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20162>. Acesso em 28 fev. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2008. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/ARAUJO%20Enancib%202008.pdf>>.. Acesso em: 15 maio 2018.

ARAÚJO, Eliane Pawlowski Oliveira. **Tomada de decisão organizacional e subjetividade: análise das dimensões simbólico-afetivas no uso da informação em processos decisórios**. 2013. 165 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9EFG4D>. Acesso em: 15 maio 2018.

BAPTISTA, Sofia Galvão; CUNHA, Murilo Bastos da. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 12, n. 2, p. 168-184, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v12n2/v12n2a11>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social?-Uma discussão conceitual. **Revista debates**, v. 6, n. 1, p. 173, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women's empowerment: new concepts from action". In: GITA. Sen; Germain. Adrienne; CHEN, Lincoln (eds.). **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**. Boston: Harvard University Press. 1994. Disponível em: <https://www.popline.org/node/288048>. Acesso em: 15 maio. 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Zahar, 2008.

BELKIN, Nicholas; ROBERTSON, Stephen. Information science and the phenomenon of information. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 27, n. 4, p. 197-204, 1976.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. Brasiliense, 2017.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. EdUFBA, 2017.

BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Florestan**, p. 46, 2014. Disponível em: http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf_25. Acesso em: 08 mar. 2019.

BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. **COLLING, L. Dissidências sexuais e de gênero**. Salvador, EDUFBA, p. 43-68, 2016. Disponível em: <http://www.edufba.ufba.br/2017/02/dissidencias-sexuais-e-de-genero/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BENTO, Berenice. Transexualidade: nós fazemos gênero no dia a dia. [30 set. 2010]. **Revista IHU ON-LINE** [S.l.] Entrevista concedida ao Instituto Humanos Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/36605-transexualidade-nos-fazemos-genero-no-dia-a-dia-entrevista-especial-com-berenice-bento>. Acesso em: 05 mar. 2019.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Corpos e próteses: dos limites discursivos do dimorfismo. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 7, 2006.

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. **Labrys estudos feministas**, v. 4, 2003. Acesso em: <http://www.academia.edu/download/52798081/06-bento-berenice-transexuais-corpos-e-prc3b3teses.pdf>. Disponível em: 28 fev. de 2019.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Editora Garamond, 2006.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BERTH, Joice. O que é empoderamento. **Belo Horizonte; Letramento, 2018.**

BERTI, Ilemar Christina Lanson Wey; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de Usuários e Práticas Informacionais: do que estamos falando?. **Informação & Informação**, v. 22, n. 2, p. 389-401, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31462>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BLUMER, Herbert. Sociedade como Interação Simbólica. **RBSE**, v. 16 n. 46, p. 13, 2013. Disponível em: www.cchla.ufpb.br/rbse/RBSEv.16.n.46abril2017completa.pdf#page=13. Acesso em: 15 maio 2018.

BLUMER, Herbert. **Symbolic interactionism: Perspective and method**. Berkeley. 1969.

BORKO, Harold. Information science: what is it?. **American documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/asi.5090190103>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. Dicionário do pensamento social do século XX. **Rio de Janeiro: Jorge Zahar**, p. 466-468, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. **Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática**, p. 82-121, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Papirus Editora, 1996.

BRAGA, Cíntia Guedes. RODRIGUES, Cássio Moreira; BARROS, Sulivam Chaves. Transexualidade na infância: Reflexões a partir do documentário “meu eu secreto - histórias de Crianças trans. **Revista Bagoas: Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 1, n. 12, p. 61-83, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas>. Acesso em: 16 jan. 2019.

BRASIL. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. 2017. Disponível em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/563924/RESPOSTA_PEDIDO_resposta%20sic%2000083000100201710.pdf. Acesso em: 08 mar. 2019.

BRASIL. LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-maria-da-penha>. Acesso em: 01 mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Relatório Nacional de Saúde LGBT, I**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 200 p.

BRASILEIRO, Fellipe Sá. **Resiliência informacional: modelo baseado em práticas informacionais colaborativas em redes sociais virtuais**. 2017. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/9710>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BUFREM, Leilah Santiago; DO NASCIMENTO, Bruna Silva. A Questão do gênero na literatura em ciência da informação. **Em Questão**, v. 18, n. 3, p. 199-214, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6067109>. Acesso em: 18 maio. 2018.

BURCH, Sally. Sociedade da informação/sociedade do conhecimento. **Desafios de Palavras: Enfoques Multiculturais sobre as Sociedades da Informação**. São Paulo: C&F editions, 2005. Disponível em: <http://dcc.ufrj.br/~jonathan/compsoc/Sally%20Burch.pdf>. Acesso em: 14 maio. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. Vida precária. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 13, 2011. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/18>. Disponível em: 28 fev. 2019.

BUTLER, Judith; RIOS, André. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, p. 95-126, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2009.v19n1/95-126/>. Acesso em: 15 maio. 2018.

CALIXTO, Adeilton Alves; CÔRTEZ, Gisele Rocha; SOARES, Gilberta Santos. ROMPENDO O SILÊNCIO: a informação no espaço LGBT do estado da Paraíba. **Archeion Online**, v. 4, n. 2, p. 83-105, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/32313>. Acesso em: 28 fev. 2019.

CAMILA. **Pesquisa mostra que discriminação contra homossexuais está presente em escolas**. AGÊNCIA BRASIL. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/pesquisa-mostra-que-discriminacao-contra-homossexuais-esta-presente-em>. Acesso em: 09 ago. 2017.

CAMPOS, C. R. P. (Org). Gênero e diversidade na escola: práticas pedagógicas e reflexões necessárias. Vitória: Ifes, 2015, p. 69-88.

CAMPOS, Mariana de Lima Campos; ALMEIDA, Gustavo Henrique Moreira Dias. Violência contra a mulher: uma relação entre dimensões subjetivas e a produção de informação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 349-367, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8645969>. Disponível em: 23 maio. 2018.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/nunes_1_me_mar.pdf. Acesso em: 14 maio 2018.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O Conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>. Acesso em: 14 maio. 2018

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6133775>. Acesso em: 28 fev. 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**, Rio de Janeiro, v. 49, p. 49-58, 2003. Disponível em: latitudeslatinas.com/download/artigos/enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero.pdf. Disponível em: 15 maio. 2018.

CARRARA, et al. **Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CPESC, 2017.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de; CARVALHO, Mario; CARRARA, Sergio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana**, n. 14, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=293328000014>. Acesso em: 15 maio. 2018.

CARVALHO, Sérgio Resende; GASTALDO, Denise. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. **Ciência & saúde coletiva**, 2008. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v13s2/v13s2a07.pdf. Acesso em: 14 maio. 2018.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Da leitura de mundo à leitura da palavra: a mediação da informação social à luz das teorias de Paulo Freire. 2017. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/22764/1/2016_eve_lecavalcante.pdf. Acesso em: 28 fev. 2018.. 2017.

CAVALIERI, Claudia; FERNANDES, Reynaldo. Diferenciais de salários por gênero e

CERVO, Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. A diferença no currículo ou intervenções para uma pedagogia queer. ETD-Educação Temática Digital, v. 14, n. 1, p. 351-362, 2012. Disponível em: <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-313134> Acesso em: 28 fev. 2017.

CHAGAS, Joseane; ARRUDA, Susana; BLATTMANN, Ursula. Interação do usuário na busca de informações. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, v. 11, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ursula_Blattmann/publication/279286691_INTERACAO_DO_USUARIO_NA_BUSCA_DE_INFORMACOES/links/5591694708ae15962d8e1e06/INTERACAO-DO-USUARIO-NA-BUSCA-DE-INFORMACOES.pdf. Acesso em: 11 fev. 2019.

CLICKPB (Paraíba). **Espaço LGBT e Associação de Homens Trans fazem reunião sobre retificação de nome e sexo no registro civil**. 2019. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/paraiba/espaco-lgbt-e-associacao-de-homens-trans-fazem-reuniao-sobre-retificacao-de-nome-e-sexo-no-registro-civil-253999.html>. Acesso em: 06 mar. 2019.

COACCI, Thiago. Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**, v. 1, p. 134-161, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Thiago_Coacci/publication/283498905_Encontrando_o_transfeminismo_brasileiro_um_mapeamento_preliminar_de_uma_corrente_em_ascensao/link/s/563b4fe808aeed0531de7958/Encontrando-o-transfeminismo-brasileiro-um-mapeamento-preliminar-de-uma-corrente-em-ascensao.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; SAMPAIO, Lilian Lopes Pedra. Transexualidades: aspectos conceituais e de contexto. In: _____ (org.). **Transexualidades: um olhar multidisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 13-25. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16262>. Acesso em: 28 fev. 2019.

COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María de Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-hill, 2006. Cap. 5. p. 97-115.

COLLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero—Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 3, n. 2, p. 405, 2013. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/149>. Acesso em: 01 mar. 2019.

CONOPCA, Maria do Carmo; FERREIRA, Maria José de Resende; JUNIOR, Octavio Cavalier. O nome social como fator de inclusão de estudantes transexuais e travestis na EPT: Demandas e problemáticas da identidade de gênero no Ifes. **Revista Bagoas: Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 1, n. 19, p.143-169, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas>. Acesso em: 16 jan. 2019.

CÔRTEZ, Gisele Rocha *et al.* Violência contra travestis e transexuais: a mediação da informação no espaço lgbt. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. 17., 2017. Marília-SP. **Anais [...]**. Marília-SP: UNESP, 2017. Disponível em: enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/616. Acesso em: 23 maio 2018.

CÔRTEZ, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando a informação estatística no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 16., 2015. João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

CÔRTEZ, Gisele. Rocha. Violência doméstica: centro de referência da mulher “Heleieth Saffioti”. **Estudos de Sociologia**, v. 17, n. 37, 2012, 149-168. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4932>. Acesso em: 20 maio 2018.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria. O Feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria. (Org.). **O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA, 2008. 411 p.

COSTA, Jurandir Freire. **Psicanálise e contexto cultural: Imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapias**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

COUTINHO, Maria Chalfin; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e Trabalho na contemporaneidade: Repensando articulações possíveis. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, p. 29-37, 2007.

COX, A. M. An exploration of the practice approach and its place in information science. *Journal of Information Science*, New York, v. 38, n. 2, p. 176-188. 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0165551511435881>. Acesso em: 28 fev. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 15 maio. 2018

CROSS, Ketherine. **Social Symphony: The Four Movements of Transphobia in Theory**. 2010. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/uma-sinfonia-social-os-quatro-movimentos-datransfobia-na-teoria-parte-i/>>. Acesso em: 15 maio 2018.

CRUZ NETO, Otávio et al. O trabalho de campo como descoberta e criação. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 4, p. 51-66, 1994.
DA INFORMAÇÃO CRIADORA DE CONHECIMENTO, 4., 2009. Coimbra. **Anais [...]** Coimbra: EDICQ. p. 147-156. Disponível em: <[https://digitalis.uc.pt/pt-pt-livro/abordagem_sociológica_em_ciência_da_informação_um_novo_olhar_investigativo](https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/abordagem_sociológica_em_ciência_da_informação_um_novo_olhar_investigativo)>. Acesso em: 14 maio. 2018.

DA SILVA, Edilene Maria; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Política de Informação e Memória-Sandra Braman. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 26, n. 3, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/download/32875/17116>. Acesso em: 28 fev. 2019.

DA SILVA, Ronaldo Alves. **As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte**. 2008.
DAL'EVEDOVE, Paula Regina; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O movimento interdisciplinar em Ciência da Informação: uma reflexão epistemológica. **DataGramaZero—Revista de Informação**, v. 14, n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000014110/b6b7a9359b3c66a01f7b71575f629cae/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

DAL'EVEDOVE, Paula Regina; LOPES, Mariângela Fujita Spotti. A abordagem Sociológica em Ciência da Informação: um novo olhar investigativo. In: A CIENCIA

DE FREITAS ROCHA, Eliane Cristina et al. Práticas informacionais: nova abordagem para os estudos de usuários da informação. **Bíblios**, n. 68, p. 96-109, 2017. Disponível em:

[http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1562-](http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1562-47302017000300007&script=sci_arttext&tlng=pt)

[47302017000300007&script=sci_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1562-47302017000300007&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 28 fev. 2019.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Identidade de gênero e políticas de afirmação indenitária. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DA ABEH, 6, 2012, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ABEH. 2012. p. 1-15.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Jaqueline_Jesus/publication/233854734_Identidade_de_genero_e_politicas_de_afirmacao_identitaria/links/0912f50c2612f1ea35000000.pdf. Acesso em: 15 maio. 2018.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012. 24 p. Disponível em: [http://www.diversidadessexual.com.br/wp-](http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf)

[content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf](http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf). Acesso em: 01 mar. 2019.

DE JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, v. 11, n. 2, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 11 fev. 2019.

DE MORAES, Marielle Barros; DE ALMEIDA, Marco Antônio. Mediação da Informação, Ciência da Informação e teorias curriculares: a transdisciplinaridade na formação do profissional da informação. **Informação & Informação**, v. 18, n. 3, p. 175-198, 2013.

Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12349>.

Acesso em: 14 maio 2018.

DE SOUZA, Rosali Fernandez; SALDANHA, Gustavo. PARTE I-DOSSIÊ

ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO & GÊNERO-Apresentação: dos colóquios de organização do conhecimento ao dossiê organização do conhecimento & gênero. **Informação & Informação**, v. 22, n. 2, p. 7-10. Disponível em:

www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31440/21986. Acesso em: 01 fev. 2019.

DELAIA, Claudia Regina; FREIRE, Isa Maria. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos-à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 107-130, 2010. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/956>. Acesso em: 27 jan 2019.

DERRIDA, Jacques. **Speech and phenomena, and other essays on Husserl's theory of signs**. Northwestern University Press, 1973.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um Quadro de análise sobre a dominação masculina. **Soc. Estado**, v. 20, n. 3, 2005. Acesso em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922005000300004>. Disponível em: 15 maio.

diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Revista Semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar**, v. 3, n. 2, p.

405, 2013. Disponível em:

www.contemporanea.ufscar.br/contemporanea/index.php/contemporanea/article/view/149. Acesso em: 15 maio 2018.

DOS SANTOS, Raimunda Fernanda et al. A Representação Colaborativa da Informação e a construção de Linguagens Documentárias sobre Diversidade de Gêneros: análise das contribuições do Dicionário de Gêneros-“só quem sente pode definir”. In: **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (XVIII ENANCIB)**. 2017. Disponível em:

<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/428>. Acesso em: 28 fev. 2019.

DOS SANTOS, Raimundo Nonato Ribeiro; DAS GRAÇAS TARGINO, Maria; FREIRE, Isa Maria. A temática diversidade sexual na Ciência da Informação: a perspectiva da responsabilidade social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 114-135, 2017. Disponível em:

http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/30216/1/2017_art_rnrsantos.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; DE PAULA, Claudio Paixão Anastácio. Práticas Informacionais: desafios teóricos e empíricos de pesquisa. **Informação em Pauta**, v. 2, p. 111-135, 2017. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/20650>. Acesso em: 15 maio 2018.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, v. 14, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/4656/465645959014/>. Acessado em: 14 maio 2018.

FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/282012>. Acesso em: 28 fev. 2019.

ACCHINI, Regina., **Barbosa, Regina M. Dossiê: Saúde das Mulheres Lésbicas promoção da equidade e da integralidade**. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde. 2006. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/dossie_da_saude_da_mulher_lesbica.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas sexuais e produção de conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. **Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 1, p. 161-193, 2013. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/833>. Acesso em: 28 fev. 2019.

FARGANIS, Sondra, O feminismo e a reconstrução da ciência social. In; JAGGAR, Alisson. BORDO, Susan. **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro. Record, 1997. p. 224 – 240.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. A informação como potencializadora da autonomia e da integração social. **Transinformação**, v. 28, n. 3, 2017. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/2765>. Acesso em: 15 maio 2018.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 6, n. 2, p. 106-125, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/incid/article/view/101368>. Acesso em: 28 fev. 2019.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 6, n. 2, p. 106-125, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/incid/article/view/101368>. Acesso em: 28 fev. 2019.

FEITOSA, Cleyton Pereira. Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma agenda de pesquisas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 4, p. 121-132, 2017. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:PYXM57gJeJYJ:https://portalseer.uiba.br/index.php/cadgendiv/article/download/23799/15432+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 18 maio. 2018.

FEITOSA, Luiz Tadeu. Complexas mediações: transdisciplinaridade e incertezas nas recepções informacionais. **Informação em Pauta**, v. 1, n. 1, p. 98-117, 2016. Disponível em: www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/3064. Acessado em 18 maio. 2018.

FELIPE, André Anderson Cavalcante; GOMES, Jesiel Ferreira. A parceria entre Ciência da Informação e responsabilidade social universitária para fins de inclusão social. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 12, n. 1, p. 147-163, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1622>. Acesso em: 28 fev. 2019.

FERREIRA, Ana Maria Rodrigues. **Políticas Públicas Para População LGBT Paraibana**: um estudo a partir do Centro Estadual de Referência dos Direitos LGBT e Enfrentamento à Homofobia da Paraíba (ESPAÇO LGBT). 2017. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Escola da Saúde, Faculdade Internacional da Paraíba, João Pessoa, 2017. Cap. 4.

FERREIRA, Maria José de Resende; FERREIRA, Leyse da Cruz. Da escola para a pista: tecendo reflexões sobre as transexuais e as travestis. In: FERREIRA, Maria José de Resende; FREITAS, Rony. Cláudio de Oliveira. JORDANE, Alex,; SCHMIDT, Marcelo Queiroz; PAIVA, Maria Auxiliadora Paiva. (Org). **Pesquisa em EJA**: caminhos para o fortalecimento do Proeja no ES. 1ª ed. Vitória: Ed do Ifes, 2012, v. 2 p. 161-185.

FERREIRA, Rubens da Silva *et al.* **As " Bonecas" da pista no horizonte da cidadania: uma jornada no cotidiano travesti em Belém (PA)**. 2003.

FERREIRA, Rubens da Silva. A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6104>. Acesso em: 15 maio. 2018.

FERREIRA, Rubens. A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 2, p. 35-45, 2009. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/17755>. Acesso em: 28 fev. 2019.

FIGUEIREDO, Nice. Bibliotecas universitárias e especializadas: paralelos e contrastes. **Revista de Biblioteconomia de Brasília, Brasília**, v. 7, n. 1, p. 9-25, 1979. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2011/05/pdf_f05f908822_0016855.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Motta Manoel Barros, (Org.). **Ética, sexualidade**, política: Michel Foucault. Rio de Janeiro/ São Paulo: Forense Universitária; 2004. p. 265-287.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **La volonté de savoir**. Paris: Gallimard, 1976.

FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: Introdução à filosofia e à ética das ciências**. São Paulo: UNESP, 1995.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. **Cadernos de Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 122-137, 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/5349>. Acesso em: 18 jan. 2019.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. Introdução à ciência da informação. **João Pessoa: UFPB**, 2009.

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. 2. ed. João Pessoa: Ed. UFPB, 2010.

FREIRE, Isa Maria. **A responsabilidade social da ciência da informação e/ou O olhar da consciência possível sobre o campo científico**. 2001. Disponível em: repositorio.ibict.br/handle/123456789/342. Acesso em 15 maio. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 148 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia – o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FROHMANN, Bernd. **O caráter social, material e público da informação**. 2013

FUJITA, M. S.; MARTELETO, R. M.; LARA, MLG. A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação. **São Paulo: Cultura Acadêmica Editora**, 2008.

GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; DAS GRAÇAS TARGINO, Maria; DANTAS, Esdras Renan Farias. Conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, v. 17, n. 1, p. 1-25, 2012. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12309. Acesso em: 15 maio. 2018.

GASQUE, Kelley Cristine; COSTA, Sely Maria. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 1, p. 21-32, 2010. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ci/v39n1/v39n1a02.pdf. Acesso em: 21 maio. 2018.

ALMEIDA, Guilherme Silva de. Reflexões iniciais sobre o processo transexualizador no SUS a partir de uma experiência de atendimento. In: ARILHA, Margareth; LAPA, Thaís de Souza; PISANESCHI, Tatiane Crenn (Org.). **Transexualidade, travestilidade e direito à saúde**. São Paulo: Oficina Editorial, 2010. p. 117-148.

GOMES, Henriette Ferreira (Org.). Mediação da Informação e protagonismo social: relações com a vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenize Ferreira (Org.). **Informação e Protagonismo Social**. Salvador: Edufba, 2017. p. 27-44.

GONZÁLES, Maria Nélida de Gomes. Dos estudos sociais da informação ao estudo do social desde o ponto de vista da informação. In: AQUINO, Mirian De Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. 2. ed. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2011. p. 29-45.

GRUPO GAY DA BAHIA. Disponível em: < <http://www.ggb.org.br> >. Acesso em: 30 nov. 2018.

GUEDES FARIAS, Maria Giovanna; VARELA VARELA, Aida. A mediação da informação e o protagonismo social: experimentando a construção de um modelo em uma comunidade brasileira. **Investigación bibliotecológica**, v. 31, n. 73, p. 91-110, 2017. Disponível em: www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-358X2017000300091. Acesso em: 15 maio. 2018.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987. 163 p. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/asi.4630270402>. Acesso em: 15 maio. 2018.

HALLEY, Janet. The Construction of Heterosexuality. In: WARNER, Michael (Org.). **Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1993. Cap. 5. p. 82-102.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**, Rio de Janeiro: ActionAid, p. 21-44, 2002.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 193-220, 2014. Disponível em: <http://portaldepublicacoes.ufes.br/temporalis/article/view/7222>. Acesso em: 28 fev. 2019.

JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 7., 2015, São Luís. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL: do estado de coisas ao problema político**. São Luís: Ufma, 2015. 13 p. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/politicas-publicas-para-populacao-lgbt-no-brasil-do-estado-de-coisas-ao-problema-politico-.pdf>. Acesso em: 23 maio 2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Gênero e diversidade sexual: um glossário**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LÉON, Magdalena de. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género”. **La Ventana**, n. 13, 2001, p. 94-106. Disponível em: <http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/ppperiod/laventan/Ventana13/ventana13-4.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2018.

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). **Dossiê Mulheres Negras**, p. 53, 2013. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/12/livro_dossie_mulheres_negras.pdf#page=55. Acesso em 14 fev. 2019.

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). **Negras No Mercado De Trabalho (1995-2009)**. In: MARCONDES, Maria Mazzini *et al* (Org.). **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições das mulheres no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013. 160 p.

LOPES, Fernando Cruz; BORTOLIN, Sueli; DA SILVA, Maria Nilza. Relações raciais e mediação da informação: breves considerações. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 96-113, 2017. Disponível em: abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/65. Acesso em: 15 maio. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2>. Disponível em: 8 ago. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MACEDO, Naiara Oliveira; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Mediação no Campo da Ciência da Informação. **Folha de Rosto**, v. 1, n. 1, p. 64-74, 015. Disponível em:

<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/7>. Acesso em 15 maio. 2018.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da informação**, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v30n1/a09v30n1>. Acesso em: 28 fev. 2019.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura da modernidade: discussões e práticas informacionais. **REB UFMG**, v. 23, n. 2, p. 115-1001, 2009. Disponível em: www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002738/1a36511429b9c2b19939241159e84cbf/. Acesso em: 15 maio. 2018.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da informação**, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso em: 28 fev. 2019.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 89-93, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/613>. Acesso em: 15 maio. 2018.

MARTYN, John. Information need and use studies. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 9, p. 3-23, 1974.

MASIERO, Luciana Maria. A cirurgia de redesignação sexual no Brasil: rostos e corpos buscando uma identidade. **Revista Bagoas: Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 1, n. 18, p. 108-139, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas>. Acesso em: 16 jan. 2019.

MATINELLI, Andréa. Após 28 ANOS, OMS deixa de classificar transexualidade como doença mental. **HUFFPOST**. 2019. Acesso em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/18/apos-28-anos-transexualidade-deixa-de-ser-classificada-como-doenca-pela-oms_a_23462157/. Disponível em: 28 fev. 2019.

MATOS, Marlise. Gênero. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGUEL, Stela N. (Org.). **Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e Diagnóstico de Mulheres em Situação de Violência**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. 153-152 p. Verbete gênero.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922012000200005&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 28 fev. 2019.

MELO PINTO, Flávia Virgínia; ÁVILA ARAÚJO, Carlos Alberto. Contribuição ao campo de usuários da informação: em busca dos paradoxos das práticas informacionais. **Transinformação**, v. 24, n. 3, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/3843/384334891006/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

MELO, Flávia Virgínia Pinto; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Contribuição ao campo de usuários da informação: em busca dos paradoxos das práticas informacionais. **Transinformação**, v. 24, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3843/384334891006/>. Acesso em: 15 maio. 2018.

MENEZES, Moisés Santos de *et al.* A violência homofóbica em Sergipe e o serviço social: entre o processo de revitimização e a viabilização de direitos humanos sexuais para com a população LGBT. 2017. Disponível em: https://www.ri.ufs.br/bitstream/riufs/5929/1/MOISES_SANTOS_MENEZES.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

MINAYO, Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira. Ciência, Técnica e arte o desavio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria e método criativo** (org.). MINAYO, Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 9-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, p. 07-19, 2001. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232001000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 28 fev. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno Saúde Pública.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MINAYO-GOMEZ, Carlos; THEDIM-COSTA, Sonia Maria da Fonseca. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. **Cadernos de saúde pública**, v. 13, p. S21-S32, 1997. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X1997000600003&script=sci_abstract. Acesso em: 28 fev. 2019.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica. 2012.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita repensar a reforma reformar o pensamento**. Bertrand Brasil, 2003.

MOSADELE, Sarah. Towards a framework for assessing empowerment. Paper prepared for the international conference, **New Directions in Impact Assessment for Development: Methods and Practice**, Manchester UK, 24 and 25 November 2003. Disponível em: <http://www.enterprise-impact.org.uk/pdf/Mosedale.pdf>. Acesso em 15 maio 2018.

MOTT, Luiz. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2014**. 2016.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A informação construída nos meandros dos conceitos da teoria social de Pierre BORDIEU. **DataGramaZero, Rio de Janeiro**, v. 5, n. 5, p. 00, 2004. Acesso em: http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/05_biblioteca/acervo/morado_info.pdf. Disponível em: 28 fev. 2019.

PARAÍBA. GOVERNO DO ESTADO. . **Governo da Paraíba trabalha para constituir a rede de proteção de direitos de LGBT**. 2018. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/143875/>>. Acesso em: 26 dez. 2018.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira; SANTOS, Jaires Oliveira; BARREIRA, Maria Isabel De Jesus Sousa. Empoderamento das mulheres quilombolas: contribuições das práticas mediacionais desenvolvidas na ciência da informação. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 114-139, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=614199>. Acesso em: 28 fev. 2019.

PERUCCHI, Juliana. Dos estudos de gênero às teorias Queer: Desdobramentos do feminismo e do Movimento LGBT na psicologia social. **Anais do XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social**, p. 1-5, 2009. Disponível em: http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/627.%20dos%20estudos%20de%20g%C3%A2nero%20%C0s%20teorias%20queer.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

PETTIGREW, Karen E.; FIDEL, Raya; BRUCE, Harry. Conceptual frameworks in information behavior. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 35, p. 43-78, 2001. Acesso em: <http://faculty.washington.edu/fidelr/RayaPubs/ConceptualFrameworks.pdf>. Disponível em: 21 maio 2015.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Gêneses da Ciência da Informação: Os sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian De Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. 2. ed. João Pessoa: Ed. UFPB, 2011. p. 59-87.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Usuário – Informação**: o contexto da ciência e da tecnologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.: IBICT, 1982. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/5630>. Acesso em: 28 fev. 2019.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e cultura**, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/703/70311249015/>>. Acesso em: 04 ago. 2018.
preliminar de uma corrente em ascensão. **História Agora**, v. 1, p. 134-161, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Thiago_Coacci/publication/283498905_Encontrando_o_transfeminismo_brasileiro_um_mapeamento_preliminar_de_uma_corrente_em_ascensao/link/s/563b4fe808aecd0531de7958/Encontrando-o-transfeminismo-brasileiro-um-mapeamento-preliminar-de-uma-corrente-em-ascensao.pdf. Acesso em: 15 maio. 2018.

RABELLO, Rodrigo. A Ciência da Informação como objeto: epistemologias como lugares de encontro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 1, p. 2-36, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n1/a02v17n1>. Acesso em: 28 fev. 2019.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos; MARTINS, Ronaldo. O retrato da ciência da informação: uma análise de seus fundamentos sociais 10.5007/1518-2924.2007v12n23p133. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da**

informação, v. 12, n. 23, p. 133-150, 2007. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/408>. Acesso em: 28 fev. 2019.

RIBEIRO, Guilherme Augusto Marcial; SOUZA, Elisangela Chamon de; FRIZZERA, Evanizis Dias. Percepção de gênero e identidade de gênero no ambiente escolar: uma possibilidade reflexivo-pedagógica na educação de jovens e adultos / Projovem. In: ROCHA, Janicy Aparecida Pereira; SIRIHAL DUARTE, Adriana Bogliolo; PAULA, Claudio Paixão Anastácio de. Modelos de práticas informacionais. **Em Questão**, n. 1, v. 23, 2017, Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/4656/465649115003/>. Acesso em: 15 maio 2018.

RODRIGUES, Cássio Moreira; BARROS, Sullivan Charles. TRANSEXUALIDADE NA INFÂNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DO DOCUMENTÁRIO “MEU EU SECRETO-HISTÓRIAS DE CRIANÇAS TRANS”. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 10, n. 14. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/11456>. Acesso em: 28 fev. 2019.

RODRIGUES, J.C. **Impressões de Identidade**: Um olhar sobre a imprensa gay no Brasil. Niterói: EDUFF, 2007

ROMANO, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, p. 9-20, 2002. Disponível em:
187.45.205.122/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf#page=9. Acesso em: 14 maio 2018.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. **Dossiê Mulheres Negras**, p. 133, 2013. Disponível em:
https://noticias.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/livro_dossie_mulheres_negras.pdf#page=135. Acesso em: 14 fev. 2019.

RUBIN, Gayle. **Pensando Sexo**: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. 2012. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1582/gaylerubin.pdf?sequen>. Acesso em: 15 maio 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas sociais**, n. 2, p. 59-79, 1997. Acesso em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=ADOLEC&lang=p&nxtAction=lnk&exprSearch=310469&indexSearch=ID>. Disponível em: 28 fev. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de gênero: o lugar das práxis na construção da subjetividade. **Lutas sociais**, n. 2, p. 59-79, 2004. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18789/13973>. Acesso em: 15 maio. 2018.

SAMPIERI, Roberto Hernandez. Definição da pesquisa a ser realizada: exploratória, descritiva, correlacional ou explicativa. In: SAMPIERI, Roberto Hernandez; SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 12 ago. 2017.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Conceituando “Empoderamento” na perspectiva feminista**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848>. Acesso em: 14 maio. 2018.

SARDENBERG, Cecília MB. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações**, v. 20, n. 2, p. 56, 2015. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/71f5662d57f55f7a676f309a72b804b3/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2031972>. Acesso em: 15 maio. 2018.

SARDENBERG, Cecilia. Ana Alice Alcântara Costa: "guerreira e forte para todo o sempre"(1951-2014). **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 1, p. 151-155, 2015. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/380/285>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SAVOLAINEN, Reijo. Information behavior and information practice: reviewing the “umbrella concepts” of information-seeking studies. **The Library Quarterly**, v. 77, n. 2, p. 109-132, 2007. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/517840>. Acesso em: 27 fev. 2019.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 1, 2008. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a18v16n1. Acesso em: 15 maio 2018.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Unesp, 2004. 205 p.

SCHATZKI, Theodore R. **The site of the social: A philosophical account of the constitution of social life and change**. Penn State Press, 2002.

SCOTT, Joana. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 8 de ago. 2017.

SEN, Gita. **Empowerment as an approach to poverty**. Pnud, 1998.

SHETTY, Salil. **Development Project in Assessing Empowerment**. Society for Participatory Research in Asia, 1997.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto: Edições Afrontamento, 2006. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1263/1452>. Acesso em: 26 ago. 2017.

SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Apoio e suporte social na identidade social de travestis, transexuais e transgêneros. **Revista da SPAGESP**, v. 15, n. 2, p. 27-44, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-29702014000200004&script=sci_abstract&tlng=es. Acesso em: 21 jan. 2019

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. O conceito de informação pelo viés da alteridade. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/141>. Acesso em 26 ago. 2016.

SILVA, Ronaldo Alves da. **As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte**. 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECID-7NXHYA>. Acesso em: 27 fev. 2019.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. 2000.

SOUSA BARREIRA, Maria Isabel. Empoderamento das mulheres quilombolas: contribuições das práticas mediacionais desenvolvidas na ciência da informação. **Em Questão**, v. 22, n. 2, 2016. Disponível em: www.redalyc.org/html/4656/465646674006/. Acesso em: 15 maio. 2018.

SOUZA, Heloisa Aparecida de; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. **Revista Bagoas: Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 1, n. 11, p. 157-175, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas>. Acesso em: 16 jan. 2019.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Editora UFMG, 2010.

TELES, Maria Amelia de Almeida. **Breve histórico do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. 149 p.

TERUEL, Aurora González. **Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales**. Ed. Trea, 2005. Disponível em: http://www.academia.edu/download/36961417/Gonzalez-Teruel_2005_Los_estudios_de_necesidades_y_usos_de_la_informacion_fundamentos_y_perspectivas_actuales_erer.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Vozes Limitada, 2011.

UNGER, Roberto José Gervásio; FREIRE, Isa Maria. Regimes de informação na sociedade da informação: uma contribuição para a gestão da informação. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/handle/123456789/190>. Acesso em: 27 jan. 2019.

UNAIDS – Brasil. Manual de Comunicação LGBTI+. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em 01 mar. 2019.

UNGER, Roberto José Gervásio; FREIRE, Isa Maria.. 2008. Disponível em: repositorio.ibict.br/handle/123456789/190. Acesso em 27 jan. 2018.

VARELA, A. V.; BARBOSA, Marilene Lobo Abreu; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Saberes e competências na formação do bibliotecário: Construindo um perfil profissional baseado na interação, sensibilidade e autonomia. **Competência em Informação: Políticas Públicas, Teoria e Prática**, p. 199-233, 2016. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/view/3087/2213>. Acesso em: 28 fev. 2019.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information processing & management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/030645739390006Y>. Acesso em: 28 fev. 2019.

WILSON, T.D. Human information behavior. **Informing Science Research**, v. 3, n. 2, p. 49-55, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Tom_Wilson25/publication/270960171_Human_Information_Behavior/links/57d32fe508ae601b39a42875/Human-Information-Behavior.pdf. Acesso em: 21 maio. 2018.

WILSON-DAVIS, K. The centre for research on user studies: aims and functions. **Aslib Proceedings**, v. 29, n. 2, p. 67-76, 1977. Disponível em: <https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/eb050580>. Acesso em: 21 maio. 2018.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. Brasiliense, 1985

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO - (PÚBLICO)

Mestrando: Laelson Felipe da Silva

Orientadora: Gisele Rocha Côrtes

Esta pesquisa faz parte do trabalho de mestrado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e tem como objetivo geral descrever as práticas informacionais dos/as usuários/as do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT) e verificar como e se os conteúdos informacionais disseminados influenciam o processo de empoderamento.

PARTE I – Dados de Identificação

Nome Civil: _____

Nome Social: _____

Escolaridade: _____

- | | |
|--|--|
| ☐ Não Alfabetizado/a | ☐ Médio Completo |
| ☐ Eja – Educação para Jovens e Adultos/as | ☐ Superior Incompleto |
| ☐ Fundamental Incompleto | ☐ Superior Completo |
| ☐ Fundamental Completo | ☐ Pós-graduação |
| ☐ Médio Incompleto | ☐ Está fazendo algum curso ou qualificação. |

Idade: _____

Caracterização étnico racial

Profissão

Ocupação

Renda familiar e individual

Orientação Sexual

Situação Conjugal

Estado Civil

Cidade de moradia

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO - (PÚBLICO)

Mestrando: Laelson Felipe da Silva

Orientadora: Gisele Rocha Côrtes

Esta pesquisa faz parte do trabalho de mestrado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e tem como objetivo geral descrever as práticas informacionais dos/as usuários/as do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT) e verificar como e se os conteúdos informacionais disseminados influenciam o processo de empoderamento.

PARTE II – Roteiro da Entrevista

Conte um pouco sobre sua vivência enquanto pessoa LGBT

Aspectos Sociais Relacionados (Condição anterior)

- Família
- Educação
- Trabalho
- Saúde
- Direitos Cíveis

Conte como você conheceu o Espaço LGBT

Como foi seu primeiro contato?

Quanto tempo frequenta o Espaço?

Quais serviços acessa no Espaço LGBT?

Você conhece os atendimentos prestados pelo espaço LGBT? A equipe? Conte um pouco a respeito.

De que forma você tomou conhecimento das ações/atividades delineadas pelo Espaço LGBT?

Como avalia a forma que o Espaço LGBT dissemina informações para os/as usuários/as e para sociedade em geral?

Conte sobre sua experiência como usuária do Espaço LGBT.

Você considera que houve mudanças na sua vida após o contato com o Espaço LGBT?

Conte um pouco sobre esse processo.

Aspectos Sociais Relacionados:

- Família
- Educação
- Trabalho
- Saúde
- Direitos Cíveis

Como você relaciona o conteúdo informacional disponibilizado no Espaço LGBT ao seu processo de empoderamento?

Há algo a mais que você queira falar, abordar?

APÊNDICE C**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado/a colaborador/a,

Esta pesquisa intitulada, “PRÁTICAS INFORMACIONAIS: LGBTQI+ E EMPODERAMENTO NO ESPAÇO LGBT” é a proposta de um trabalho de mestrado. Solicitamos a sua colaboração e autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos, bem como publicar em revista/livro científico na área da Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação. Por ocasião de publicação dos resultados em todo o processo restante, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o/a senhor/a não é obrigado/a a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. O pesquisador estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Desde já, agradecemos sua colaboração.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido/a e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e publicação dos resultados.

Assinatura